



SÚMARIO

APRESENTAÇÃO	3
INTRODUÇÃO	5
IDENTIFICAÇÃO	9
DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL	10
➤ Características da Área de Intervenção e do Entorno.....	10
➤ Caracterização do Município de Viana	11
➤ Localização Territorial	11
➤ Aspecto Histórico	12
➤ Distritos e Principais Comunidades	13
➤ Aspectos Populacional/Fundiários	14
➤ Aspectos Geográficos.....	15
➤ Aspectos Ambientais	16
➤ Organização Social.....	17
➤ Aspectos Econômicos.....	19
➤ Aspectos Turísticos	20
➤ Abastecimento de Água.....	24
➤ Energia Elétrica	24
➤ Equipamentos Comunitários e Serviços Públicos.....	24
CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ATENDIDA	29
❖ Caracterização da População do Município de Viana.....	30
❖ Caracterização da População da Área de Intervenção.....	44
❖ Caracterização da Organização Comunitária.....	84
CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO FÍSICA	91
JUSTIFICATIVA	97
OBJETIVOS	101
Geral.....	101
Específicos.....	101
METODOLOGIA	103
COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA	130
POSSÍVEIS PARCEIROS	132



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

VALORES DO EMPREENDIMENTO	133
PRAZO DE EXECUÇÃO	134
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	135
PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL.....	138
COMPOSIÇÃO DO BDI.....	140
COMPOSIÇÃO DE CUSTOS	141
ORÇAMENTO DAS ATIVIDADES/EIXOS.....	142
CRONOGRAMA FÍSICO- FINANCEIRO.....	147
FONTES CONSULTADAS	148
RESPONSÁVEL E CIÊNCIA	150



APRESENTAÇÃO

O presente documento, apresentado pela Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEDURB, constitui-se no Projeto de Trabalho Social - PTS elaborado em consonância com a Portaria 21 e com as diretrizes do Programa Gestão de Riscos e Resposta aos Desastres, Ação Manejo de Águas Pluviais da Secretaria Nacional de Saneamento - MCIDADES, a ser entregue à Caixa Econômica Federal.

O PTS proposto neste documento baseia-se no princípio da participação da sociedade nas intervenções na qual estejam diretamente ligadas, envolvendo os diversos atores sociais, possibilitando, assim, que a comunidade exerça os seus direitos e deveres.

O Trabalho Social compreende um conjunto de ações educativo-informativas e de mobilização social, planejadas e desenvolvidas pelo proponente em função da execução de Macrodrenagem do Córrego da Ribeira – BR 262, Bairro Universal e Bom Pastor, no município de Viana, e objetiva promover a sustentabilidade socioeconômica e ambiental do empreendimento.

A especificidade do seu conteúdo consiste principalmente no desenvolvimento de atividades que contenham iniciativas de educação ambiental voltadas para os componentes do saneamento básico, observando abordagem interdisciplinar, objetivando contribuir permanentemente para o exercício do controle social, sempre com a perspectiva de busca de sustentabilidade nas relações estabelecidas entre as pessoas e o ambiente onde vivem.

O perfil das atividades educativas, assim como os meios e instrumentos de comunicação, e os materiais didáticos, metodologias e estratégias a serem adotadas no desenvolvimento do Trabalho Social, devem considerar as peculiaridades do contexto onde se inserem e utilizar para tal, linguagem adequada, respeitar as tradições, costumes, valores locais e expressar a diversidade cultural presente na região.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Nessa perspectiva, a proposta de trabalho que se segue fundamenta-se nos seguintes eixos: mobilização, organização e fortalecimento social, acompanhamento e gestão social da intervenção, educação ambiental e patrimonial e desenvolvimento socioeconômico.

O presente trabalho foi elaborado com base em dados secundários da Prefeitura Municipal de Viana e suas Secretarias Municipais, Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE E Secretaria de Estado da Saúde – SESA/ES.



INTRODUÇÃO

“O desenvolvimento urbano acelerou-se na segunda metade do século vinte, com grande concentração de população em pequenos espaços, impactando os ecossistemas terrestre e aquático e a própria população com inundações, doenças e perda de qualidade de vida.”¹

A forma como se deu o processo de urbanização brasileiro, caracterizado pela expansão das cidades e dos bairros levou a população de menor poder aquisitivo a solucionar seu problema de moradia, através da ocupação irregular de áreas ambientalmente frágeis - como margens de rios, alagados, regiões de manguezal e restinga - sem infraestrutura.

O crescimento em superfície das áreas urbanizadas nas cidades está diretamente associado ao aumento das áreas impermeabilizadas, favorecendo a ocorrência das chamadas “enchentes urbanas”. Diante desse cenário, a consciência ambiental de se realizar a gestão das águas urbanas de forma integrada avançou nos discursos políticos e técnicos, com a introdução e absorção de novos paradigmas relacionados às águas urbanas e, particularmente, ao manejo das águas pluviais urbanas (RIGHETTO, 2009).

Para oferecer a destinação apropriada para as águas que correm pelas cidades é preciso conhecer a dinâmica das bacias hidrográficas e a relação da drenagem com diversas áreas, tais como: uso e ocupação do solo urbano, abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e meio ambiente. Todos estes elementos possuem forte interferência entre si e necessitam de soluções integradas.

As obras de macrodrenagem, constituídas da execução de projetos de canais – retificação da calha principal, obras de aterros das áreas alagadiças e obras secundárias como bueiros, galerias, bocas de lobo -, tornaram-se ações de

¹ Gestão de águas pluviais urbanas / Tucci, Carlos. Brasília: Ministério das Cidades, 2006.p.17.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

destaque dos governantes municipais da segunda metade do século XX, com repercussão política significativa e geradora de anseios de desenvolvimento das cidades, particularmente com relação à expansão do acesso viário e ocupação de terras até então inaproveitáveis.

Diante dos graves problemas ambientais entrelaçados com o desenvolvimento socioeconômico municipal, a consciência ambiental de se realizar a gestão das águas urbanas de forma integrada avançou nos discursos políticos e técnicos nacionais na entrada do novo milênio, com a introdução e absorção de novos paradigmas relacionados às águas urbanas e particularmente o de manejo de águas pluviais urbanas.

Pela Lei Federal Nº 11.445/2007, entende-se que o manejo de águas pluviais urbanas corresponde ao conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, do transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, do tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas associadas às ações de planejamento e de gestão da ocupação do espaço territorial urbano.

Infelizmente, no atual estágio de desenvolvimento do Brasil, o contingente populacional que vive em condições abaixo do limite tolerável de pobreza é alto e o déficit habitacional continua sendo uma das principais fragilidades que contribui para o baixo índice de desenvolvimento social do país.

Por esse fato, a ocupação de áreas de risco pela população de baixa renda é preocupante, já que muitas áreas inundáveis urbanas são repentinamente sujeitas à favelização e, assim suscetíveis aos trágicos eventos de deslizamentos de encosta, soterramentos e inundações, quando estas se localizam na calha secundária de cursos d'água ou em áreas de inundação em fundos de vales, lagoas, ou mesmo às margens de córregos que drenam água de extensas bacias de drenagem.

A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) se insere nesse contexto, o qual requer ações governamentais voltadas à mudança do cenário atual,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

exigindo alterações no padrão estratégico do planejamento das cidades que compõem a RMGV, contemplando primordialmente a drenagem urbana.

O município de Vitória possui Plano Diretor de Drenagem Urbana, Vila Velha possui plano Diretor de Drenagem Urbana Sustentável, Cariacica possui Plano Diretor de Macrodrenagem e Viana possui Plano Diretor de Águas Pluviais e Fluviais.

Para um planejamento regional mais eficiente está em fase de elaboração o Plano Diretor de Águas Urbanas da RMGV, que considere as diretrizes de uso e ocupação do solo e circulação, e ainda as questões ambientais e de desenvolvimento socioeconômico para toda a região de forma integrada.

A ocorrência de inundações em áreas urbanas nas regiões do Córrego da Ribeira, bairros Universal e Bom Pastor é fato recorrente que já foi praticamente incorporado ao cotidiano das populações locais. Essa situação se estende a grande parte das áreas urbanas do município de Viana que são atingidas diretamente pelos alagamentos.

Esse cenário se agrava em períodos de fortes chuvas, com um quadro de inundações periódicas em suas margens que afetam a economia dos municípios, provocando perdas materiais de elevado custo, transtornos na circulação de veículos e pessoas, riscos de epidemias e demais problemas de saúde pública em razão de que o destino final de grande parte dos esgotos sanitários desta região ainda é a rede de drenagem.

Com o propósito de minimizar as cheias que constantemente promovem inundações no perímetro urbano do Município de Viana, e melhorar a qualidade de vida da população residente na região, o Governo do Estado por meio da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEDURB, em parceria com o Governo Federal, firmou o Termo de Compromisso Nº 0444814-20/2014 cujo objeto consiste na execução de Macrodrenagem do Córrego da Ribeira – BR 262, Bairro Universal e Bom Pastor.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

É nesse sentido que se justifica a implementação do Projeto de Trabalho Social, que tem por objetivo a construção de um processo informativo/educativo com participação/mobilização das comunidades envolvidas, com vistas a garantir a disseminação da importância, dos impactos e dos benefícios, bem como a sustentabilidade do empreendimento, focando na educação ambiental que é potencialmente considerada um instrumento de alteração de padrões de comportamento e de valorização do meio ambiente.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

IDENTIFICAÇÃO

Programa: Gestão de Riscos e Resposta aos Desastres		Termo de Compromisso nº: 0444814-20/2014	
Ação/Modalidade: Manejo de Águas Pluviais			
Empreendimento: Macrodrenagem do Córrego da Ribeira-BR262, Bairro Universal e Bom Pastor			
Município: Viana		UF: Espírito Santo	
Fonte de recursos: OGU		Regime de execução do PTS: Execução Indireta	
Proponente/Compromissário: GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO			
Interveniente Executor: Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano			
Tel.: (27) 3636-5042		E-mail: secretaria@sedurb.es.gov.br	
Responsável Técnico Social: Sheyanne Sabrina Gomes da Fonseca		Formação: Serviço Social	
Tel.: (27) 3636-5006		E-mail: sheyanne.fonseca@sedurb.es.gov.br	
Valor do Trabalho Social: R\$ 557.997,81		Repasse: R\$ 557.997,81 Contrapartida Financeira: R\$ 0,00	
Prazo do Trabalho Social: 18 meses		Prazo de Obras: 18 meses	



DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

Características da Área de Intervenção e do Entorno

A ocorrência de cheias nas bacias hidrográficas do Córrego da Ribeira, Bairro Universal e Bom Pastor se estende a área representativa da sua bacia, com impactos significativos na população.

É importante fazer uma classificação em relação à natureza das enchentes que ocorrem na região. De um modo geral pode diferenciar-se as “cheias regionais” e as “cheias locais”. As denominadas “cheias regionais” ocorrem em porções maiores do território, no nosso caso são produto das águas precipitadas à montante (na nascente do Córrego da Ribeira) e escoadas para a área urbana, que verte para a baixada acarretando grandes prejuízos e problemas de mobilidade urbana à população.

As soluções técnicas tem por finalidade a redução das cheias que constantemente promovem inundações na região propondo a melhoria da drenagem nas áreas de intervenção.

O Córrego da Ribeira situa-se na porção norte de Viana e drena uma área superior a 47,68 Km² abrangendo um total de 33 sub-bacias dentro de sua poligonal predominantemente urbana.

Assim sendo, as ações deste Projeto de Trabalho Social serão desenvolvidas com a população beneficiada pelas obras de Macrodrenagem do Córrego da Ribeira, Bairro Universal e Bom Pastor. Portanto, categorizamos neste PTS o município de Viana.



Caracterização do Município de Viana

➤ Localização Territorial

O município de Viana (Figura 01) está localizado na Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV com extensão territorial de 311,08 km² estando a uma altitude de 34 metros, e faz parte do Território Montanhas e Águas do Estado. Localizado na latitude sul de 20°23'25" e na longitude oeste de Greenwich de 40°29'46", Viana possui 65.001 hab. (IBGE 2010). Limita-se ao sul com Guarapari, ao norte com Cariacica, a leste com Vila Velha e a oeste com Domingos Martins. A sede fica a 22 quilômetros da capital, Vitória.

A Região Metropolitana da Grande Vitória possui as seguintes características básicas:

Com uma área total de 2.335,763 km² e população estimada em 1.687.704 habitantes (IBGE 2010), é composta pelos municípios de **Cariacica** - 348.738 hab.; **Vila Velha** - 414.586 hab.; **Serra** – 409.267 hab., **Vitória** – 327.801hab.; **Viana** – 65.001 hab.; **Guarapari** – 105.286 hab.; e **Fundão** – 17.025 hab. Sua área corresponde a 5,03% da área territorial do ES. A densidade demográfica da RMGV é de 727,79 hab./ km², enquanto que a do ES é de 76,25 hab./ km².

Pode-se afirmar que a RMGV, com exceção de Viana, como qualquer metrópole/megalópole, apresenta um grande inchaço populacional: 48,01% da população estadual em apenas 5,03% do território.



Figura 01: Vista Panorâmica da Cidade



Fonte: <http://www.viana.es.gov.br>

➤ **Aspecto Histórico**

Ao final do século XVI e início do século XVII, os portugueses saíram de Vila Velha e seguiram pelo Rio Jucu em canoas, em busca de ouro. Acredita-se que sua primeira passagem tenha sido por Araçatiba, instalando-se ali os primeiros colonizadores, seguindo depois pelo Rio Santo Agostinho até alcançar o local que hoje é a sede do município de Viana. Os indígenas que habitavam a região eram da tribo dos Puris.

Viana inaugurou o ciclo da imigração europeia para o Espírito Santo oficialmente em fevereiro de 1813. Vieram imigrantes alemães e italianos. Para reduzir a escassez de mão-de-obra agrícola e ajudar a povoar as margens da primeira estrada que ligaria Vitória à Minas, foram chamados também os açorianos.

Os açorianos receberam terrenos, casas, ferramentas, carros de bois ou cavalgaduras. Eles se instalaram nas proximidades do Rio Jucu e seus afluentes



- Formate e Santo Agostinho - e iniciaram o cultivo de trigo e arroz, melhorando também as culturas de milho e mandioca, já conhecidas pelos nativos.

Viana teve também um porto fluvial bastante movimentado, chamado Porto da Igreja, localizado ao Sul da cidade, às margens do Rio Santo Agostinho. Desembarcaram ali os materiais utilizados na construção da Igreja Matriz, os objetos religiosos e a imagem de Nossa Senhora da Conceição. O Porto da Igreja foi um grande empório comercial.

O capelão Frei Francisco Nascimento Teixeira foi encarregado de fundar ali um núcleo populacional, para tanto, recebeu algumas terras do governo. O novo núcleo recebeu o nome de Viana, em homenagem a Paulo Fernandes Viana, o pioneiro da região. Antes, a cidade era chamada de Jabaeté.

A contribuição cultural deixada pelos europeus pode ser sentida ainda hoje nos casarios antigos que resistem no tempo. Os jesuítas, índios e negros também ajudaram na construção da história do município, que foi criado oficialmente em 23 de julho de 1862, ao ser desmembrado de Vitória.

➤ **Distritos e Principais Comunidades**

Além dos dois distritos do município (Sede e Araçatiba), os principais aglomerados urbanos delimitados através de georreferenciamento, concentram-se na região da Grande Vila Bethânia e nos bairros Marcílio de Noronha, Universal, Areinha, Industrial, Canaã, Treze de Maio, Ribeira e Jucu.

As principais comunidades rurais são: Formate, São Paulo de Viana, Alegre, Piapitangui, Peixe Verde, Pedra da Mulata, Santa Rita, Carioca, Canto Grande, Jacarandá, Bonito, Biriricas, Camboapina, Araçatiba, Tanque e Perobas.



➤ Aspecto Populacional

O município de Viana possui cerca de 95% de sua população residindo na área urbana, conforme Tabela 01 abaixo.

Tabela 01: População distribuída por sexo

SITUAÇÃO DOMICÍLIO/SEXO	ANO 2010
ÁREA URBANA	59632
Homens	29475
Mulheres	30157
ÁREA RURAL	5369
Homens	3716
Mulheres	1653

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp>, em 12 de maio de 2011.

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Viana ocupa, em relação ao Espírito Santo, o 34º (0,74), no ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2000). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

➤ Aspectos Fundiários

Os aspectos fundiários de um município refletem, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Existem muitas formas de observar e conceituar a partir desses números. Optamos por utilizar dados do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) onde a quantidade de módulos fiscais define a propriedade em minifúndio, pequena (entre 1 a 4 módulos fiscais), média (acima de 4 até 15 módulos fiscais) e grande propriedade (superior a 15 módulos fiscais). Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração, principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar (entre outros aspectos, para ser considerada familiar, a propriedade não pode ter mais que 4 módulos fiscais). Em Viana o módulo fiscal equivale a 12 hectares.

No município existem assentamentos rurais conforme Tabela 02.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Tabela 02: Assentamentos Existentes

Nº	Nome do Assentamento e/ou Associação Contemplada	Modalidade	Nº de Famílias e/ou Beneficiadas
1	Assentamento Jucuruaba	Assentamento Estadual	19
2	Assentamento Santa Clara	Assentamento Estadual	31
3	Sítio da Comunidade Agrícola do ES	Crédito Fundiário	04

Fonte: INCAPER/ELDR Viana, 2010.

A estrutura fundiária de Viana retrata o predomínio das pequenas propriedades e está assim distribuída (Tabela 03):

Tabela 03: Estrutura Fundiária no Município

MUNICÍPIO	MINIFÚNDIO	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE	TOTAL
Viana	534	361	106	18	1019

Fonte: INCRA, dados de janeiro de 2011.

➤ **Aspectos Geográficos**

O município possui um relevo montanhoso composto pela cordilheira de São Paulo, pelas serras de Biriricas e pelos montes de Itaúnas e Araçatiba, pertencentes a Serra Geral. Há também grandes planícies em Araçatiba e às margens do rio Jucu.

O município por meio da BR 262 faz ligação do litoral, Região Serrana e o Estado de Minas Gerais, enquanto a BR 101 liga o município ao sul e ao norte do Estado do Espírito Santo.



➤ **Aspectos Ambientais**

O município de Viana possui 19% de sua área coberta com remanescente da mata atlântica. Com a preocupação em preservar os recursos naturais, a administração municipal, em convênio com o Ministério do Meio Ambiente, criou o Parque Natural Municipal Rota das Garças, que está em fase de implementação, localizado próximo à sede do município às margens da BR- 262 KM 18,5.

Além desse Parque, está em pleno funcionamento o CEAJ – Centro de Educação Ambiental de Jucuruaba, onde são desenvolvidos pelo Incaper e em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Meio Ambiente e Agricultura, vários programas e projetos voltados a educação ambiental.

Temperatura: A média gira em torno de 25° C, não sendo registrado mínimo abaixo de 10° C positivos e nem máxima acima de 34°C.

Precipitação Pluviométrica: Pelo histórico dos últimos dez anos a média registrada é de 1.450 mm anual.

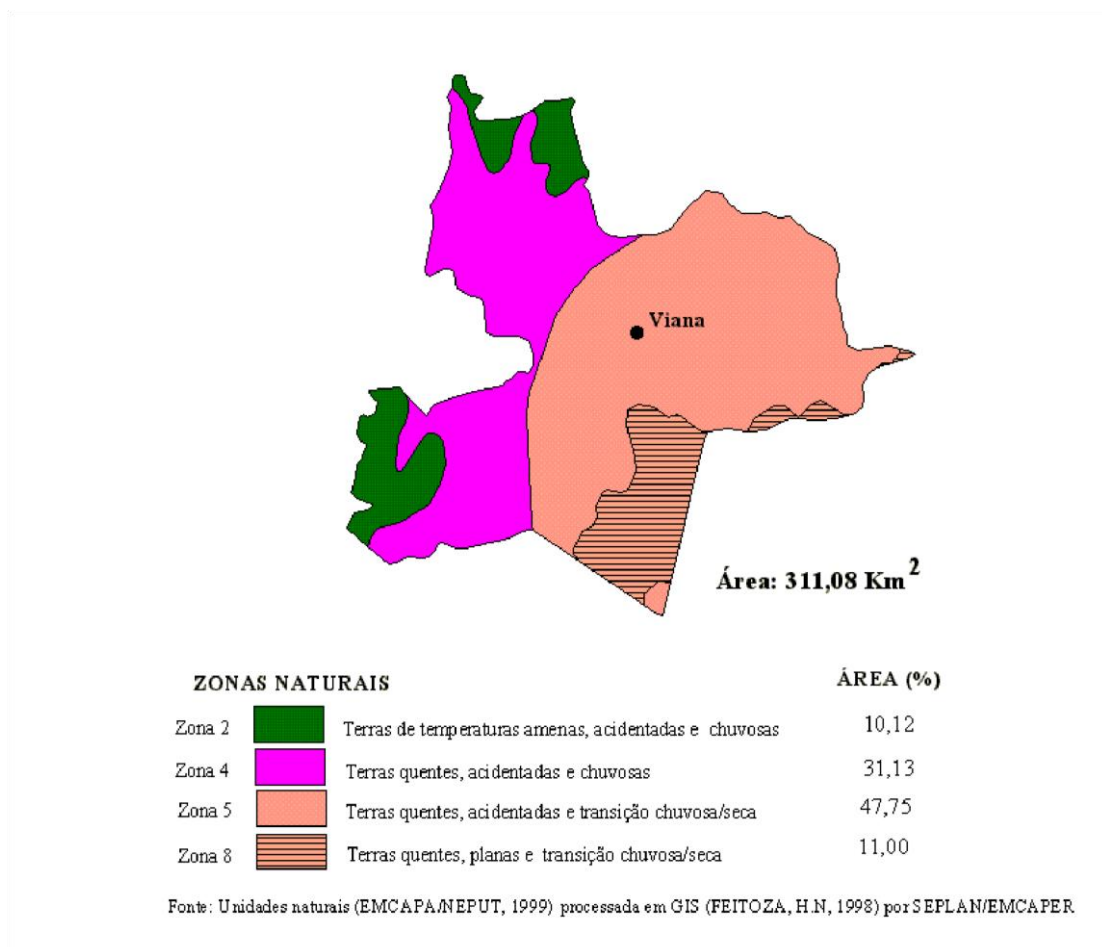
Rios:

Os mais importantes são: Jucu, Formate, Jacarandá, Santo Agostinho, ressaltando que inúmeros outros córregos e pequenos mananciais compõe os recursos hídricos do município que aliado a outros aspectos paisagísticos: florestas, montanhas, fauna, flora, propicia ao município grande potencial agroturístico.

Segue abaixo o mapa do município de Viana contendo suas zonas naturais (Figura 02).



Figura 02: Zonas Naturais do Município de Viana



Fonte: Unidades naturais (EMCAPA/NEPUT, 1999) processada em GIS (FEITOZA, HN, 1998) por SEPLAN/EMCAPER

➤ **Organização Social**

No aspecto organizacional, o município de Viana possui organizações rurais e urbanas em praticamente todas as comunidades e/ ou regiões, além da existência da FEMOPOVES - Federação dos Movimentos Populares de Viana - E.S que funciona como uma instituição central.

Em busca de resolução dos problemas, muitas formas associativistas foram criadas, principalmente as associações, das quais podemos destacar, nas Tabelas 04 e 05:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Tabela 04: Associações de Agricultores Familiares Existentes no Município

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
01	Movimento Comunitário de Formate	Formate	28	Discussão dos programas institucionais para agro merenda, cursos para grupo de agricultores familiares
02	APRUPI – Associação dos Produtores Rurais de Piapitangui	Piapitangui	66	Discussão dos programas institucionais para agro merenda, cursos para grupo de agricultores familiares
03	APRUPEV - Associação dos Produtores Rurais de Peixe Verde	Peixe Verde	30	Discussão dos programas institucionais para agro merenda, cursos para grupo de agricultores familiares
04	ASPACAV - Associação dos Produtores Agrícolas de Campo Verde	Campo Verde	31	Discussão dos programas institucionais para agro merenda, cursos para grupo de agricultores familiares
05	APROVES – Associação dos Produtores Rurais de Viana	Jucu	12	Discussão dos programas institucionais para agro merenda, cursos para grupo de agricultores familiares
06	Agricultores Familiares de Viana	-	-	Discussão dos programas institucionais para agro merenda, cursos para grupo de agricultores familiares

Fonte: INCAPER/ELDR Viana, Prefeitura e Sindicato, 2010.

Tabela 05: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

Nº	ENTIDADE
01	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Viana - CMDRV
02	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viana
03	Sindicato Rural Patronal de Viana
04	Movimento Comunitário de Formate
05	Associação dos Produtores Rurais de Piapitangui - APRUPI
06	Associação de Produtores Rurais de Peixe Verde - APRUPEV
07	Secretaria Municipal de Saúde
08	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
09	Secretaria Municipal de Educação
10	Secretaria Municipal de Agricultura
11	Câmara Municipal de Viana

Fonte: INCAPER/ELDR Viana, 2010.



➤ Aspectos Econômicos

Dos sete municípios que integram a Região Metropolitana da Grande Vitória, Viana é o terceiro maior em extensão territorial e possui localização privilegiada. Com 60% de área rural a sua produção agropecuária especialmente a banana, o café e o gado, abastece parte do mercado consumidor da Grande Vitória, mas a economia do município tem como principais bases de sustentação a indústria, o comércio, os serviços, agropecuária e agroindústria.

As agroindústrias existentes são de polpa de frutas, queijo, mandioca congelada, empacotamento de leite e carne suína, gerando empregos e utilizando matéria-prima local. Viana também abriga a produção de panelas de barro, que são fabricadas de forma artesanal pelas paneleiras do bairro Canãa.

Estão instaladas na região sete das 150 maiores empresas do Estado. O setor de serviços representa cerca de 57% do PIB do município no ano de 2016.

O Produto Interno Bruto (PIB) representa uma medição do valor total dos bens e serviços produzidos em determinada região. No Espírito Santo, o cálculo do PIB dos municípios é feito pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), de acordo com as normas de cálculo do IBGE.

O último dado do PIB municipal disponível refere-se ao ano de 2016 (Tabela 06).

Tabela 06: Componentes do PIB no município de Viana - 2016

Componentes	Valor (R\$ milhões)	Part. %
Agropecuária	R\$ 25,09	1,21
Indústria	R\$ 581,14	27,92
Serviços	R\$ 1.175,02	56,46
Serviços, exceto Adm. Pública	R\$ 885,26	42,54
Administração Pública	R\$ 289,75	13,92



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos	R\$ 299,94	14,41
PIB a preços correntes	R\$ 2.081,18	100,00

Fonte: IJSN e IBGE

➤ **Aspectos Turísticos**

A Administração Municipal estabeleceu 04 rotas turísticas para Viana, acatando sugestão e deliberação do CMDRV – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Viana.

Rota 01 - Bairro Jucu (BR 101 sul) - Comunidade de Araçatiba, Campo Grande, Jacarandá, Santa Rita, Santa Luzia (comunidade do município de Guarapari).

Rota 02 - Bairro Universal - Comunidades de Piapitangui, Formate, São Paulo de Viana, Pau Amarelo e Biriricas (as duas últimas comunidades de Cariacica e Domingos Martins, respectivamente).

Rota 03 - Viana Sede, BR - 262 - São Rafael, Peixe Verde, Taquaras e Bom Jesus (Divisa com o Município de Marechal Floriano).

Rota 04 - Viana Sede, Pedra da Mulata, Carioca, Santa Rita, Baía Nova, Santa Luzia (as duas últimas comunidades do município de Guarapari).

Além das rotas, o município conta também com outras atrações turísticas:

Estação Ferroviária de Viana

A estação ferroviária de Viana (Figura 03) foi inaugurada em 12 de julho de 1895 pela Companhia Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, sendo um marco para o trecho ferroviário, uma vez que foi a primeira a ser construída, ao longo da via que ligava Vitória a Cachoeiro de Itapemirim.

Nos anos 60, a estação passou a ser denominada Jabaeté, voltando depois ao nome original. Ela está localizada no km 540 da linha do litoral da Ferrovia Centro



Atlântica - atual nome da estrada de ferro - a uma altitude de 15 metros acima do nível do mar.

A partir do ano de 1993, a estação recebeu o nome de Sala Alvimar Silva, que passou a abrigar peças (móveis, ferramentas, máquinas) doadas pela Rede Ferroviária, com referências ao cotidiano das ferrovias.

Em abril de 2007, a estação passou por reforma e está pronta para ser o ponto de partida para o Trem das Montanhas Capixabas, um passeio que vai de Viana a Domingos Martins, passando por Marechal Floriano.

A antiga estação está localizada no centro do município, com acesso pela Avenida Florentino Avidos.

Figura 03 - Estação Ferroviária de Viana



Fonte: www.viana.es.gov.br

Locomotiva

Ao lado da estação ferroviária de Viana, está em exposição a locomotiva 62 (Figura 04), original da Baldwin Locomotive Works - Philadelphia, fabricada em 1917. A locomotiva pertenceu originalmente ao exército francês durante a Primeira Guerra Mundial para operar nas linhas de trincheiras e de retaguarda na França.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Após essa operação, foi alienada como excedente de guerra, vindo a servir, nos anos 50, às usinas Santa Helena e São João, localizada próxima à cidade de João Pessoa, Paraíba.

Em 1983, a atividade de transporte ferroviário da usina foi desativada e a locomotiva saiu de circulação. Depois de anos fora de uso, em 2002, foi adquirida e restaurada pelo colecionador Márcio Manela, sendo utilizada na ferrovia Estrada de Ferro da Fazenda Mato Alto, em Guaratiba, Rio de Janeiro.

A Prefeitura Municipal de Viana adquiriu a locomotiva 62 em 2006, para realizar o passeio Trem Turístico Cultural, em um circuito interno no Parque Natural Rota das Garças.

Figura 04 - Locomotiva



Fonte: www.viana.es.gov.br

Igreja Nossa Senhora da Conceição

Um dos principais monumentos históricos de Viana, a Igreja Nossa Senhora da Conceição (Figura 05) situa-se no centro do município. É um monumento de arquitetura barroca, construído no período de 1815 a 1817 pelos colonos açorianos. A primeira missa foi celebrada em 24 de junho de 1816, e a inauguração solene da igreja foi em 1817. A igreja foi tombada, em março de 1983, pelo Conselho Estadual de Cultura que reconheceu sua importância para o patrimônio histórico e artístico do Estado.



Figura 05 - Igreja Nossa Senhora da Conceição



Fonte: www.viana.es.gov.br

Rampa do Urubu

Com cerca de 260 metros de altura, a Rampa do Urubu (Figura 06) é utilizada não apenas por praticantes de vôo livre como também por apreciadores da natureza em geral, uma vez que o atrativo possibilita interação total com os elementos naturais associados a vista panorâmica da região.

Figura 06 – Rampa do Urubu



Fonte: www.viana.es.gov.br



➤ **Abastecimento de Água**

Conforme dados da CESAN – Companhia Espírito Santense de Saneamento, toda a população urbana de Viana é atendida com serviço de abastecimento de água, assim como nos demais municípios mais populosos da Grande Vitória.

➤ **Energia Elétrica**

Quanto ao abastecimento de energia elétrica, cuja prestação de serviço é realizada pela EDP, possui uma cobertura total de 99,41% no município.

➤ **Equipamentos Comunitários e Serviços Públicos**

Segue abaixo a descrição de alguns equipamentos comunitários que prestam atendimento ao município de Viana:

Centros Municipais de Ensino Infantil (CMEI's)

CMEI “Calypio de Siqueira Rocha”
Bairro: Marcílio de Noronha
Diretora: Nerli Teixeira
Tel.: (27) 3343-3040/3343-5592

CMEI” Izabel Mercher Helmer”
Bairro: Industrial
Diretora: Rita de Cássia Ribeiro Bonfá
Tel.: (27) 3336-2063/3343-3130

CMEI “Lydia Eliete de Souza”
Bairro: Campo Verde
Diretora: Maria Luzia de Lima Ferreira
Tel.: (27) 3343 3130

CMEI “Lourdes M^a C. Capdeville”
Bairro: Universal
Diretora: Ana Cristina Cavati
Tel.: (27) 3236-9773

CMEI “Maria Antônia de S. Bravim”
Bairro: Canãa
Diretora: Fátima Maria Erlacher Mariano
Tel.: (27) 3343-6700



CMEI "Maria da Penha Castro Novais"

Bairro: Jucu

Diretora: Marilza Maria Pádua Lovati

Tel.: (27) 3255-1186/3255-1186

CMEI "Professora Biluca"

Bairro: Centro

Diretora: Denise do Nascimento Schneider

Tel.: (27) 3255-1775

CMEI "Raio de Luz"

Bairro: Morada de Bethânia

Diretora: Gizelle Aparecida Merlo Santana

Tel.: (27) 3354-1024/3354-0094

CMEI "Santa Clara"

Bairro: Vila Bethânia

Diretora: Maria Auxiliadora Saraiva

Tel.: (27) 3343-3244/3343-8458

Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF's)

EMEF "Adamastor Furtado"

Bairro: Bairro Universal

Diretora: Marilena Pádua Lube Jaretta

Tel.: 3344.1155/3344-4756

EMEF "Alvimar Silva"

Bairro: Bairro Ipanema

Diretora: Cristina Siqueira Novaes

Tel.: 3344.1295/3344-4920

EMEF "Constantino José Vieira"

Bairro: Bairro Marcílio de Noronha

Diretora: Carla Renata Silva Ladeira

Tel.: 3344.1543/3343-5459

EMEF "Dr. Denizarth Santos"

Bairro: Bairro Industrial

Diretora: Aurora de Fátima Pereira Bragança

Tel.: 3336-7677

EMEF "Dr. Tancredo de Almeida Neves"

Bairro: Bairro Nova Bethânia

Diretora: Márcia de Sousa da Silva

Tel.: 3336.3115/3354-0090



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

EMEF “Francisco de Assis Pereira”

Bairro: Bairro Canaã

Diretora: Cenira Braga da Rocha

Tel.: 3344-1382

EMEF “Marcílio de Noronha”

Bairro: Bairro Marcílio de Noronha

Diretora: Luciene Armini Rodrigues Garcez

Tel.: 3336.7691

EMEF “Padre Antunes Siqueira”

Bairro: Viana

Diretora: Nilza Moraes Firme Ribeiro

Tel.: 3255.1536

EMEF “Profª Divaneta L. de Moraes”

Bairro: Bairro Campo Verde

Diretor: Marcos Silva

Tel.: 3336.1431

EMEF “Ulisses dos Santos Filho”

Bairro: Bairro Morada de Bethânia

Diretora: Mariléia Gobbi

Tel.: 3354.1024

EMEF “Washington Martins Filho”

Bairro: Bairro Marcílio de Noronha

Diretora: Maria Aparecida dos Santos Lopes

Tel.: 3344.1807

Unidades de Saúde de Viana

Unidade de **Araçatiba**

Coordenador: Luan Pereira

End: Rua Francisco Palassi, S/Nº

Tel.: (27) 3255-6001

E-mail: usaracatiba@viana.es.gov.br

Unidade de **Areinha**

Coordenador: Edma Trabach Xavier

End: Av. Guarapari, S/Nº - Areinha

Tel.: (27) 3344-0746

E-mail: usareinha@viana.es.gov.br

Unidade de **Bom Pastor**

Coordenador: Ana Lúcia de Oliveira

End: Rua Anhanguera, S/Nº, Bom Pastor



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Tel.: (27) 3255-2631

E-mail: usbompastor@viana.es.gov.br

Unidade de **Canãa**

Coordenador: Ygor Lyra de Oliveira

End: Rua José Gilliard, S/Nº - Canãa

Tel.: (27) 3344-8993

E-mail: uscanaa@viana.es.gov.br

Unidade de **Industrial**

Coordenador: Jaquiline Pereira Silva

End: Rua Xavier, S/Nº - Industrial

Tel.: (27) 3344-3943

E-mail: usindustrial@viana.es.gov.br

Unidade de **Ipanema**

Coordenador: Douglas Poubel

End: Rua 37, n 30 – Ipanema

Tel.: (27) 3344-8567

E-mail: usdeipanema@viana.es.gov.br

Unidade de **Jucu**

Coordenador: Marilza O. dos Santos Andrade

End: Rua Nossa Senhora de Belém, Nº 220

Tel.: (27) 3255-1361

E-mail: usdejucu@viana.es.gov.br

Unidade de **Morada Bethânia**

Coordenador: Maria de Fátima Heidmann

End: Rua Domingos Martins, S/Nº - Morada Bethânia

Tel.: (27) 3354-0033

E-mail:

Unidade de **Nova Bethânia**

Coordenador: Sonia Maria Pimentel Franco de Lima

End: Av. Central, S/Nº - Nova Bethânia

Tel.: (27) 3354-0167

E-mail: usnovabethania@viana.es.gov.br

Unidade de **Primavera**

Coordenador: Nilmara Iolanda Ebaní

End: Rua Jose Marcelino de Mello, S/Nº - Primavera

Tel.: (27) 3344-0662

E-mail: usdeprimavera@viana.es.gov.br

Unidade de **Soteco**

Coordenador: Roseny Peixoto da Silva Bragato



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

End: Rua 06, Nº 19 - Soteco
Tel.: (27) 3344-2593
E-mail: ussoteco@viana.es.gov.br

Pronto Atendimento Municipal

Coordenador: Maria de Lourdes Lima Effgen
End: Rua Ovídio Alvarenga, S/Nº, Santa Terezinha
Tel.: (27) 3255-2677/ 3255-2977
E-mail: padeviana@viana.es.gov.br

Unidade de Assistência Farmacêutica

Coordenador: Camila Capdeville Perini
End: Rua Domingos Vicente, Nº 111, Centro
Tel.: (27) 3255-1469
E-mail: daf@viana.es.gov.br

Unidades de Referência

Unidade de Referência em DST/AIDS

Coordenador: Hellen Livia Assis dos Santos
End: Rua Levino Chacon, S/Nº, Centro
Tel.: (27) 3255-1621
E-mail: dstaides@viana.es.gov.br

Unidade de Referência em Fisioterapia

Coordenador: Luciara Marchesi Siqueira
End: Rua Cachoeiro de Itapemirim, Q. 11, Nº 42, M. Noronha
Tel.: (27) 3236-8306
E-mail: urfisioterapia@viana.es.gov.br

Unidade de Referência em Saúde Mental

Coordenador: Sonia Lopes Nascimento
End: Rua Santa Helena, Nº 137, Vila Bethânia
Tel.: (27) 3386-5270
E-mail: usemsaudemental@viana.es.gov.br

Unidade de Referência em Tuberculose e Hanseníase

Gerente: Luiz Alberto Campos Balestrero
End: Rua Governador Rubim, S/Nº - Centro
Tel: (27) 3255-1140
E-mail: urtubhans@viana.es.gov.br

Unidade de Vigilância em Saúde - Ambiental, Epidemiológica e Sanitária

Gerente: Virgínia de Lima Domingos de Paula
End: Av. Espírito Santo, S/Nº - Marcílio de Noronha
Tel.: (27) 3344-3240/3344-6130
E-mail: vigilanciaemsaude_viana@hotmail.com



CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ATENDIDA

Considerando que a população do município de Viana também será beneficiada com as intervenções físicas, consta a seguir a caracterização socioeconômica do município e dos bairros que serão beneficiados pelas intervenções de macrodrenagem, com base em dados do Censo IBGE 2010, dados fornecidos pela Prefeitura Municipal e pela Secretaria Estadual de Saúde - SESA, permitindo assim traçar o perfil da população.

A ocorrência de inundações em áreas urbanas na região do córrego da Ribeira, Bairro Universal e Bom Pastor é fato recorrente que já foi praticamente incorporado ao cotidiano das populações locais. A ocupação antrópica de extensas áreas às margens do córrego, cujo escoamento natural difuso e, muitas vezes, cambiante em função das condições morfológicas e climáticas, acarretam como consequência o permanente convívio com enchentes de elevada capacidade de destruição de bens e riscos à vida humana.

Esta situação se estende a grande parte das áreas urbanas desta bacia no município de Viana. São atingidos diretamente pelos alagamentos aproximadamente 9.948 habitantes e 2.985 famílias de baixa renda com até 02 (dois) salários mínimos de acordo com dados do Censo Demográfico IBGE 2010.

Beneficiários: Projeto de Macrodrenagem dos Córregos da Ribeira, Bairro Universal e Bom Pastor

Nº de domicílios/famílias: 2.985	Nº de pessoas: 9.948
Nº de famílias em situação de risco: não identificado	Nº de famílias removidas/reassentadas: não se aplica.
*Nº de idosos chefes de família: 520	*Nº de mulheres chefes de família: 1.157
*Nº de pessoas portadoras de necessidades especiais: não identificado	*Nº de idosos: 721
Renda média familiar (em SM): 0 a 2 SM	

*O perfil das famílias beneficiadas pelo Projeto será detalhado após a complementação do Diagnóstico Socioterritorial.



Caracterização da População do Município de Viana:

Perfil das famílias residentes no município:

- **Gênero**

Dados do Censo demográfico 2010 demonstram crescimento populacional no município (Tabela 07 e 08):

Tabela 07: População residente, por situação de sexo - 2010

Município	Total
Viana	65.001
Homens	33.191
Mulheres	31.810

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 08: População residente, por situação de sexo - 2000

Município	Total
Viana	53.452
Homens	26.820
Mulheres	26.632

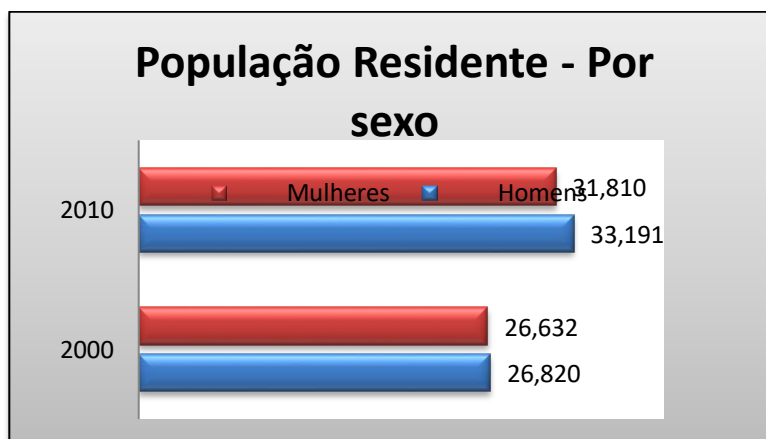
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

O Censo Demográfico 2010 demonstra o crescimento populacional de 82,23% totalizando 65.001 habitantes, se comparado como o Censo 2000 conforme ilustrado na Figura 07 abaixo:



Figura 07:

População Residente - Por sexo



▪ Distribuição por faixa etária

De acordo com dados do Censo 2010, verifica-se a incidência de 9.910 crianças de 0 a 09 anos, sendo aproximadamente 49,74% do sexo feminino, discriminados na Tabela 09 a seguir:

Tabela 09: População residente, por situação de sexo e grupos de idade de 0 a 9 anos

Município	Total	Menos de 1 ano	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos
Viana	9.910	923	937	891	1.002	1.026	1.071	963	1.039	965	1.093
Homens	4.981	467	487	451	534	511	522	453	516	486	554
Mulheres	4.929	456	450	440	468	515	549	510	523	479	539

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Com relação à faixa etária de 10 a 14 anos, observa-se a incidência de 5.721 habitantes, sendo 50,37% do sexo masculino. No que tange a faixa etária de 15 a 24 anos, podendo aqui ser entendido na fase de adolescência e juventude, observa-se o total de 12.312 habitantes, estando equiparado em 52,88% à distribuição por sexo (Tabela 10 e Figura 08).



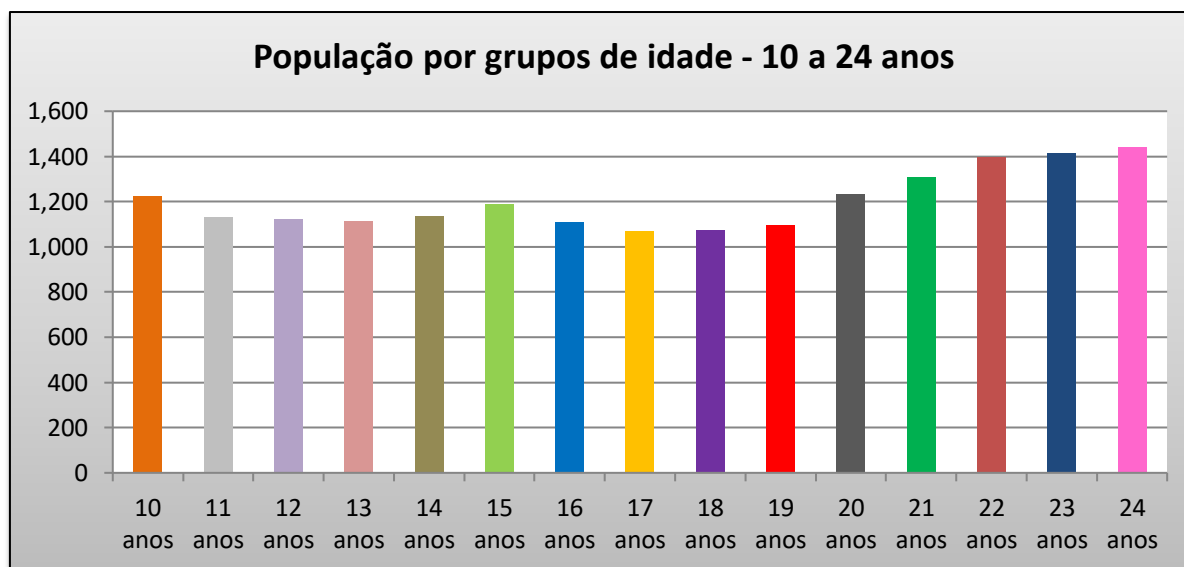
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Tabela 10: População residente, por situação de sexo e grupos de idade de 10 a 24 anos

Município	10 a 14 anos						15 a 19 anos						20 a 24 anos					
	Total	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	Total	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	Total	20 anos	21 anos	22 anos	23 anos	24 anos
Viana	5.721	1.223	1.131	1.123	1.111	1.133	5.526	1.186	1.107	1.069	1.071	1.093	6.786	1.234	1.306	1.396	1.412	1.438
Homens	2.882	596	563	553	563	607	2.772	578	530	543	554	567	3.739	643	725	754	805	812
Mulheres	2.839	627	568	570	548	526	2.754	608	577	526	517	526	3.047	591	581	642	607	626

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Figura 08: População por grupos de idade - 10 a 24 anos



O maior quantitativo de habitantes está concentrado na faixa etária de 25 a 59 anos, estando assim grande parcela em idade produtiva, conforme demonstra a Tabela 11 e a Figura 09, apresentadas a seguir.

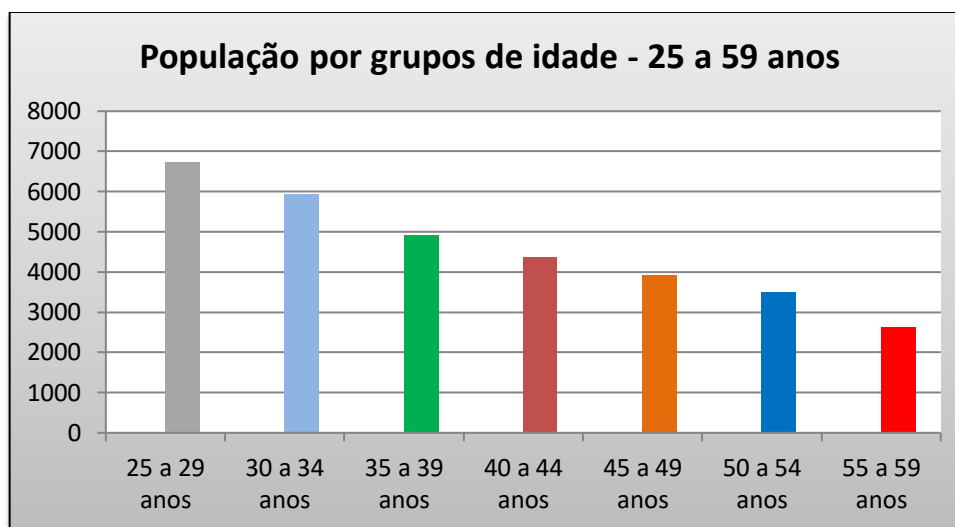
Tabela 11: População residente, por situação de sexo e grupos de idade de 25 a 59 anos

Município	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos
Viana	6.720	5.941	4.922	4.364	3.923	3.487	2.626
Homens	3.715	3.193	2.560	2.154	1.938	1.707	1.248
Mulheres	3.005	2.748	2.362	2.210	1.985	1.780	1.378

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



Figura 09: Distribuição por faixa etária de 25 a 59 anos



O Censo demográfico 2010 aponta para a evidência de 1.024 pessoas acima de 60 anos, em sua maioria do sexo feminino, conforme descrito na Tabela 12 abaixo.

Tabela 12: População residente, por situação de sexo e grupos de idade de 60 a 100 anos ou mais

Município	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 a 89 anos	90 a 99 anos	100 anos ou mais
Viana	1888	1075	843	699	540	89	32
Homens	864	586	376	297	225	43	24
Mulheres	1024	490	467	402	315	46	8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Dessa maneira, verificando a proporção populacional por grupos de idade, constata-se uma maior concentração na faixa de 25 a 59 anos, o que equivale a 49% da totalidade (Tabela 13 e Figura 10).

Tabela 13: Proporção populacional por grupos de idade

Proporção de População por grupos de idade (%)			
0 a 9 anos	10 a 24 anos	25 a 59 anos	60 anos e +
15 %	28 %	49 %	8 %

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



Figura 10: Proporção populacional por grupos de idade



▪ Escolaridade

Considerando os dados acerca da escolaridade do Censo Demográfico 2010, observamos um número expressivo de pessoas alfabetizadas no município, conforme Tabelas 14 e 15 e Figura 11, abaixo:

Tabela 14: Escolaridade da população

Município	Escolaridade					
	Zona Urbana			Zona Rural		
	Total	Alfabetizado		Total	Alfabetizado	
		Homem	Mulher		Homem	Mulher
Viana	49.911	24.776	25.135	4.670	3.300	1.370

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

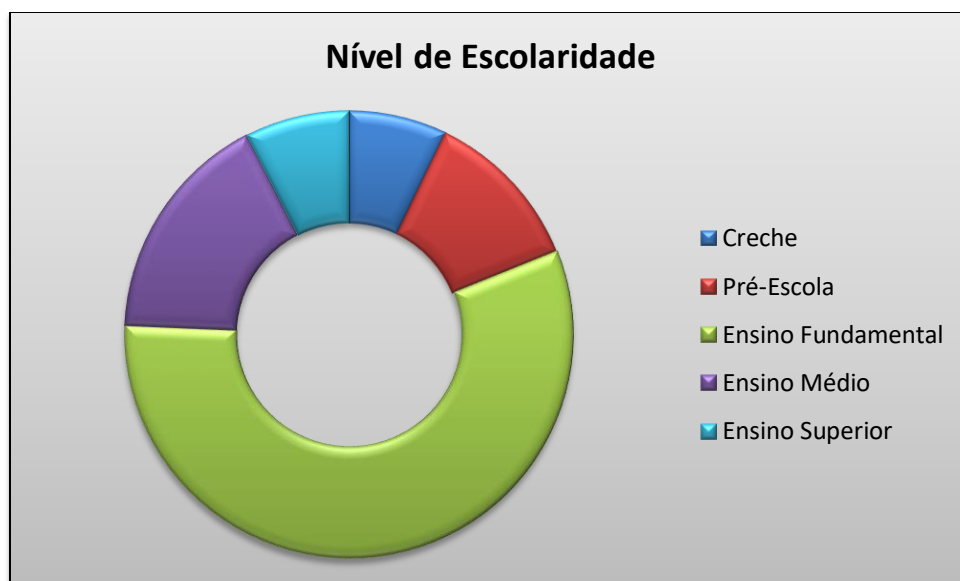
Tabela 15: Nível de escolaridade da população

Município	Escolaridade				
	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
Viana	1.091	1.795	8.669	2.566	1.149

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



Figura 11: Nível de Escolaridade



▪ **Rendimento mensal**

A Tabela 16 abaixo demonstra o rendimento domiciliar mensal distribuído em classes salariais, tendo a maior incidência de zero a dois salários mínimos (Figura 12):

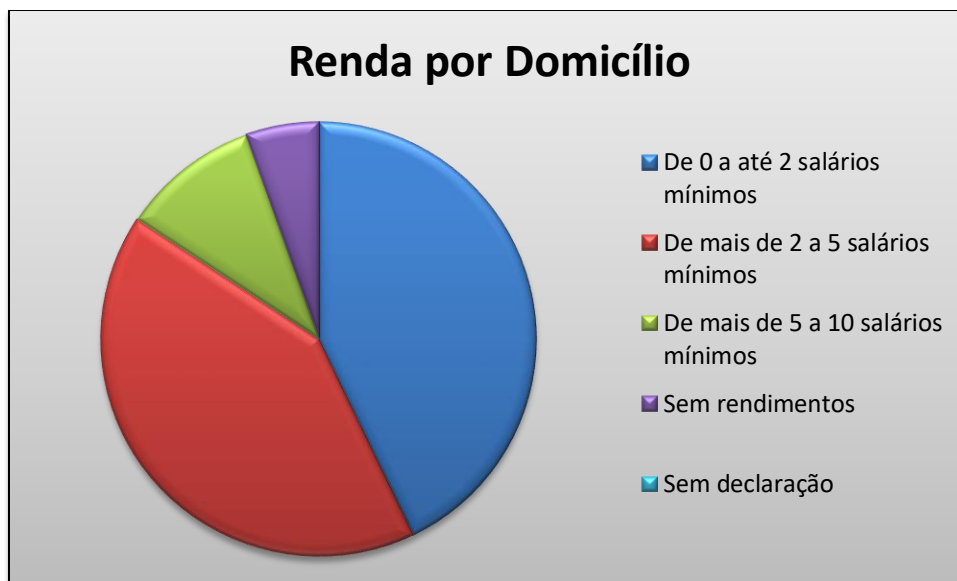
Tabela 16: Renda por Domicílio

Rendimento Domiciliar				
De 0 a até 2 salários mínimos	De mais de 2 a 5 salários mínimos	De mais de 5 a 10 salários mínimos	Sem rendimentos	Sem declaração
7.936	7.674	1.897	1.006	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.



Figura 12: Renda por Domicílio



▪ Doenças de Veiculação Hídrica

A ausência dos serviços de saneamento básico resulta em precárias condições de saúde de uma parcela significativa da população brasileira, com a incidência de doenças, principalmente as de veiculação hídrica.

A relação entre saúde e ambiente, por ser complexa, pode ser avaliada segundo diferentes dimensões e pode ser vista como uma “relação de causa e efeito em que determinados condicionantes associados à falta de saneamento, acabam gerando efeitos negativos na saúde” (BRASIL, 2004, p.24).

Os fatores ambientais, sociais e os culturais que atuam no espaço e no tempo sobre as populações condicionam e determinam o processo de produção das doenças. Os grupos sociais que vivem em áreas com carências de serviços de saneamento ambiental estão sujeitos a potencializar efeitos adversos na saúde por meio de contaminantes, locais de proliferação de vetores e outros.

No que se refere à incidência de doenças por veiculação hídrica no município e no período considerado foram levantados dados sobre: dengue, leptospirose e hepatites virais.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

A dengue é uma doença infecciosa aguda de curta duração, de gravidade variável, causada por um arbovírus, do gênero *Flavivirus*. A doença é transmitida, principalmente, pelo mosquito *Aedes Aegypti* infectado. Esse mosquito pica durante o dia, ao contrário do mosquito comum (*Culex*), que pica durante a noite. As epidemias geralmente ocorrem no verão, durante ou imediatamente após períodos chuvosos.

O contágio se dá pela picada do mosquito *Aedes Aegypti* que ficou infectado após picar uma pessoa doente. Não há transmissão pelo contato direto de uma pessoa doente com uma pessoa sadia. Também não há transmissão pela água, por alimentos ou por quaisquer objetos. A doença só acomete a população humana e é mais comum em cidades. Os transmissores da dengue proliferam-se dentro ou nas proximidades de habitações, em recipientes com água acumulada (caixas d'água, cisternas, latas, pneus, cacos de vidro, vasos de plantas).

A leptospirose trata-se de uma doença infecciosa grave, causada por um dos 180 sorotipos da bactéria do tipo espiroqueta, micro-organismo obrigatoriamente anaeróbio do gênero *Leptospiras*, transmitida principalmente pelo contato direto com a urina de ratos infectados. O período de incubação da doença varia de dez a dezenove dias. É comum ocorrerem casos da doença após períodos chuvosos que resultam em enchente.

As hepatites virais são um grave problema de saúde pública no mundo e no Brasil. Segundo estimativas, bilhões de pessoas já tiveram contato com vírus das hepatites e milhões são portadores crônicos.

São doenças provocadas por diferentes agentes etiológicos, com tropismo primário pelo tecido hepático, que apresentam características epidemiológicas, clínicas e laboratoriais semelhantes, porém, com importantes particularidades. A distribuição das hepatites virais é universal, sendo que a magnitude dos diferentes tipos varia de região para região. No Brasil, também há grande variação regional na prevalência de cada um dos agentes etiológicos.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

As hepatites virais têm grande importância pelo número de indivíduos atingidos e pela possibilidade de complicações das formas agudas e crônicas. A principal via de contágio do vírus da hepatite A é a fecal-oral; por contato inter-humano ou através de água e alimentos contaminados. Contribui para a transmissão à estabilidade do vírus da hepatite A (HAV) no meio ambiente e a grande quantidade de vírus presente nas fezes dos indivíduos infectados.

A disseminação está relacionada com o nível socioeconômico da população, existindo variações regionais de endemicidade de acordo com o grau de saneamento básico, de educação sanitária e das condições de higiene da população.

A transmissão do vírus da hepatite B (HBV) se faz por via parenteral, e, sobretudo, pela via sexual, sendo considerada uma doença sexualmente transmissível. A transmissão vertical (materno-infantil) também é causa frequente de disseminação do HBV. De maneira semelhante às outras hepatites, as infecções causadas pelo HBV são habitualmente anictéricas.

O vírus da hepatite C (HCV) foi identificado por Choo e colaboradores em 1989. O HCV é o principal agente etiológico da hepatite crônica anteriormente denominada hepatite não-A não-B. Sua transmissão ocorre principalmente por via parenteral.

É importante ressaltar que, em percentual significativo de casos, não é possível identificar a via de infecção. São consideradas populações de risco acrescido para a infecção pelo HCV por via parenteral: indivíduos que receberam transfusão de sangue e/ou hemoderivados antes de 1993, usuários de drogas intravenosas ou usuários de cocaína inalada que compartilham os equipamentos de uso, pessoas com tatuagem, *piercings* ou que apresentem outras formas de exposição percutânea (p. ex. consultórios odontológicos, podólogos, manicures, etc., que não obedecem às normas de biossegurança).

A transmissão sexual é pouco frequente, com menos de 3% em parceiros estáveis e, ocorre principalmente em pessoas com múltiplos parceiros e com



prática sexual de risco (sem uso de preservativo), sendo que a coexistência de alguma DST – inclusive o HIV – constitui-se em um importante facilitador dessa transmissão.

A transmissão de mãe para filho (vertical) é rara quando comparada à hepatite B. Entretanto, já se demonstrou que gestantes com carga viral do HCV elevada ou co-infectadas pelo HIV apresentam maior risco de transmissão da doença para os recém-nascidos.

A hepatite D é causada pelo vírus da hepatite delta (HDV), podendo apresentar-se como infecção assintomática, sintomática ou até com formas graves. O HDV é um vírus defectivo, satélite do HBV, que precisa do HBsAg para realizar sua replicação. A hepatite D pode ser transmitida através de solução de continuidade (pele e mucosa), relações sexuais desprotegidas, via parenteral (compartilhamento de agulhas e seringas, tatuagens, *piercings*, procedimentos odontológicos ou cirúrgicos, etc.). A transmissão vertical pode ocorrer e depende da replicação do HBV. Outros líquidos orgânicos como sêmen, secreção vaginal e leite materno, também podem conter o vírus e constituir-se como fonte de infecção.

O vírus da hepatite E (HEV) é de transmissão fecal-oral. Esta via de transmissão favorece a disseminação da infecção nos países em desenvolvimento, onde a contaminação dos reservatórios de água mantém a cadeia de transmissão da doença. A transmissão interpessoal não é comum. Em alguns casos os fatores de risco não são identificados. A doença é autolimitada e pode apresentar formas clínicas graves, principalmente em gestantes.

A tabela 17 abaixo demonstra o índice de doenças de veiculação hídrica no primeiro semestre de 2019 no município:



Tabela 17: Índice de Doenças de Veiculação Hídrica

Tipo de doença	Quantidade de Incidência de Registros
	Ano 2019
Dengue	6
Leptospirose	0
Hepatites Virais A, B e C	3

Fonte: SESA/ES

Características domiciliares:

Situação de domicílios

O Censo Demográfico 2010 aponta para a existência de 18.918 domicílios particulares permanentes no município de Viana, tendo a seguir o detalhamento de dados domiciliares no que se refere à: espécie e tipo do domicílio, situação e condição de ocupação, pessoas responsáveis pelos domicílios, domicílios ocupados em aglomerados subnormais, a forma de abastecimento de água, a existência de banheiro e tipo de esgotamento sanitário, a destinação de lixo e disponibilidade de energia elétrica (Tabelas 18, 19, 20 e 21).

Tabela 18: População residente, por espécie do domicílio e tipo do domicílio particular permanente

Município	População Residente								
	Total	Espécie do Domicílio							
		Domicílio Particular							Unidade de habitação em domicílio coletivo
		Permanente						Improvizado	
Total	Casa	Casa de vila ou em Condomínio	Apartamento	Cômodo					
Viana	18.918	18.918	18.918	18.473	14	414	17	-	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 19: Domicílios particulares permanentes, por condição de ocupação do domicílio

Domicílios particulares permanentes



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Município	Total	Condição de ocupação do domicílio					
		Próprio		Alugado	Cedido		Outra
		Já quitado	Em aquisição		Por empregador	De outra forma	
Viana	18.918	14.057	790	2.644	320	1.051	56

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 20: Situação de domicílios particulares permanentes

Município	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados	Domicílios Particulares Permanentes Não Ocupados	Domicílios Particulares Permanentes Não Ocupados - uso ocasional	Domicílios Particulares Permanentes Não Ocupados - vago
Viana	18.957	3.179	511	2.668

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 21: Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes

Município	Pessoas Responsáveis pelos Domicílios Particulares Permanentes								
	Total	Pessoa responsável		Total	Pessoa responsável – com responsabilidade compartilhada		Total	Pessoa responsável – sem responsabilidade compartilhada	
		Homem	Mulher		Homem	Mulher		Homem	Mulher
Viana	65.001	33.191	31.810	4.924	3.301	1.623	14.031	8.893	5.138

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Consta no Censo 2010, o quantitativo de domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais (Tabela 22):

Tabela 22: Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, população residente em domicílios

Município	Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	
	População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO**

	Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	Média de moradores em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais			
		Total	Homens	Mulheres	
Viana	10.536	10.536	5.161	5.375	3,51

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Quanto à forma de abastecimento de água, a maioria dos domicílios, 89,72% no município, possui ligação regular à rede geral, conforme dados da Tabela 23 abaixo:

Tabela 23: Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água

Município	Domicílios particulares permanentes							
	Total	Forma de abastecimento de água						
		Rede geral	Poço ou nascente (na propriedade)	Poço ou nascente (Fora propriedade)	Carro Pipa	Água da chuva / Cisterna	Rio, açude, lago ou igarapé	Outras
Viana	18.918	16.974	1.411	475	9	2	12	35

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Constata-se pelos dados do Censo 2010 na Tabela 24 abaixo, que 99,54% dos domicílios possuem banheiro ou sanitário e 66,93% dispõem de atendimento com esgotamento sanitário, quer seja pela rede geral de esgoto ou rede de drenagem pluvial:

Tabela 24: Domicílios particulares permanentes, por existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário:

Município	Domicílios particulares permanentes
-----------	-------------------------------------



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO**

	Total	Tinham banheiro ou sanitário							Não tinham banheiro nem sanitário
		Total	Tipo de esgotamento sanitário						
			Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro escoadouro	
Viana	18.918	18.832	12.662	665	3.714	1.186	518	87	86

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Conforme os dados da Tabela 25 a seguir, a destinação dos resíduos sólidos gerados no município consiste na coleta regular, totalizando 90,44% do total de domicílios:

Tabela 25: Domicílios particulares permanentes, por destino do lixo

Município	Domicílios particulares permanentes								
	Total	Destino do lixo							
		Coletado			Queimado (na propriedade)	Enterrado (na propriedade)	Jogado em terreno baldio ou logradouro	Jogado em rio, lago ou mar	Outro destino
		Total	Por serviço de limpeza	Em caçamba de serviço de limpeza					
Viana	18.918	17.110	16.655	455	1.605	37	122	6	38

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

No que se refere ao fornecimento de energia elétrica, verificou-se pelo Censo 2010, que 18.806 domicílios possuem energia fornecida pela companhia distribuidora e 28 domicílios ainda não possuem energia elétrica (Tabela 26):

Tabela 26: Domicílios particulares permanentes, por disponibilidade de energia elétrica

Município	Domicílios particulares permanentes		
	Total	Domicílios com energia elétrica	
		Energia fornecida pela companhia distribuidora	De outras fontes



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

		Total	Com medidor		Sem medidor		Domicílios sem energia elétrica
			Medidor de uso exclusivo	Medidor comum a mais de um domicílio			
Viana	18.918	17.393	15.095	2.298	1.413	84	28

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Constata-se pelos dados do Censo 2010 na Tabela 27 abaixo que existem no município 18.957 domicílios particulares permanentes ocupados.

Tabela 27: Situação de domicílios particulares permanentes

Município	Domicílios Particulares Permanentes Ocupados	Domicílios Particulares Permanentes Não Ocupados	Domicílios Particulares Permanentes Não Ocupados - uso ocasional	Domicílios Particulares Permanentes Não Ocupados - vago
Viana	18.957	3.179	511	2.668

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Caracterização da População da Área de Intervenção:

Consta a seguir a caracterização dos bairros e da população da área de intervenção do Projeto em conformidade com o Censo Demográfico IBGE 2010. Cabe ressaltar que a numeração das tabelas corresponde a identificação constante no próprio site do IBGE.

RIBEIRA:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Tabela 202 - População residente, por sexo e situação do domicílio

Variável - População residente (Pessoas)		
Bairro - Ribeira - Viana (ES)		
Situação do domicílio - Urbana		
Ano - 2010		
Sexo		
Total	Homens	Mulheres
527	271	256
Fonte: IBGE - Censo Demográfico		

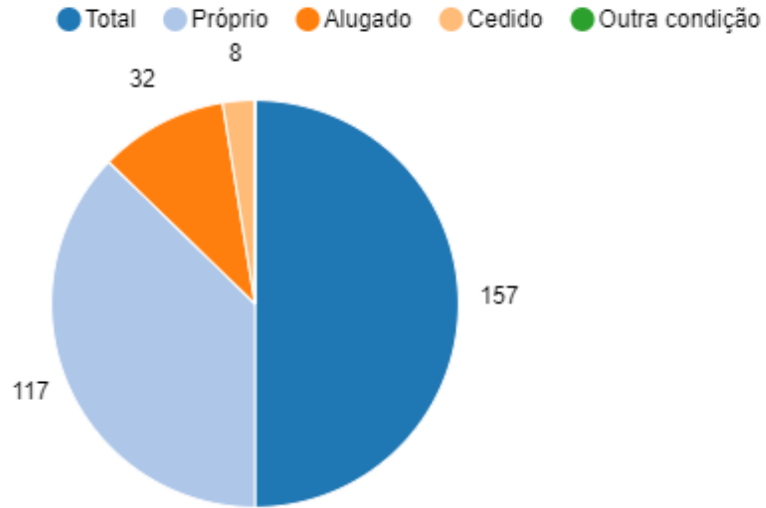
Tabela 185 - Domicílios particulares permanentes por situação e número de moradores

Variável - Domicílios particulares permanentes (Unidades)	
Bairro - Ribeira - Viana (ES)	
Número de moradores - Total	
Ano - 2010	
Situação do domicílio	
Total	Urbana
157	157
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Condição de ocupação do domicílio



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Tipo de domicílio



Fonte: IBGE - Censo Demográfico



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Tabela 1383 - Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo

Variável - Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)

Bairro - Ribeira - Viana (ES)

Ano - 2010

Sexo

Homens

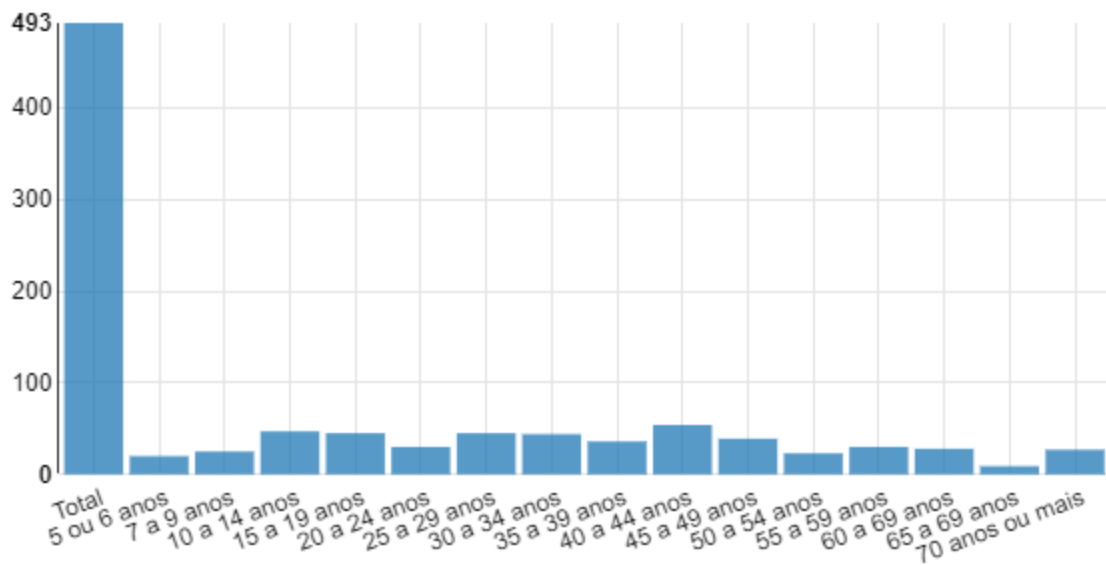
Mulheres

99,1

97,4

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Idade



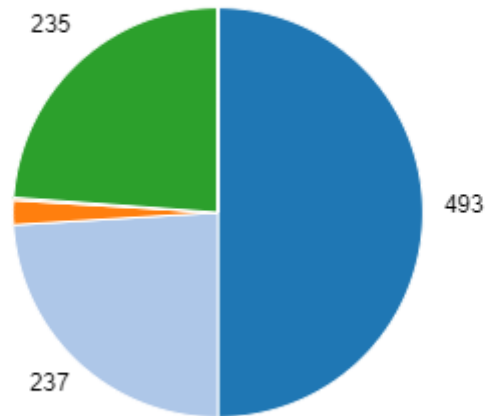
Fonte: IBGE - Censo Demográfico



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Cor ou raça

● Total ● Branca ● Preta ● Amarela ● Parda ● Indígena ● Sem declaração



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Tabela 1384 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal - Universo

Variável - Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)		
Bairro - Ribeira - Viana (ES)		
Ano - 2010		
Classes de rendimento nominal mensal		
Total	Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo
448	3	80
Fonte: IBGE - Censo Demográfico		



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Tabela 1384 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal - Universo

Variável - Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)		
Bairro - Ribeira - Viana (ES)		
Ano - 2010		
Classes de rendimento nominal mensal		
Total	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 5 salários mínimos
448	113	85
Fonte: IBGE - Censo Demográfico		

Tabela 1384 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal - Universo

Variável - Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)	
Bairro - Ribeira - Viana (ES)	
Ano - 2010	
Classes de rendimento nominal mensal	
Total	Sem rendimento
448	136
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	

Tabela 1378 - População residente, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo a condição no domicílio e compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio

Variável - População residente (Pessoas)	
Bairro - Ribeira - Viana (ES)	
Idade - Total	
Condição no domicílio e o compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio - Pessoa responsável	
Ano - 2010	
Sexo - Mulheres	
Situação do domicílio	
Total	Urbana
55	55
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Tabela 1378 - População residente, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo a condição no domicílio e compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio						
Variável - População residente (Pessoas)						
Bairro - Ribeira - Viana (ES)						
Idade - Total						
Ano - 2010						
Condição no domicílio e o compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio	Situação do domicílio x Sexo					
	Total			Urbana		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	527	271	256	527	271	256
Pessoa responsável	157	102	55	157	102	55
Pessoa responsável - com responsabilidade compartilhada	55	43	12	55	43	12
Pessoa responsável - sem responsabilidade compartilhada	102	59	43	102	59	43
Cônjuge ou companheiro(a)	98	13	85	98	13	85
Cônjuge ou companheiro(a) - de sexo diferente	98	13	85	98	13	85
Cônjuge ou companheiro(a) - de mesmo sexo	-	-	-	-	-	-
Filho(a)	190	108	82	190	108	82
Filho(a) - da pessoa responsável e do cônjuge	137	81	56	137	81	56
Filho(a) - somente da pessoa responsável	53	27	26	53	27	26
Enteado(a)	14	8	6	14	8	6
Genro ou nora	10	8	2	10	8	2
Pai, mãe, padastro ou madrasta	8	2	6	8	2	6
Sogro(a)	-	-	-	-	-	-
Neto(a)	34	20	14	34	20	14
Bisneto(a)	-	-	-	-	-	-
Irmão ou irmã	12	8	4	12	8	4
Avô ou avó	-	-	-	-	-	-
Outro parente	3	1	2	3	1	2
Agregado(a)	1	1	-	1	1	-
Convivente	-	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-	-
Empregado(a) doméstico(a)	-	-	-	-	-	-
Parente do(a) empregado(a) doméstico(a)	-	-	-	-	-	-
Individual em domicílio coletivo	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

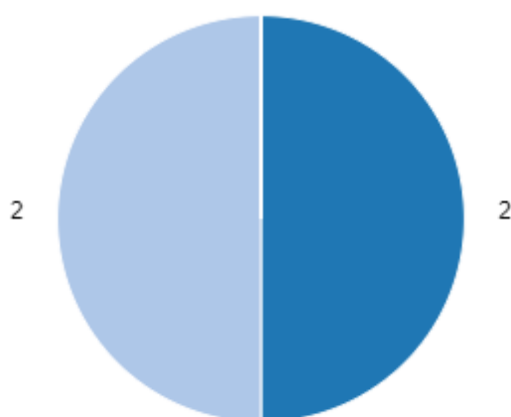


Grupos de Idade da Pessoa Responsável pelo Domicílio – De 60 a 70 anos ou mais – TABELA 1161 do Censo Demográfico IBGE

Espécie de unidade doméstica

Sexo da pessoa responsável pelo domicílio - Homens
Grupos de idade da pessoa responsável pelo domicílio - 60 a 64 anos

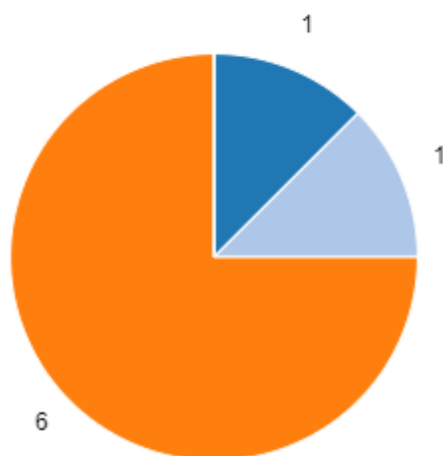
● Unipessoal ● Nuclear ● Estendida ● Composta



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Sexo da pessoa responsável pelo domicílio - Mulheres
Grupos de idade da pessoa responsável pelo domicílio - 60 a 64 anos

● Unipessoal ● Nuclear ● Estendida ● Composta



Fonte: IBGE - Censo Demográfico



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Sexo da pessoa responsável pelo domicílio - Homens
Grupos de idade da pessoa responsável pelo domicílio - 65 a 69 anos

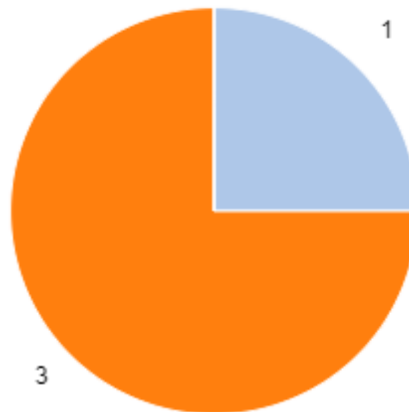
● Unipessoal ● Nuclear ● Estendida ● Composta



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Sexo da pessoa responsável pelo domicílio - Mulheres
Grupos de idade da pessoa responsável pelo domicílio - 65 a 69 anos

● Unipessoal ● Nuclear ● Estendida ● Composta



Fonte: IBGE - Censo Demográfico



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Sexo da pessoa responsável pelo domicílio - Homens
Grupos de idade da pessoa responsável pelo domicílio - 70 anos ou mais

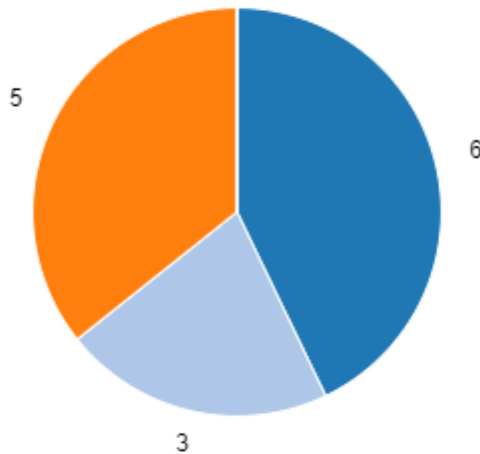
● Unipessoal ● Nuclear ● Estendida ● Composta



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Sexo da pessoa responsável pelo domicílio - Mulheres
Grupos de idade da pessoa responsável pelo domicílio - 70 anos ou mais

● Unipessoal ● Nuclear ● Estendida ● Composta



Fonte: IBGE - Censo Demográfico



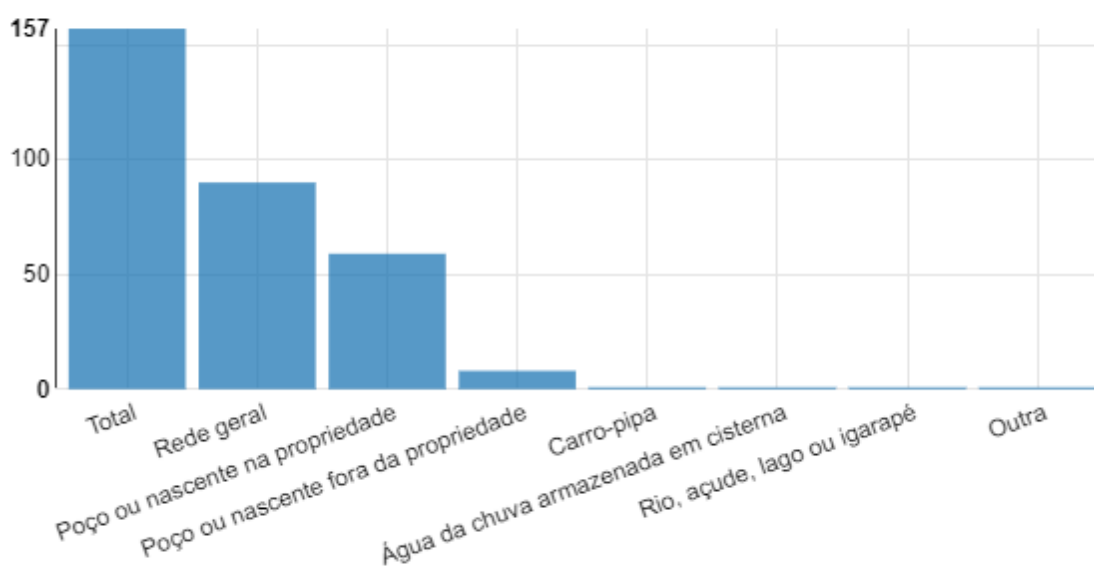
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Tabela 1552 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo a forma de declaração da idade e a idade

Variável - População residente (Pessoas)		
Bairro - Ribeira - Viana (ES)		
Forma de declaração da idade - Data de nascimento		
Ano - 2010		
Situação do domicílio - Urbana		
Idade	Sexo	
	Homem	Mulher
Total	269	256
60 a 64 anos	5	14
65 a 69 anos	3	6
70 a 74 anos	5	6
75 a 79 anos	3	4
80 a 89 anos	2	6
90 a 99 anos	-	1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Forma de abastecimento de água



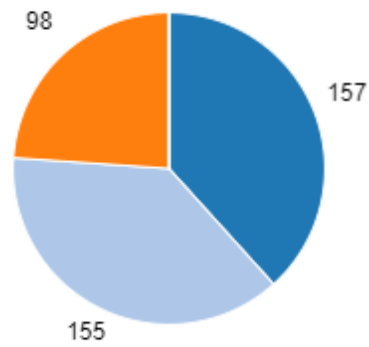
Fonte: IBGE - Censo Demográfico



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário

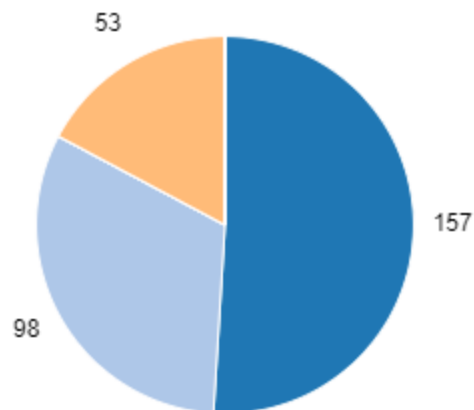
- Total
- Tinham banheiro - de uso exclusivo do domicílio
- Tinham banheiro - de uso exclusivo do domicílio - rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica
- Não tinham banheiro nem sanitário



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Tipo de esgotamento sanitário

- Total
- Rede geral de esgoto ou pluvial
- Fossa séptica
- Vala
- Rio, lago ou mar
- Outro tipo

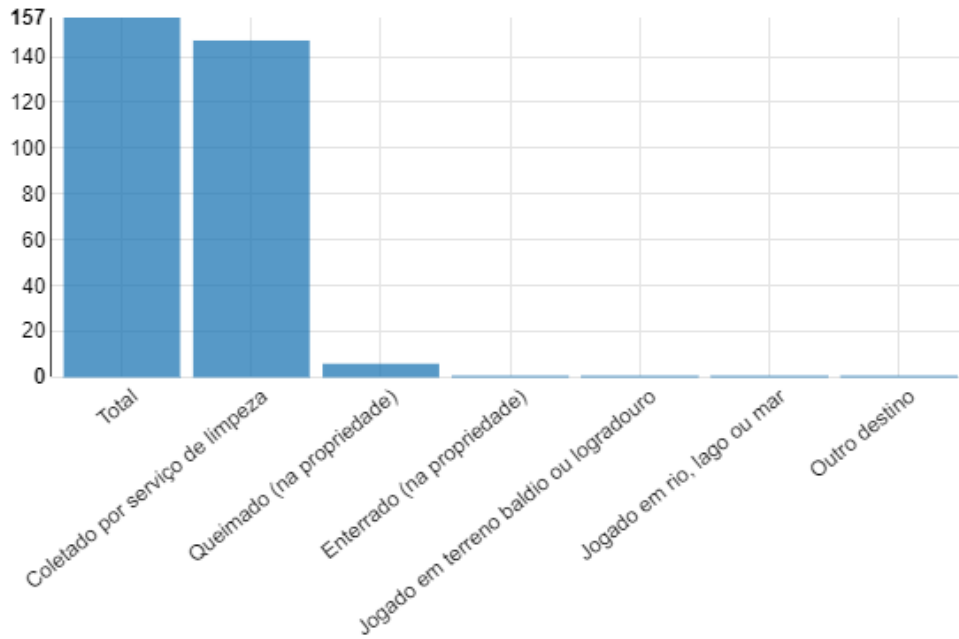


Fonte: IBGE - Censo Demográfico



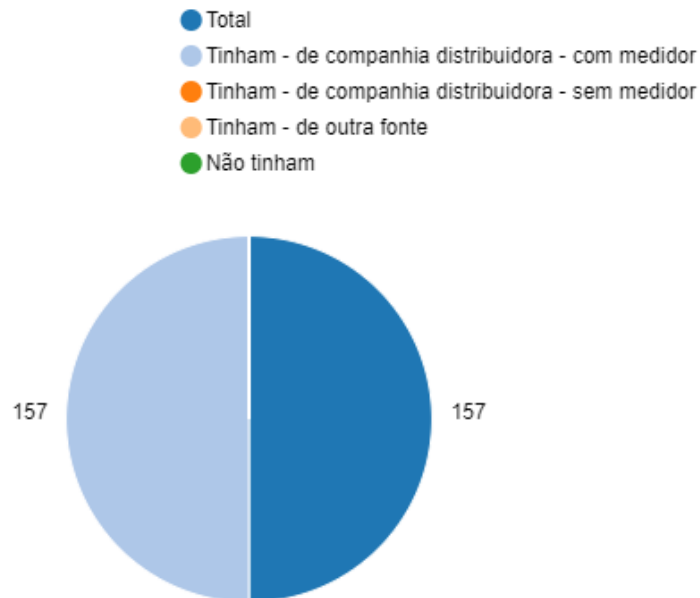
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Destino do lixo



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Existência de energia elétrica



Fonte: IBGE - Censo Demográfico



UNIVERSAL:

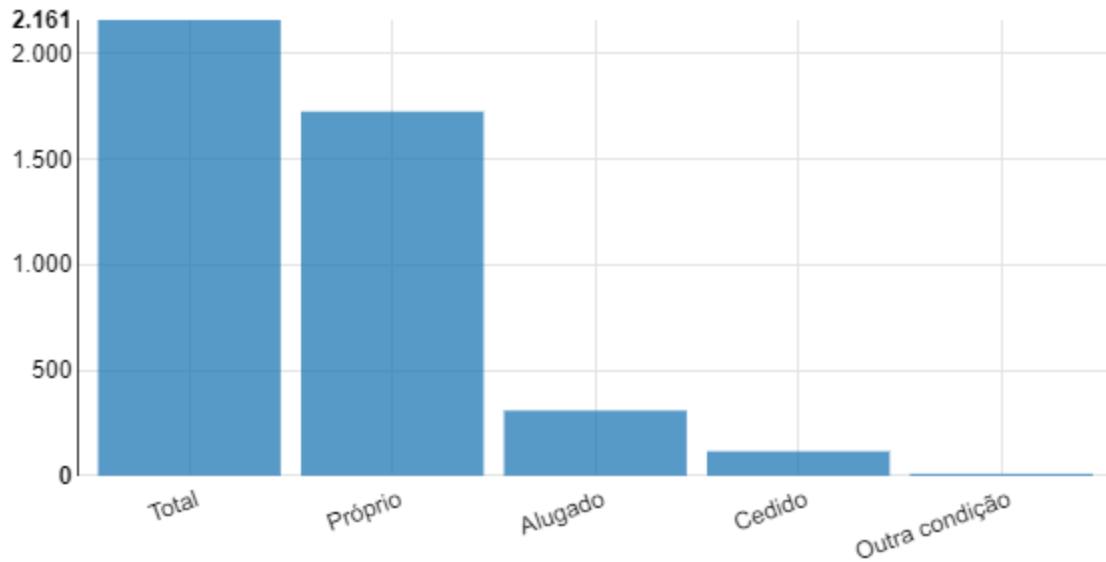
Tabela 202 - População residente, por sexo e situação do domicílio		
Variável - População residente (Pessoas)		
Bairro - Universal - Viana (ES)		
Situação do domicílio - Urbana		
Ano - 2010		
Sexo		
Total	Homens	Mulheres
7.175	3.519	3.656
Fonte: IBGE - Censo Demográfico		

Tabela 185 - Domicílios particulares permanentes por situação e número de moradores	
Variável - Domicílios particulares permanentes (Unidades)	
Bairro - Universal - Viana (ES)	
Número de moradores - Total	
Ano - 2010	
Situação do domicílio	
Total	Urbana
2.161	2.161
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

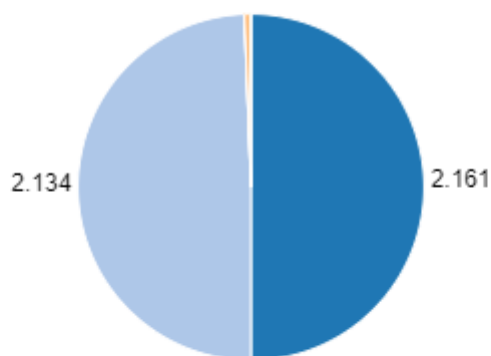
Condição de ocupação do domicílio



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Tipo de domicílio

- Total
- Casa
- Casa de vila ou em condomínio
- Apartamento
- Habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

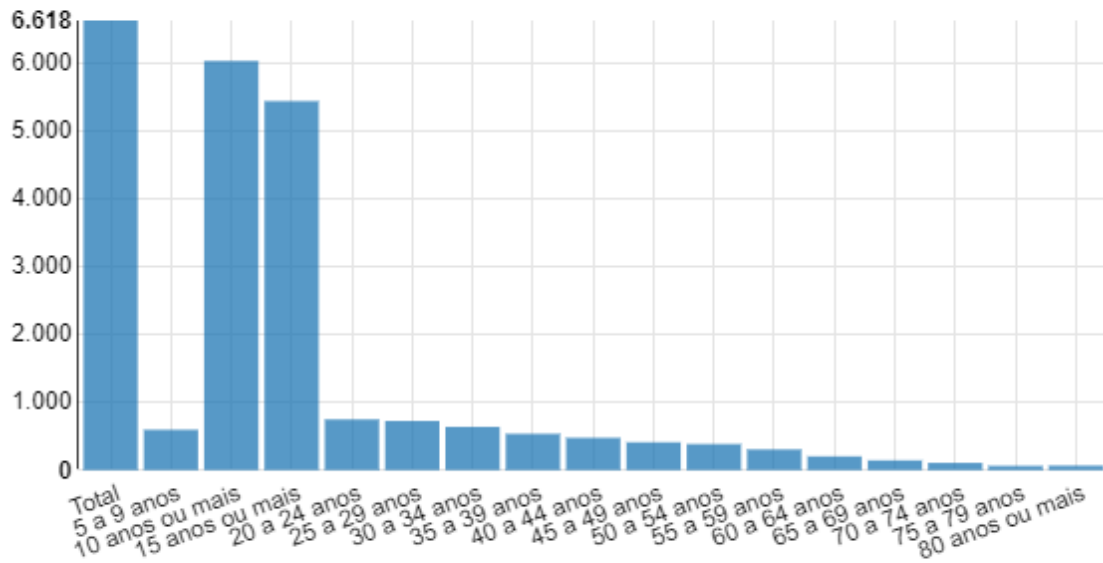


**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Tabela 1383 - Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo

Variável - Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)	
Bairro - Universal - Viana (ES)	
Ano - 2010	
Sexo	
Homens	Mulheres
94,0	91,4
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	

Idade



Fonte: IBGE - Censo Demográfico



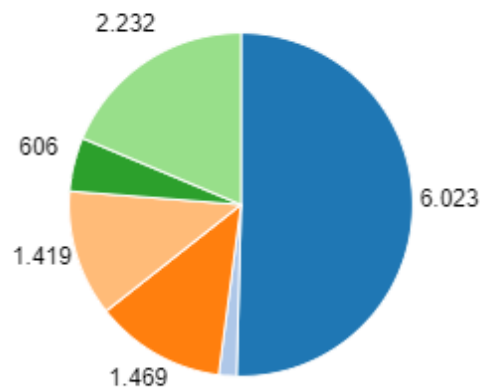
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Tabela 3175 - População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade

Variável - População residente (Pessoas)						
Bairro - Universal - Viana (ES)						
Sexo - Total						
Idade - Total						
Ano - 2010						
Situação do domicílio - Total						
Cor ou raça						
Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
7.175	2.348	570	33	4.209	15	-
Fonte: IBGE - Censo Demográfico						

Classes de rendimento nominal mensal

- Total
- Mais de 1/2 a 1 salário mínimo
- Mais de 2 a 5 salários mínimos
- Até 1/2 salário mínimo
- Mais de 1 a 2 salários mínimos
- Sem rendimento



Fonte: IBGE - Censo Demográfico



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Condição no domicílio e o compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Tabela 1378 - População residente, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo a condição no domicílio e compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio

Variável - População residente (Pessoas)	
Bairro - Universal - Viana (ES)	
Idade - Total	
Condição no domicílio e o compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio - Pessoa responsável	
Ano - 2010	
Sexo - Mulheres	
Situação do domicílio	
Total	Urbana
841	841
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Tabela 1552 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo a forma de declaração da idade e a idade

Variável - População residente (Pessoas)		
Bairro - Universal - Viana (ES)		
Forma de declaração da idade - Data de nascimento		
Ano - 2010		
Situação do domicílio - Total		
Idade	Sexo	
	Homem	Mulher
Total	3.117	3.279
60 a 64 anos	90	95
65 a 69 anos	67	65
70 a 74 anos	41	58
75 a 79 anos	22	33
80 a 89 anos	20	29
90 a 99 anos	3	5

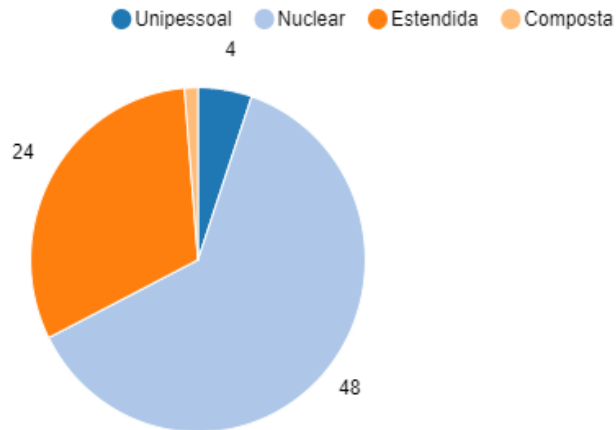
Fonte: IBGE - Censo Demográfico



Grupos de Idade da Pessoa Responsável pelo Domicílio – De 60 a 70 anos ou mais – TABELA 1161 do Censo Demográfico IBGE

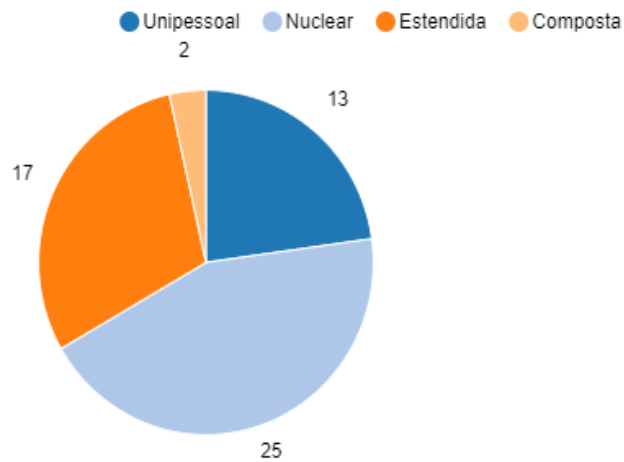
Espécie de unidade doméstica

Sexo da pessoa responsável pelo domicílio - Homens
Grupos de idade da pessoa responsável pelo domicílio - 60 a 64 anos



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Sexo da pessoa responsável pelo domicílio - Mulheres
Grupos de idade da pessoa responsável pelo domicílio - 60 a 64 anos

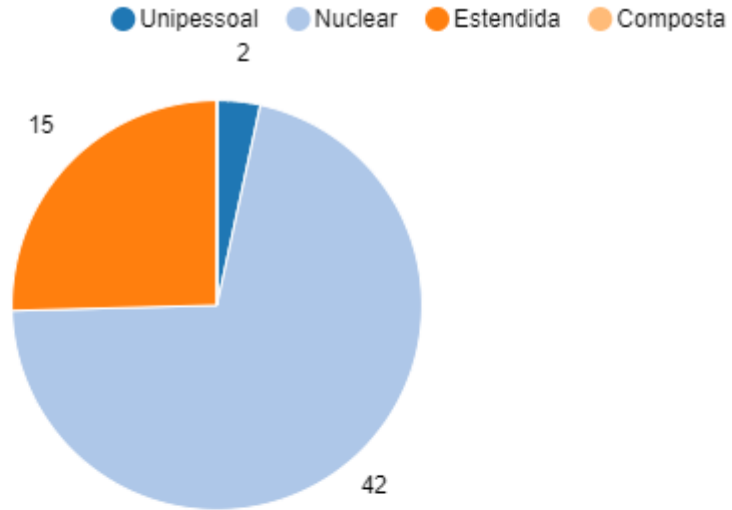


Fonte: IBGE - Censo Demográfico



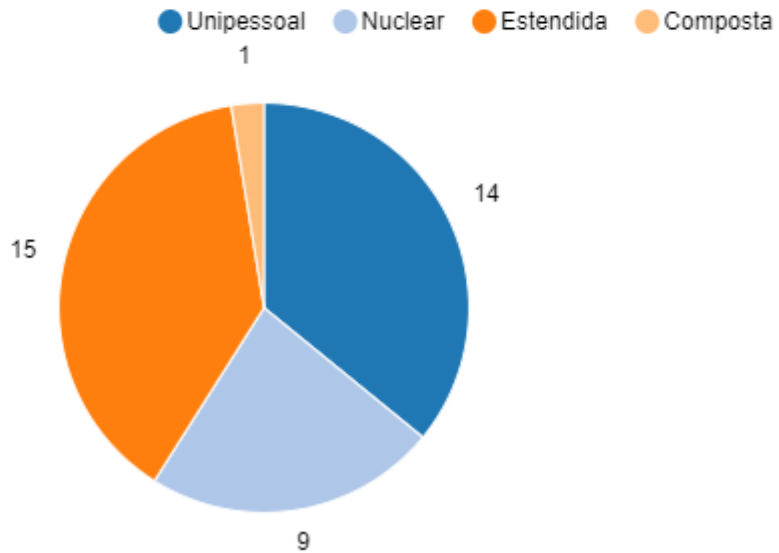
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Sexo da pessoa responsável pelo domicílio - Homens
Grupos de idade da pessoa responsável pelo domicílio - 65 a 69 anos



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Sexo da pessoa responsável pelo domicílio - Mulheres
Grupos de idade da pessoa responsável pelo domicílio - 65 a 69 anos

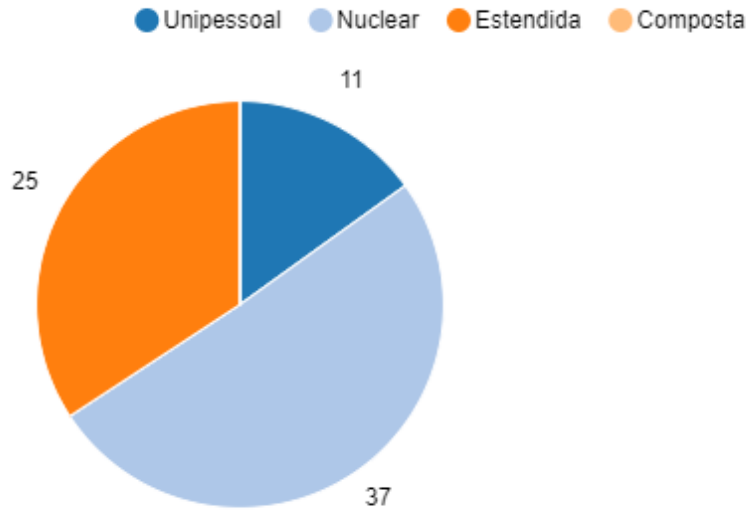


Fonte: IBGE - Censo Demográfico



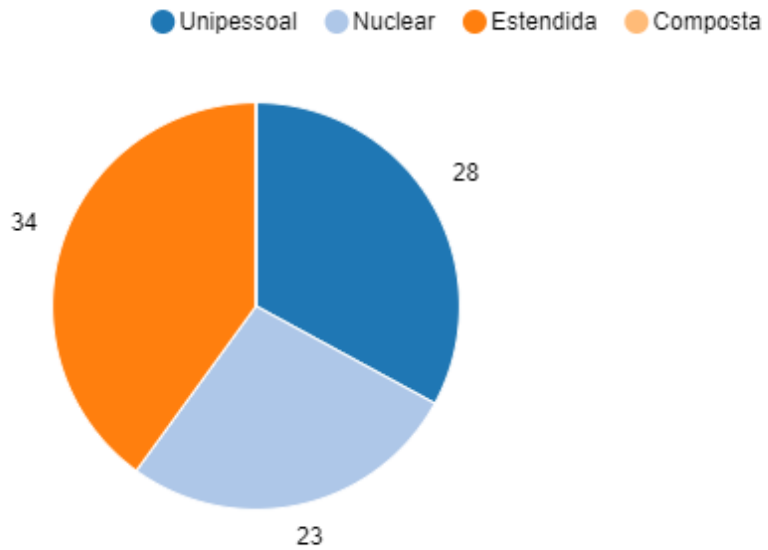
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Sexo da pessoa responsável pelo domicílio - Homens
Grupos de idade da pessoa responsável pelo domicílio - 70 anos ou mais



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Sexo da pessoa responsável pelo domicílio - Mulheres
Grupos de idade da pessoa responsável pelo domicílio - 70 anos ou mais

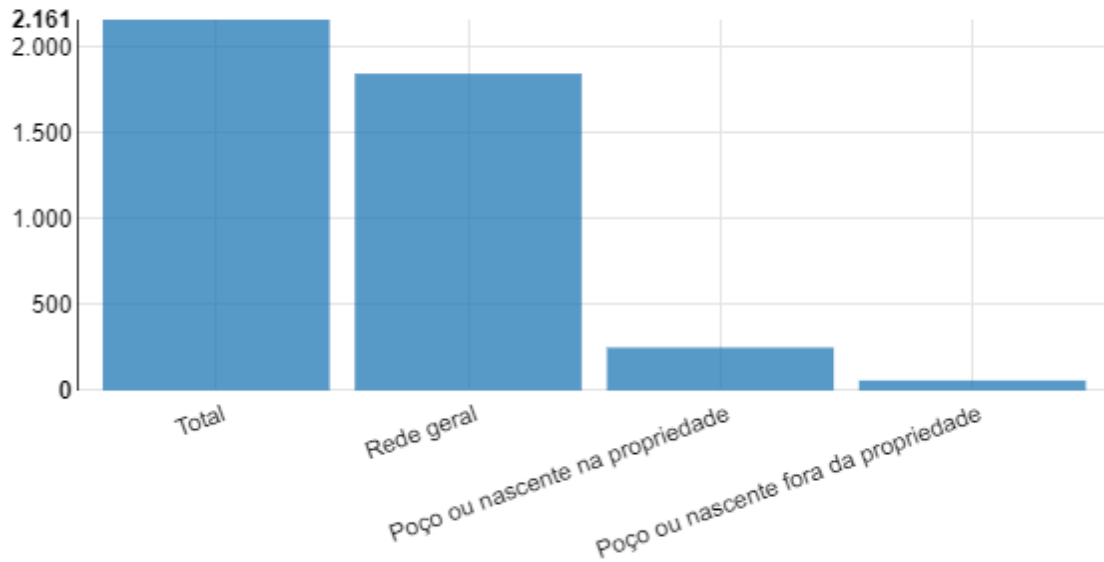


Fonte: IBGE - Censo Demográfico



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

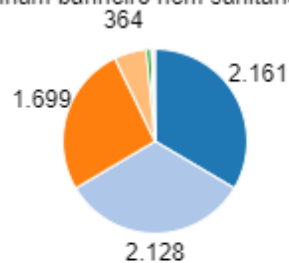
Forma de abastecimento de água



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Existência de banheiro ou sanitário e número de banheiros de uso exclusivo do domicílio

- Total
- Tinham banheiro de uso exclusivo do domicílio
- Tinham banheiro de uso exclusivo do domicílio - 1 banheiro
- Tinham banheiro de uso exclusivo do domicílio - 2 banheiros
- Tinham banheiro de uso exclusivo do domicílio - 3 banheiros
- Tinham banheiro de uso exclusivo do domicílio - 4 banheiros ou mais
- Tinham sanitário
- Não tinham banheiro nem sanitário

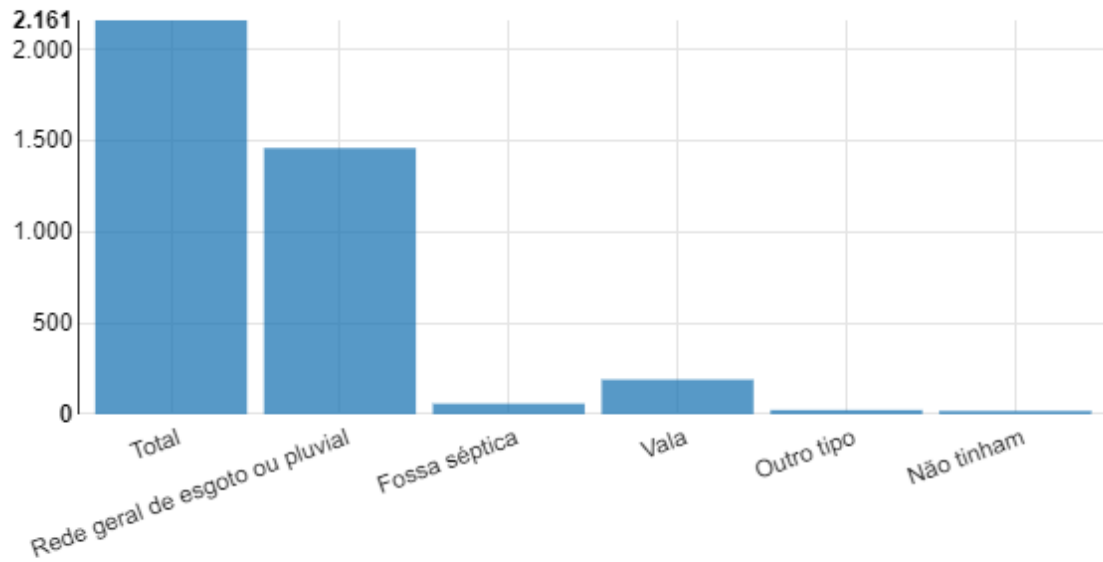


Fonte: IBGE - Censo Demográfico



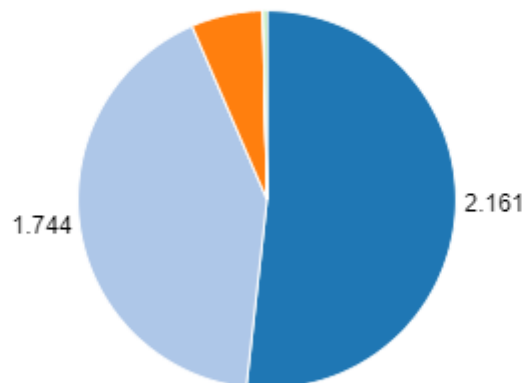
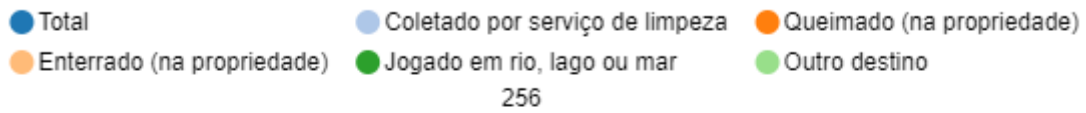
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Tipo de esgotamento sanitário



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

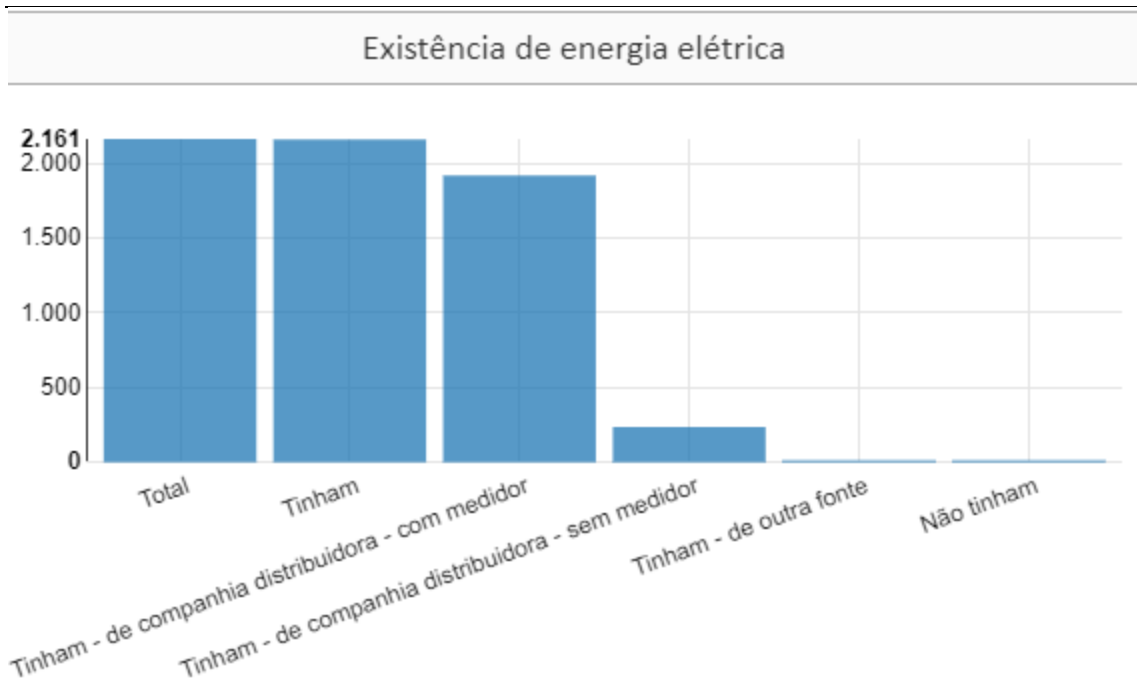
Destino do lixo



Fonte: IBGE - Censo Demográfico



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO



Fonte: IBGE - Censo Demográfico



BOM PASTOR:

Tabela 202 - População residente, por sexo e situação do domicílio		
Variável - População residente (Pessoas)		
Bairro - Bom Pastor - Viana (ES)		
Situação do domicílio - Urbana		
Ano - 2010		
Sexo		
Total	Homens	Mulheres
2.246	1.104	1.142
Fonte: IBGE - Censo Demográfico		

Tabela 185 - Domicílios particulares permanentes por situação e número de moradores	
Variável - Domicílios particulares permanentes (Unidades)	
Bairro - Bom Pastor - Viana (ES)	
Número de moradores - Total	
Ano - 2010	
Situação do domicílio	
Total	Urbana
667	667
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	



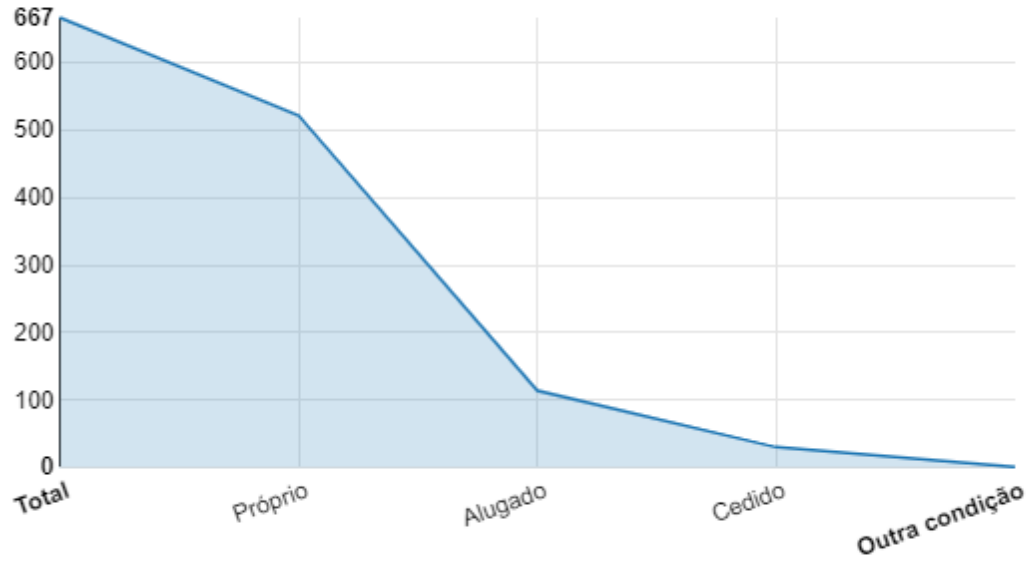
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Tabela 185 - Domicílios particulares permanentes por situação e número de moradores		
Variável - Domicílios particulares permanentes (Unidades)		
Bairro - Bom Pastor - Viana (ES)		
Ano - 2010		
Número de moradores	Situação do domicílio	
	Urbana	Rural
Total	667	-
1 morador	61	-
2 moradores	139	-
3 moradores	192	-
4 moradores	155	-
5 moradores	62	-
6 moradores	29	-
7 moradores	15	-
8 moradores	8	-
9 moradores	4	-
10 moradores	1	-
11 moradores	1	-
12 moradores	-	-
13 moradores	-	-
14 moradores ou mais	-	-
14 moradores
15 moradores ou mais



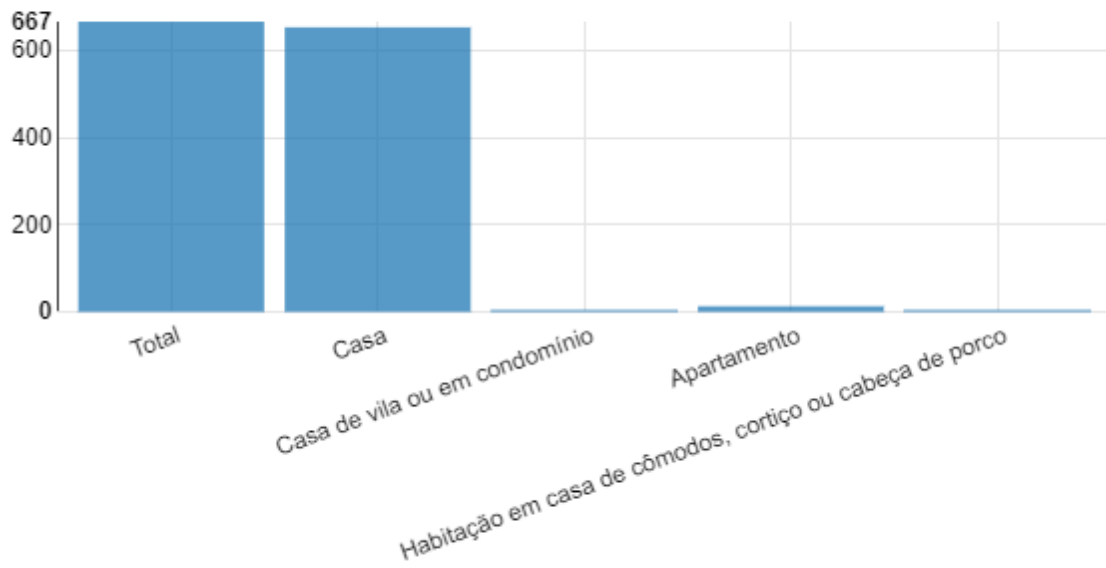
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Condição de ocupação do domicílio



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Tipo de domicílio



Fonte: IBGE - Censo Demográfico



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Tabela 1383 - Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade por sexo

Variável - Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)

Bairro - Bom Pastor - Viana (ES)

Ano - 2010

Sexo

Homens

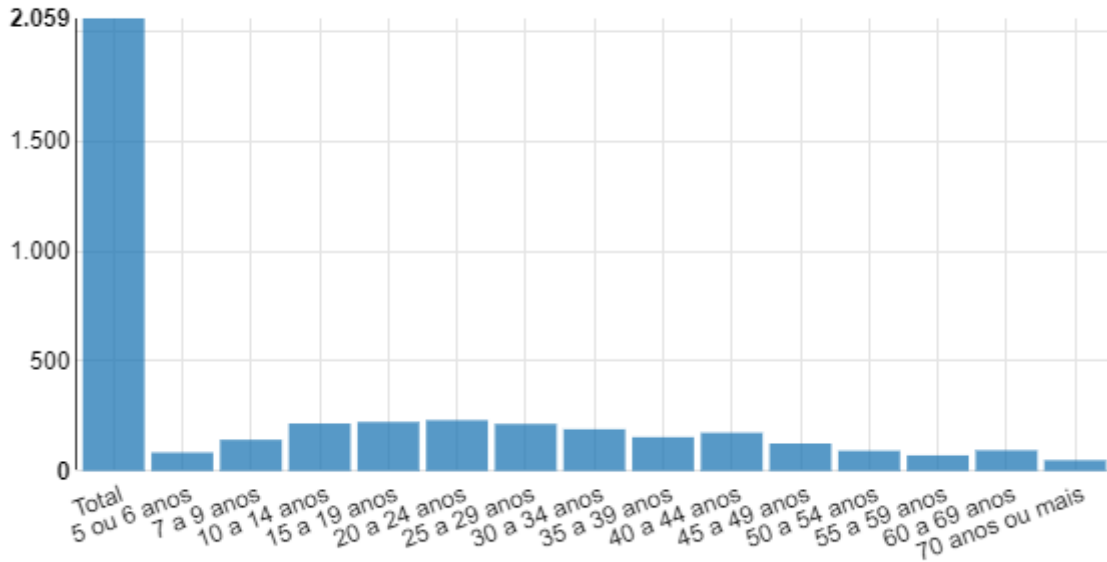
Mulheres

93,4

93,2

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Idade



Fonte: IBGE - Censo Demográfico



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

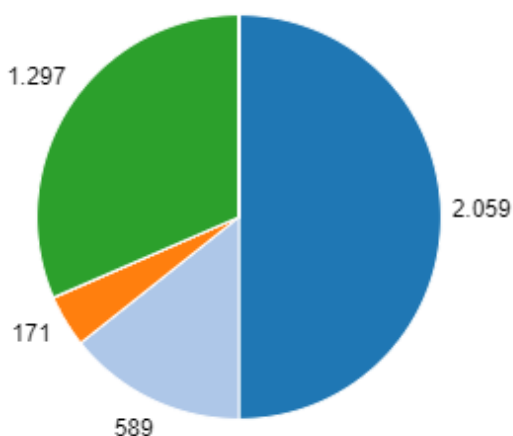
Tabela 3107 - População residente, por situação do domicílio, sexo e grupos de idade - Sinopse

Variável - População residente (Pessoas)		
Bairro - Bom Pastor - Viana (ES)		
Ano - 2010		
Situação do domicílio - Total		
Grupo de idade	Sexo	
	Homens	Mulheres
Total	1.104	1.142
60 a 64 anos	22	33
65 a 69 anos	19	20
70 a 74 anos	9	15
75 a 79 anos	7	6

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Cor ou raça

● Total ● Branca ● Preta ● Amarela ● Parda ● Indígena ● Sem declaração



Fonte: IBGE - Censo Demográfico



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Tabela 1384 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal - Universo

Classes de rendimento nominal mensal - Total	
Variável - Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)	
Bairro - Bom Pastor - Viana (ES)	
Ano - 2010	
	1.833
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	

Tabela 1384 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal - Universo

Classes de rendimento nominal mensal - Até 1/2 salário mínimo	
Variável - Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)	
Bairro - Bom Pastor - Viana (ES)	
Ano - 2010	
	34
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	

Tabela 1384 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal - Universo

Classes de rendimento nominal mensal - Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	
Variável - Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)	
Bairro - Bom Pastor - Viana (ES)	
Ano - 2010	
	452
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Tabela 1384 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal - Universo	
Classes de rendimento nominal mensal - Mais de 1 a 2 salários mínimos	
Variável - Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)	
Bairro - Bom Pastor - Viana (ES)	
Ano - 2010	
	440
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	

Tabela 1384 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal - Universo	
Classes de rendimento nominal mensal - Mais de 2 a 5 salários mínimos	
Variável - Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)	
Bairro - Bom Pastor - Viana (ES)	
Ano - 2010	
	152
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	

Tabela 1384 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal - Universo	
Classes de rendimento nominal mensal - Sem rendimento	
Variável - Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)	
Bairro - Bom Pastor - Viana (ES)	
Ano - 2010	
	742
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Tabela 1378 - População residente, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo a condição no domicílio e compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio						
Variável - População residente (Pessoas)						
Bairro - Bom Pastor - Viana (ES)						
Idade - Total						
Ano - 2010						
Condição no domicílio e o compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio	Situação do domicílio x Sexo					
	Total			Urbana		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	2.246	1.104	1.142	2.246	1.104	1.142
Pessoa responsável	668	407	261	668	407	261
Pessoa responsável - com responsabilidade compartilhada	135	87	48	135	87	48
Pessoa responsável - sem responsabilidade compartilhada	533	320	213	533	320	213
Cônjuge ou companheiro(a)	451	104	347	451	104	347
Cônjuge ou companheiro(a) - de sexo diferente	451	104	347	451	104	347
Cônjuge ou companheiro(a) - de mesmo sexo	-	-	-	-	-	-
Filho(a)	874	467	407	874	467	407
Filho(a) - da pessoa responsável e do cônjuge	506	267	239	506	267	239
Filho(a) - somente da pessoa responsável	368	200	168	368	200	168
Enteado(a)	34	15	19	34	15	19
Genro ou nora	17	9	8	17	9	8
Pai, mãe, padastro ou madrasta	11	3	8	11	3	8
Sogro(a)	3	-	3	3	-	3
Neto(a)	107	54	53	107	54	53
Bisneto(a)	1	1	-	1	1	-
Irmão ou irmã	33	19	14	33	19	14
Avô ou avó	-	-	-	-	-	-
Outro parente	40	18	22	40	18	22
Agregado(a)	5	5	-	5	5	-
Convivente	2	2	-	2	2	-
Pensionista	-	-	-	-	-	-
Empregado(a) doméstico(a)	-	-	-	-	-	-
Parente do(a) empregado(a) doméstico(a)	-	-	-	-	-	-
Individual em domicílio coletivo	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Censo Demográfico



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Tabela 1378 - População residente, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo a condição no domicílio e compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio

Variável - População residente (Pessoas)	
Bairro - Bom Pastor - Viana (ES)	
Idade - Total	
Condição no domicílio e o compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio - Pessoa responsável	
Ano - 2010	
Sexo - Mulheres	
Situação do domicílio	
Total	Urbana
261	261
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	

Tabela 1552 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo a forma de declaração da idade e a idade

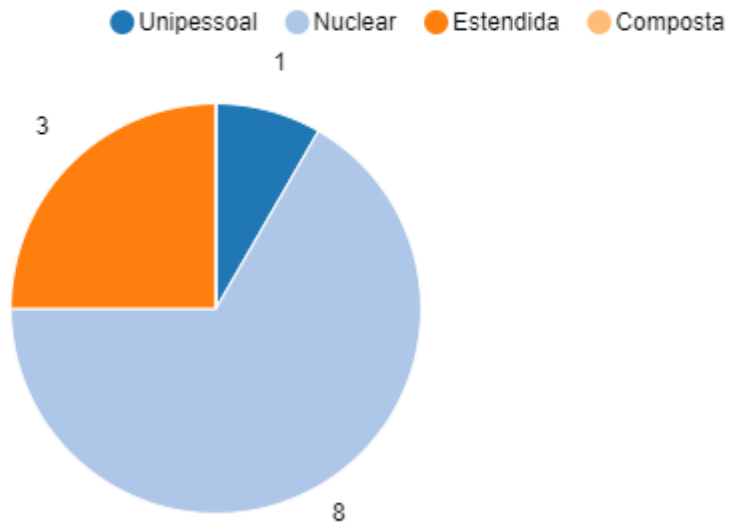
Variável - População residente (Pessoas)		
Bairro - Bom Pastor - Viana (ES)		
Forma de declaração da idade - Data de nascimento		
Ano - 2010		
Situação do domicílio - Urbana		
Idade	Sexo	
	Homem	Mulher
Total	1.063	1.102
60 a 64 anos	21	32
65 a 69 anos	19	18
70 a 74 anos	9	15
75 a 79 anos	6	6
80 a 89 anos	7	4
90 a 99 anos	-	1
Fonte: IBGE - Censo Demográfico		



Grupos de Idade da Pessoa Responsável pelo Domicílio – De 60 a 70 anos ou mais – Tabela 1161 do Censo Demográfico IBGE

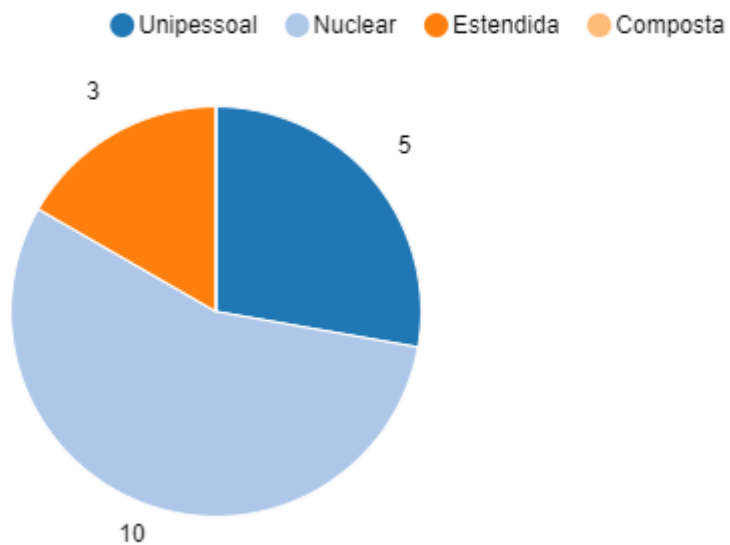
Espécie de unidade doméstica

Sexo da pessoa responsável pelo domicílio - Homens
Grupos de idade da pessoa responsável pelo domicílio - 60 a 64 anos



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Sexo da pessoa responsável pelo domicílio - Mulheres
Grupos de idade da pessoa responsável pelo domicílio - 60 a 64 anos

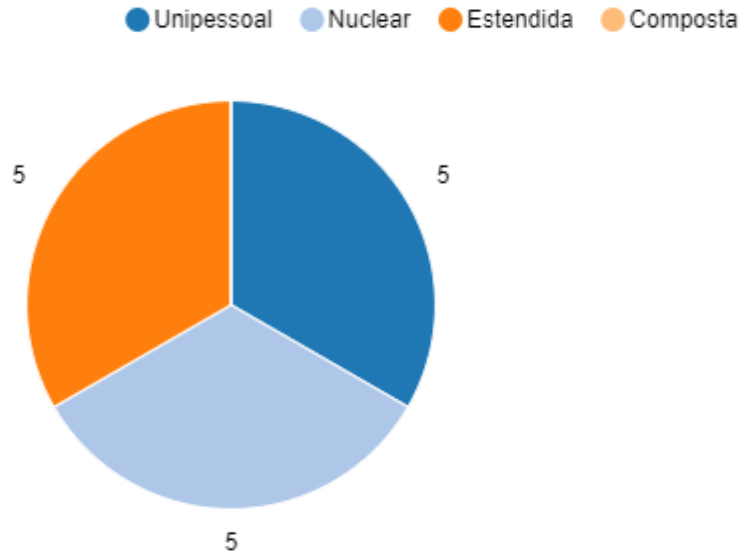


Fonte: IBGE - Censo Demográfico



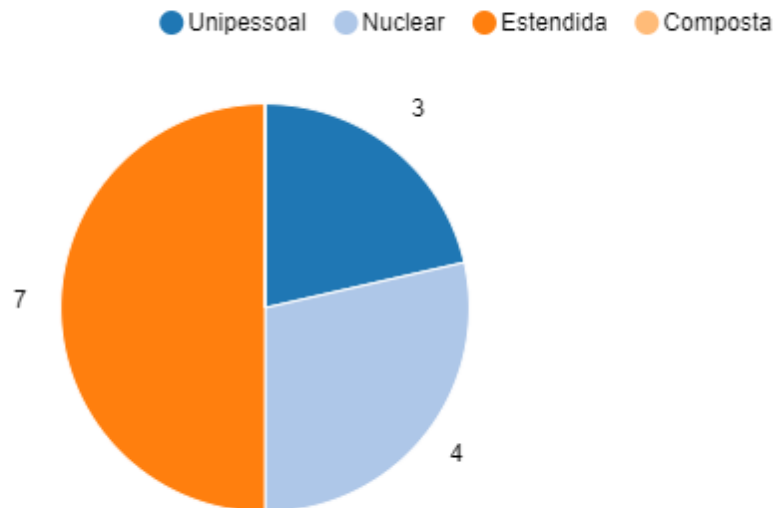
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Sexo da pessoa responsável pelo domicílio - Homens
Grupos de idade da pessoa responsável pelo domicílio - 65 a 69 anos



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Sexo da pessoa responsável pelo domicílio - Mulheres
Grupos de idade da pessoa responsável pelo domicílio - 65 a 69 anos

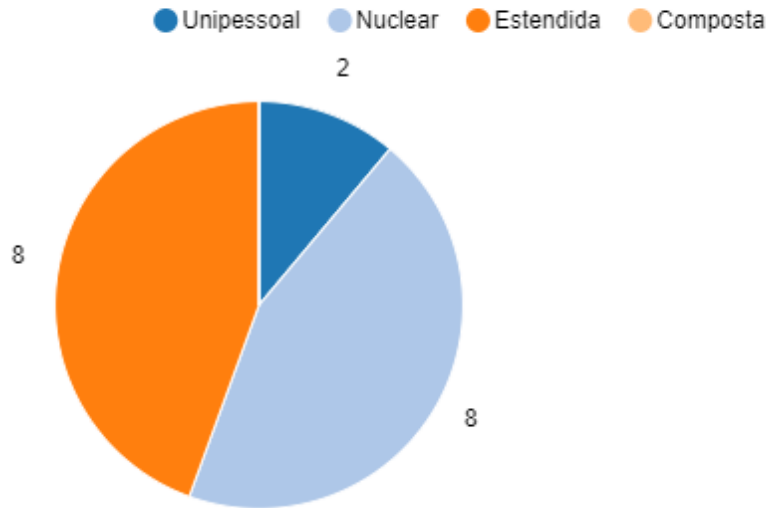


Fonte: IBGE - Censo Demográfico



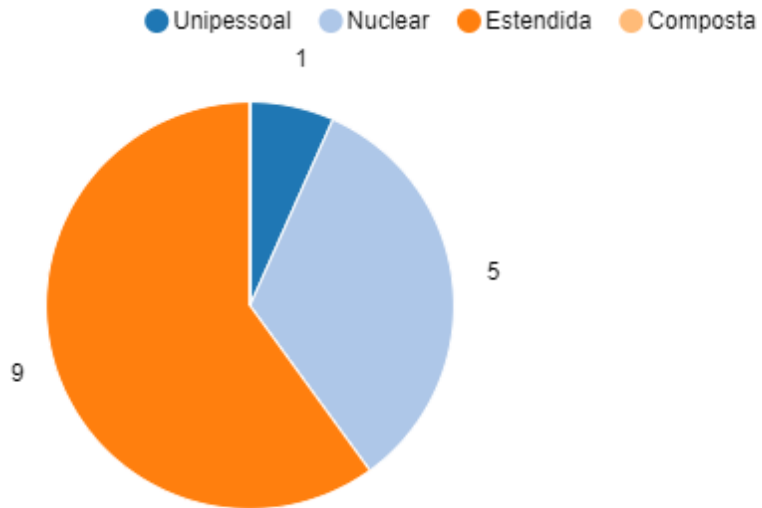
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Sexo da pessoa responsável pelo domicílio - Homens
Grupos de idade da pessoa responsável pelo domicílio - 70 anos ou mais



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Sexo da pessoa responsável pelo domicílio - Mulheres
Grupos de idade da pessoa responsável pelo domicílio - 70 anos ou mais

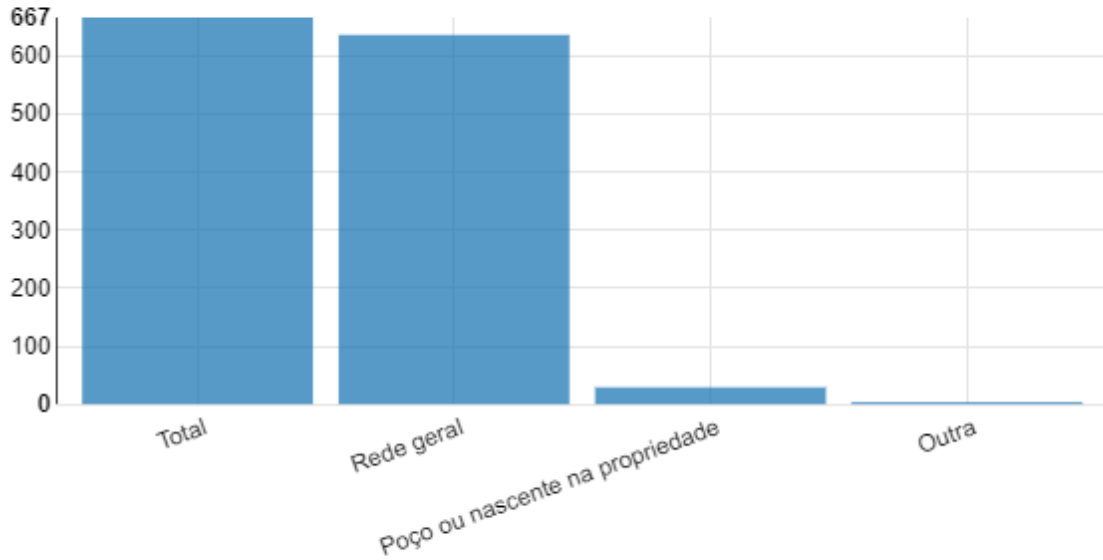


Fonte: IBGE - Censo Demográfico



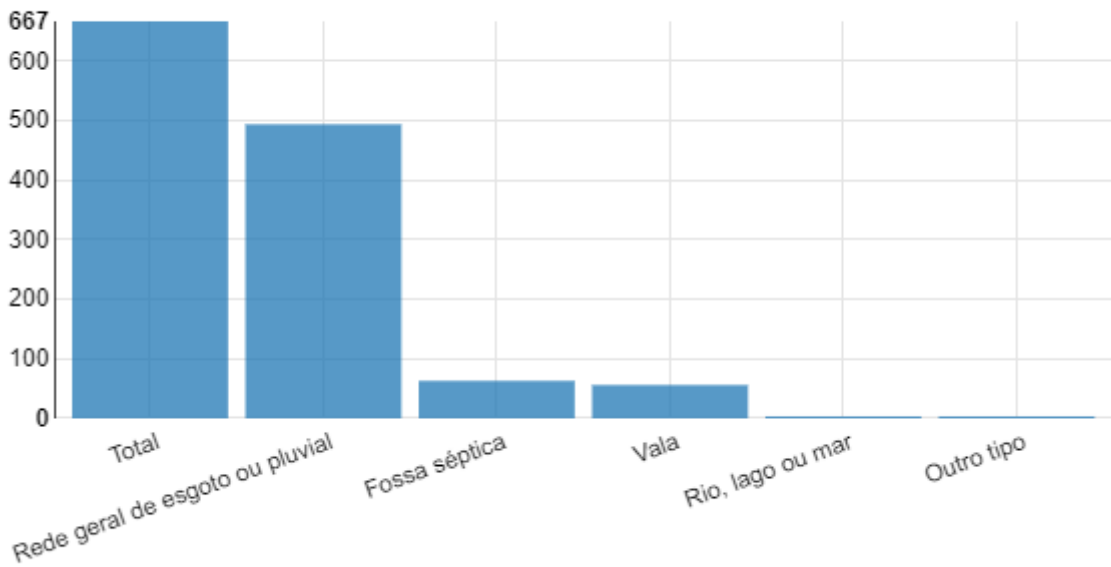
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Forma de abastecimento de água



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Tipo de esgotamento sanitário

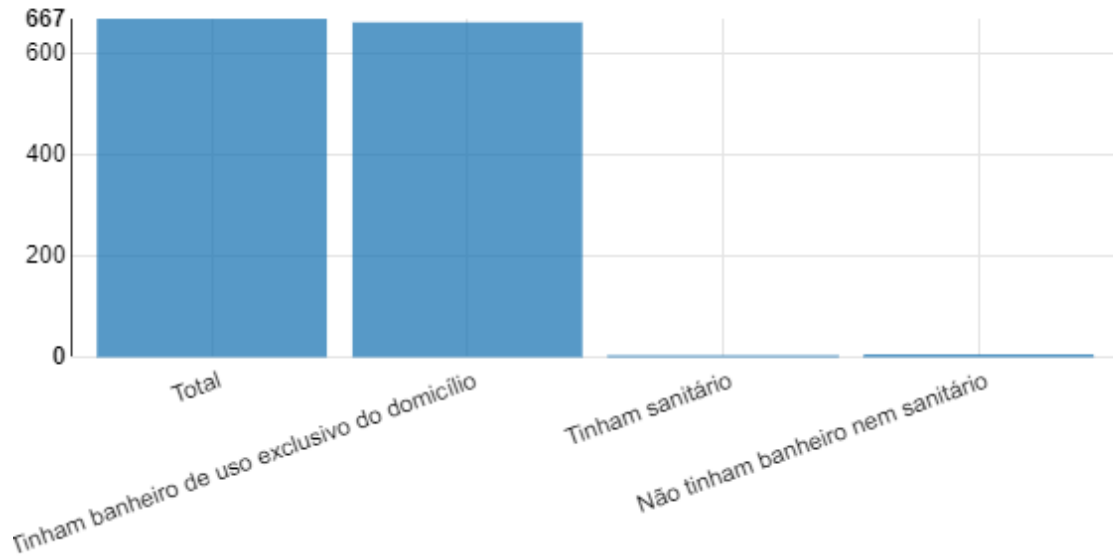


Fonte: IBGE - Censo Demográfico



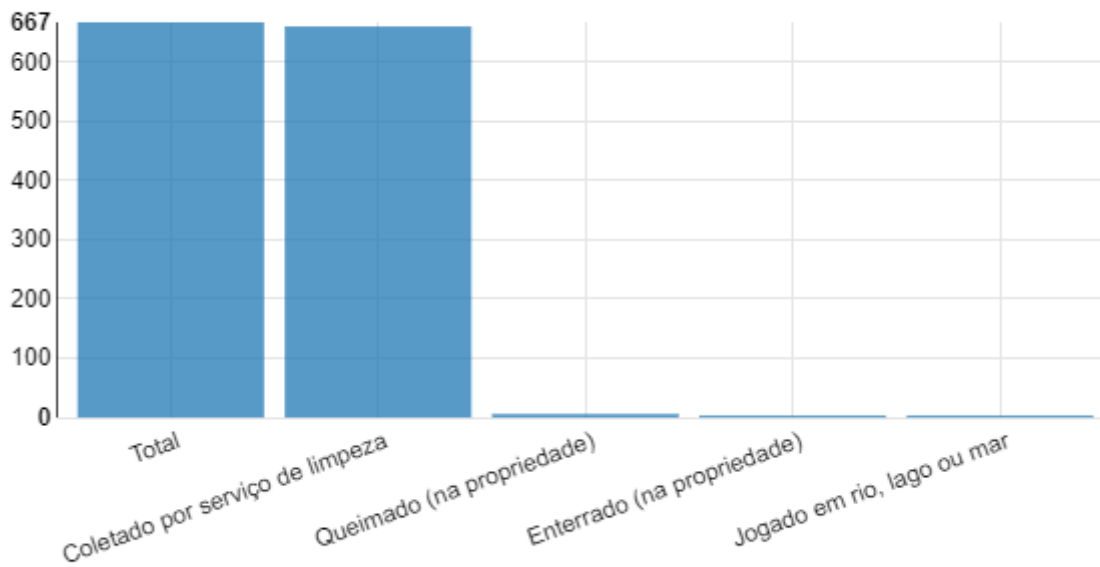
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Existência de banheiro ou sanitário e número de banheiros de uso exclusivo do domicílio



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Destino do lixo

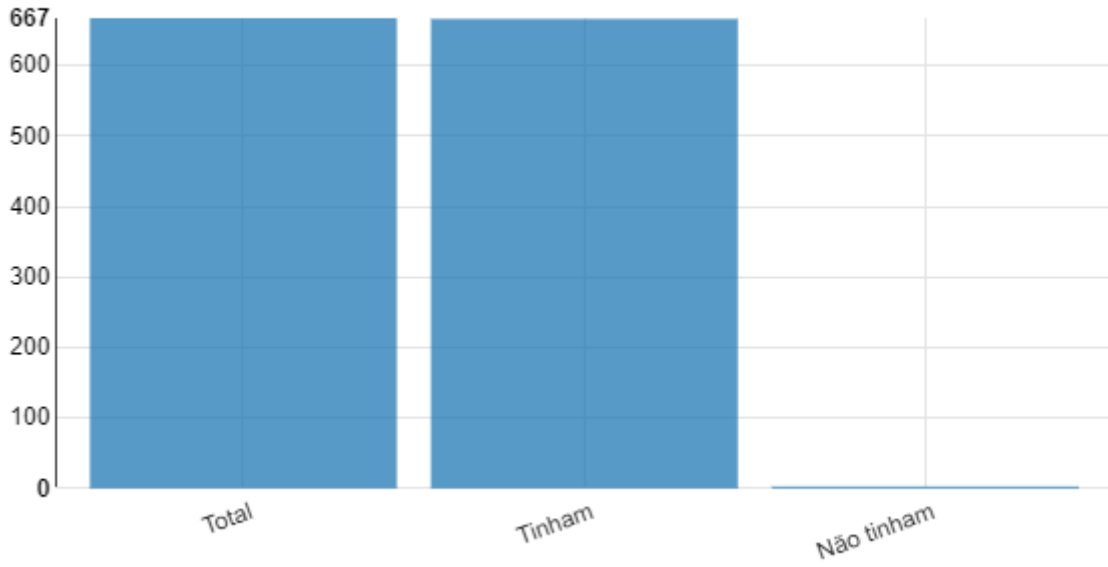


Fonte: IBGE - Censo Demográfico



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Existência de energia elétrica



Fonte: IBGE - Censo Demográfico



Caracterização da Organização Comunitária

A caracterização da Organização Comunitária da área de intervenção do Projeto será detalhada após a realização do diagnóstico socioterritorial.

O controle social é uma forma de participação da população na gestão pública. Ele garante aos cidadãos espaços para influir nas políticas governamentais, além de possibilitar seu acompanhamento, a transparência em sua execução, avaliação e fiscalização.

O município de Viana possui na sua estrutura organizativa, os canais de participação e controle social, conforme descrito na Tabela 28:

Tabela 28: Movimento Organizado de Bairros

Nº	Nome do Movimento Organizado
01	Ass. de moradores de Campo Verde
02	Ass. de moradores de Universal Flamengo e Ipanema
03	Ass. de amigos de Ipanema
04	Ass. de moradores de Morada de Bethânia
05	Ass. de moradores Santa Terezinha e Viana
06	Ass. de moradores de Areinha
07	Ass. de moradores Caxias do Sul
08	Ass. de moradores de Soteco e Guaritas
09	Ass. de moradores de Marcílio de Noronha
10	Ass. de amigos de Marcílio de Noronha
11	Centro Comunitário de Vila Bethânia
12	Ass. de moradores de Primavera, Treze de Maio e Canaã
13	Movimento Comunitário do Bairro Canaã
14	Ass. de Moradores de Jucu
15	Centro Comunitário de Araçatiba
16	Ass. de moradores de Vale do Sol
17	Ass. de moradores de Bom Pastor

Fonte: PMV

Federação dos Movimentos Populares de Viana – FEMOPOVES

Entidade existente desde o início dos anos 90. Desenvolve ações de reivindicação, conscientização, apoio e organização das políticas públicas nas áreas de saúde, educação, assistência social a crianças, adolescentes, idosos e segurança pública.



Congrega todos os movimentos populares representativos do município e possui assento em todos os conselhos municipais. A participação da população se dá via entidades sociais que encaminham seus membros para participar das reuniões e atividades. As reuniões ordinárias acontecem uma vez por mês, sempre no primeiro sábado.

Grupos de Terceira Idade

Conforme consta na Tabela 29, o município de Viana conta com os seguintes grupos voltados para o atendimento à terceira idade:

Tabela 29: Grupos de Terceira Idade

Nº	Nome do grupo	Bairro
01	Grupo Amizade	Viana Sede
02	Grupo Tempo de Viver	Ribeira
03	Grupo Renascer	Universal
04	Grupo Beija Flor	Canaã
05	Grupo Água Viva	Areinha
06	Grupo Felicidade	El Dourado
07	Grupo União da Terceira Idade	Vila Bethânia
08	Grupo Vale do Sol	Bairro Vale do Sol
09	Grupo Só Alegria	Bairro Soteco
10	Grupo Primavera	Primavera
11	Grupo Bom Pastor	Bom Pastor
12	Grupo Alegria de Viver	Jucu
13	Grupo Vida e Esperança	Bairro Araçatiba
14	Grupo Marcílio de Noronha	Marcílio de Noronha
15	Grupo Águia Branca	Bairro Industrial

Fonte: PMV

Associação dos Idosos de Viana

Fundada em 2000, desenvolve atividades de lazer, convivência e cidadania junto aos idosos do município. Sua sede fica no entorno do loteamento Arlindo Villaschi. Possui assento nos conselhos municipais de assistência social do idoso e seu grau de representatividade é bastante significativo perante a comunidade.



Está em andamento a obra de Construção do Centro de Convivência da Pessoa Idosa de Viana construído pela Secretaria de Trabalho e Assistência Social. Um espaço para assistir apenas a pessoa idosa no município. Neste espaço, será centralizado todo o serviço oferecido aos idosos nos Centros de Referência em Assistência Social de Viana.

Conselhos Municipais Instituídos

Os Conselhos são instâncias de participação popular instituídas pela Constituição de 1988. São importantes porque ajudam a garantir o controle social sobre as políticas públicas praticadas e contribuem assim para uma gestão pública mais popular e democrática. Segundo informações do Ministério das Cidades, os conselhos devem ter composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, natureza consultiva e deliberativa.

Em Viana existem, atualmente, os seguintes Conselhos instituídos:

- Conselho da Assistência Social;
- Conselho do Idoso;
- Conselho da Criança e do Adolescente;
- Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Conselho da Juventude.

Programas Desenvolvidos na Área Social:

PAIF - Programa de Atendimento Integral à Família, dando auxílio e orientações as famílias para prevenir situações de vulnerabilidade ou violência. Desenvolvido em quatro áreas territoriais:

CRAS Região I - Rua Rio de Janeiro, s/nº, Vale do Sol.

Base Territorial - Areinha, Arlindo Vilaschi, Caxias do Sul, Morada Betânia, Nova Bethânia, Vale do Sol, Vila Bethânia, Tanque, Coqueiral de Viana, Soteco e Guaritas.



CRAS Região II - Rua Colatina, Nº 25, Marcílio de Noronha.

Base Territorial - Universal, Ipanema, Canãa, Primavera, Marcílio de Noronha, Industrial e Treze de Maio.

CRAS Região III - Rua Coronel Nunes Ferreira, nº 33, Centro.

Base Territorial - Viana Sede, Bom Pastor, Ribeira, Araçatiba, Jucu, Bom Pastor, Vila Nova, Santo Agostinho, Santa Terezinha e toda zona rural do município.

CRAS Região IV – Rua São Francisco, s/n – Campo Verde.

PROJOVEM ADOLESCENTE

Destinado aos jovens de 15 a 17 anos, pertencentes às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, cadastradas no CADÚNICO, e jovens vinculados ou egressos de programas de Combate à Exploração Sexual, Medida Sócio Educativa em Meio Aberto e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

O Projovem Adolescente é uma estratégia de promover a integração das Políticas Sociais voltadas à juventude, público mais exposto à violência e ao desemprego, oferecendo um serviço socioeducativo continuado de Proteção Básica de Assistência Social, desenvolvido nos CRAS. Este Programa afiança, ainda, a segurança de convívio e promove o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Benefícios Eventuais

Criado pela Lei 2.146/2009 e regulamentado pelo Decreto 0223/2009, são provisões e benefícios da Política de Assistência Social de caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento e morte de um membro da família.



Centro de Convivência da Pessoa Idosa

Atendimento ao idoso acima de 60 anos, através de atividades esportivas (ginástica corporal, hidroginástica), culturais de lazer e interação social, motivando sua autoestima através de palestras que estimulem o conhecimento dos direitos e deveres na sociedade em que vivem e promoção de campanhas contra a violência à pessoa idosa.

Programa Bolsa Família

Gerenciado pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, destina-se ao atendimento às famílias em vulnerabilidade social por meio de transferência de renda, com condicionalidades, que devem ser cumpridas, em relação à saúde e à educação.

Proteção Especial Média e Alta Complexidade

Responsável pelo atendimento assistencial a famílias e indivíduos, que já tiveram direitos violados e vínculos (familiares e/ou comunitários) rompidos.

CREAS

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social presta serviços especializados a indivíduos com seus direitos violados, direcionando o foco das ações para as famílias, para fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e efetividade da ação protetiva para a família. Para isso, contam com uma equipe multiprofissional que promove a integração de esforços, recursos e serviços para potencializar as ações, bem como a parceria dos serviços socioassistenciais e sistema de garantia de direitos, contribuindo para que estas possam enfrentar com autonomia os revezes da vida pessoal e social. Nesta perspectiva, a unidade oferece serviços continuados a famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de: violência física, psicológica e negligência; violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa



ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violação de direitos.

Programas do CREAS

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos; Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), Serviço de Proteção Social Especial para Idosos (as) e suas Famílias.

CAP – A Casa de Acolhimento Provisório Infantil de Viana visa abrigar até 12 (doze) crianças de 0 a 12 anos, vítimas de negligência e abandono, violência, maus tratos e abuso sexual, encaminhadas pelo Conselho tutelar e Poder Judiciário.

Durante o período em que estão abrigadas, as crianças recebem os seguintes atendimentos: alimentação, material de higiene pessoal e vestuário, material didático escolar, medicação conforme prescrição médica, reforço e acompanhamento escolar, atividades recreativas e pedagógicas com orientação dos educadores, orientação sobre higiene pessoal e conservação da limpeza da casa, convivência cristã, atendimento psicossocial, atendimento médico e odontológico na rede pública de saúde, e passeios.

ASCAMAVI

A Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Viana (Ascamavi) localizada no bairro Nova Bethânia tem desenvolvido um trabalho importante para implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

município. Além de ajudar a aumentar a conscientização da população em relação ao consumo sustentável e a preservação do meio ambiente, a coleta gera também renda para os participantes que integram a Associação. A Ascamavi processa atualmente cerca de 13 toneladas mensais de materiais recicláveis.

A Associação realiza a coleta seletiva em sete bairros: Caxias do Sul, Arlindo Vilaschi, Nova Bethânia, Morada de Bethânia, Areinha, Vila Bethânia e Campo Verde. A prefeitura informou que o objetivo é ampliar a coleta para mais três bairros: Marcílio de Noronha, Viana Centro e Canaã.

Atualmente, os participantes da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do município de Viana, não precisam percorrer as ruas como era feito antes. Hoje, existe uma equipe, que com um caminhão, recolhe os materiais nas empresas parceiras, nas escolas, nos equipamentos públicos e nas casas de alguns moradores.

Todo o material é levado para a sede, onde é realizado em conjunto, a separação, prensagem e enfardamento do que foi recolhido. Toda a renda arrecadada com a venda dos materiais é mantida na Associação e dividida igualmente entre os associados.



CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO FÍSICA

A ocupação urbana causa modificação no padrão de escoamento dos deflúvios superficiais na bacia hidrográfica, ou seja, à medida que áreas com superfícies naturais vão sendo impermeabilizadas, os processos de infiltração e retenção da água na bacia vão se reduzindo, causando aumento significativo dos deflúvios superficiais nas áreas situadas à jusante.

Diante do firme propósito em adotar as medidas necessárias para o enfrentamento das frequentes ocorrências de inundações na RMGV e promover uma política de desenvolvimento urbano sustentável minimizando os impactos para os municípios, o Governo do Estado firmou parcerias de importância para o manejo de águas pluviais, nos municípios de Viana, Cariacica e Vila Velha.

Quanto à proposta para a área da bacia hidrográfica do Córrego da Ribeira, objeto do referido empreendimento, justifica-se por encontrar-se inserida quase em sua totalidade em área urbana no município de Viana, na RMGV e apresentar deficiências em sua drenagem.

Este cenário gera na época das chuvas um quadro de inundações frequentes que afeta a economia do município, e também da Região Metropolitana da Grande Vitória em decorrência dos impactos no sistema de mobilidade urbana, provocando perdas materiais de elevado custo, transtornos à circulação de veículos e pessoas.

Quanto aos sistemas de drenagem urbana existentes, estes apresentam deficiências comuns a todas as cidades como o lançamento de resíduos sólidos em bocas de lobo, o subdimensionamento, a inexistência de galeria de águas pluviais, o assoreamento das tubulações em função das erosões, bem como a manutenção insuficiente e ineficiente.

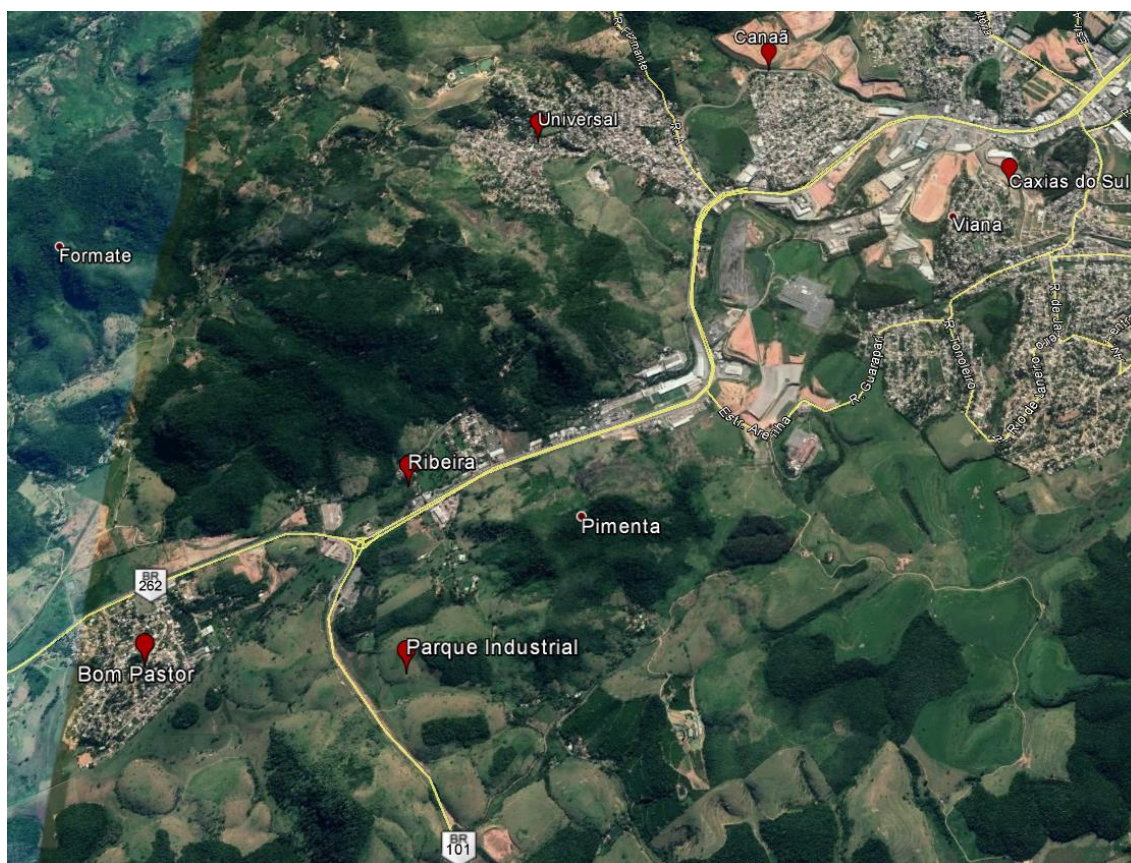
O escopo da contratação realizada pelo Governo do Estado através da SEDURB para elaboração de Planos Municipais de Redução de Risco contemplava a elaboração de estudos hidrológicos e modelagem matemática para simulação



de áreas inundáveis. Entretanto, não estava prevista a elaboração de projetos executivos de macrodrenagem para redução das frequentes inundações causadas por fortes chuvas na bacia do Córrego da Ribeira.

O córrego da Ribeira nasce no interior do bairro Universal e drena total ou parcialmente os bairros Canaã, Caxias do Sul, Parque Industrial, Ribeira e Bom Pastor, antes de desaguar no ribeirão Santo Agostinho, que, por sua vez, deságua no rio Jucu.

Figura 13 - Localização dos Bairros



Fonte: SEDURB

As cheias no córrego da Ribeira são frequentes e vem se agravando devido ao avanço da urbanização de sua bacia, que vem trazendo, principalmente, dois tipos de agravamento: impermeabilização de áreas e construção de residências próximas à calha do rio ou em seu leito maior.



A Bacia Hidrográfica do Córrego da Ribeira foi dividida em 3 (três) regiões:

- Bacia Hidrográfica do Córrego da Ribeira - Bairro Universal
- Bacia Hidrográfica do Córrego da Ribeira - Bairro Ribeira
- Bacia Hidrográfica do Córrego da Ribeira - Bairro Bom Pastor.

Figura 14 - Ilustração da Localização das Regiões



Fonte: SEDURB

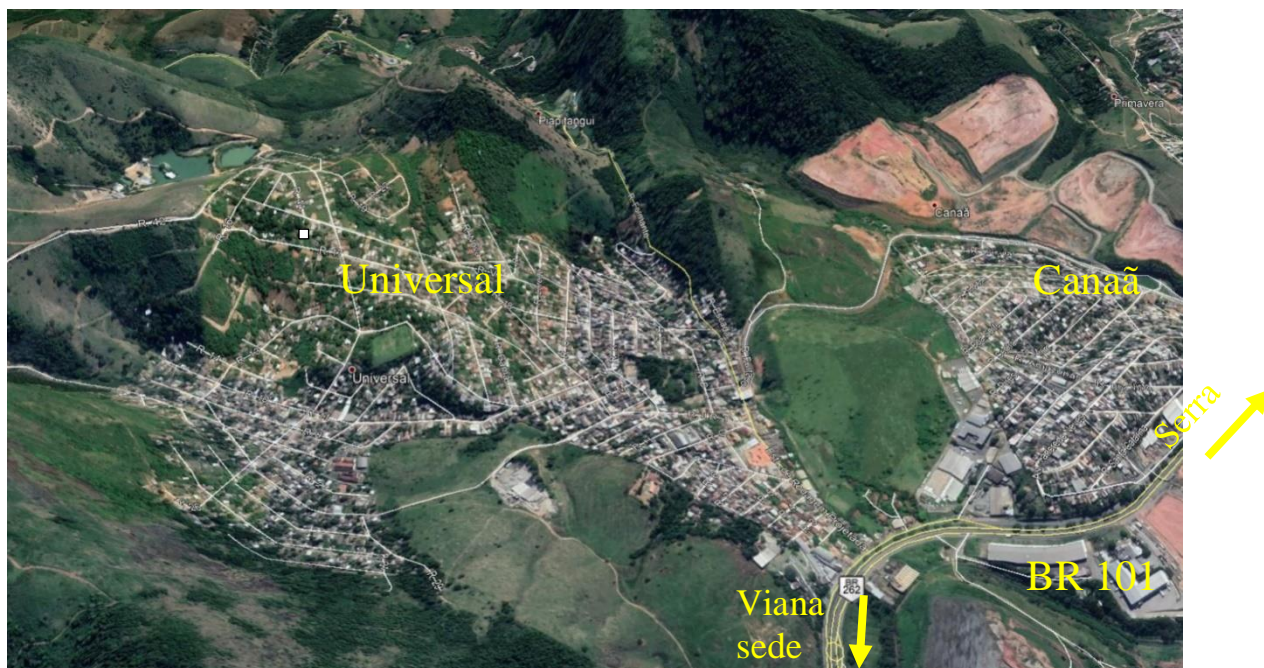
Os serviços para a bacia do Córrego da Ribeira foram divididos em duas etapas:



1ª Etapa:

Nesta etapa estão previstas as intervenções localizadas no Bairro Universal no município de Viana/ES na região metropolitana do Estado do Espírito Santo limitada pela BR 101 a sudeste, pelo bairro Canaã a leste e por montanhas a norte, oeste e sul. O bairro localiza-se na grota da bacia de contribuição que é drenada pelo córrego do Ribeira. Desta forma, a obra de macrodrenagem visa a construção de uma rede de drenagem a fim de coletar toda a área de contribuição da bacia, conduzindo o montante da contribuição até a drenagem de transposição da BR 101. A Figura mostra o Bairro Universal e o seu entorno.

Figura 15 - Foto aérea 3D, com a localização do Bairro Universal



Fonte: SEDURB

O projeto indica a construção da rede de drenagem na principal entrada do bairro (via estrutural), Avenida Alcacibas Furtado, que intercepta a BR-262 e é a principal entrada de ônibus e acesso para o fluxo local.



Figura 16 - Identificação do Principal Acesso ao Bairro



Fonte: SEDURB

Tendo em vista diversas particularidades locais (hidrologia, topografia, geometria e condições de ocupação existente, dentre outros), estão previstos no projeto os seguintes dispositivos de drenagem:

- Canal de Terra de 4,00m Largura Inferior x 1,5m Altura e 3H:1V na declividade da parede;
- Rede de Bueiro Celular Duplo de 1,50 x 1,50m;
- Canal de Terra de 3,00m Largura Inferior x 2,5m Altura e 1H:1V na declividade da parede;
- Rede de Bueiro Celular Duplo de 1,50 x 1,50m;
- Rede de Bueiro Celular Triplo de 1,50 x 1,50m;
- Lançamento na Rede Existente.



2ª Etapa:

Nesta etapa estão previstas as intervenções no Córrego da Ribeira e Bom Pastor.

Estavam previstas canalizações do Córrego da Ribeira, através de bueiros e galerias. No bairro Bom Pastor diques e estação de bombeamento. Entretanto, constatou-se a dificuldade na execução dessas intervenções devido as obras na Rodovia BR 101, realizadas pela ECO 101, no ano de 2019. Desta forma, novos estudos e projetos serão contratados para amenizar as inundações ocorridas em recorrência das grandes cheias nessa região.

Outras obras complementares à macrodrenagem poderão ser executadas.



JUSTIFICATIVA

O acelerado processo de urbanização ocorrido nas últimas três décadas, notadamente nos países em desenvolvimento, dentre os quais o Brasil, é o principal fator responsável pelo agravamento dos problemas relacionados às inundações nas cidades, aumentando a frequência e os níveis das cheias. Isto ocorre devido a impermeabilização crescente das bacias hidrográficas, e a ocupação inadequada das regiões ribeirinhas aos cursos d'água.

Com a expansão territorial sem uma legislação e uma fiscalização que garantissem o disciplinamento adequado do uso e ocupação do solo, os problemas de alagamentos e inundações foram se intensificando e se distribuindo ao longo das linhas naturais de escoamento dos deflúvios superficiais em função da planialtimetria da cidade e do grau de impermeabilização da área de drenagem (Righetto, 2009).

O Estado do Espírito Santo tem experimentado um grande impulso em seu desenvolvimento, que historicamente está concentrado na Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV, a qual ocupa, em sua grande parte, áreas baixas de bacias hidrográficas, originalmente constituídas de brejos e alagados, com forte influência da maré, e que vieram, ao longo dos anos, sendo ocupadas por empreendimentos imobiliários e ultimamente pelo setor petrolífero e gás natural.

Este crescimento na malha urbana provocou uma pressão sobre a infraestrutura, notadamente sobre o sistema viário, o sistema de saneamento e os sistemas de drenagem pluvial. Como consequência, observa-se a sobrecarga dos sistemas, levando-se a obstrução do sistema viário em horários de pico no trânsito, desabastecimento de água em épocas de chuvas intensas, ocorrência de inundações em áreas urbanas densamente ocupadas provocando prejuízos sociais, ambientais e econômicos para a população.

O documento ARES – Atlas das Áreas Com Potencial de Riscos do Estado do Espírito Santo, identifica a RMGV como área de altíssimo risco de inundação.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

A ocupação antrópica de extensas áreas cujo escoamento natural se espalhava por várias direções e, muitas vezes, variável em função das condições morfológicas e climáticas, acarretou como consequência o permanente convívio com enchentes de elevada capacidade de destruição de bens e riscos à vida humana.

Os prejuízos por inundação podem ser classificados em tangíveis e intangíveis. Os prejuízos tangíveis são classificados em danos físicos, custos de emergência e prejuízos financeiros. Os danos físicos representam os custos de separação e limpeza das residências e as perdas de objetos, mobília, equipamentos, elementos decorativos, material armazenado e material em elaboração. Os custos emergenciais referem-se à evacuação, à reocupação, à habitação provisória, entre outros. Os custos financeiros são aqueles devidos à interrupção, do comércio, da fabricação de produtos industriais e aos lucros cessantes. Os custos intangíveis são os danos de enchente que não têm valor de mercado ou valor monetário, como a perda de vidas ou obras e prédios históricos (Tucci, 2005).

Os desastres relacionados às questões hídricas extremas também prejudicam a atuação dos serviços essenciais, especialmente os relacionados com a distribuição de energia elétrica e com o saneamento básico, que inclui a coleta do lixo, a distribuição de água potável, bem como, a disposição de águas servidas e de dejetos.

Normalmente, os fluxos dos transportes e das comunicações telefônicas também são prejudicados e pode haver queda nas atividades comerciais em razão da suspensão temporária do trabalho, com consequente queda de arrecadação de impostos.

Os desastres também aumentam os riscos de transmissão de doenças veiculadas pela água e pelos alimentos, assim como a ocorrência de infecções respiratórias agudas.



Figura 18 - Alagamento no Bairro Universal - Viana



Fonte: <http://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/2012/01/>

Pela Lei Federal nº 11.445/2007 entende-se que o manejo de águas pluviais urbanas corresponde ao conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, do transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, do tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas associadas às ações de planejamento e de gestão da ocupação no espaço territorial urbano (Righetto, 2009).

Visando atenuar as inundações nos perímetros urbanos do Município de Viana, e melhorar a qualidade de vida da população, o Governo do Estado do Espírito Santo por meio da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEDURB, viabilizou recursos junto ao Governo Federal no âmbito do Programa Gestão de Riscos e Respostas aos Desastres



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

para a Execução de Macrodrenagem do Córrego da Ribeira – BR 262, Bairro Universal e Bom Pastor.

Desta forma, o PTS está diretamente relacionado a preparação da comunidade para o impacto econômico, social e ambiental que representará as obras de Macrodrenagem do Córrego da Ribeira – BR 262, Bairro Universal e Bom Pastor. Através de processos de informação, capacitação, conscientização e educação, busca-se que os beneficiários sejam capazes de revisar seus conceitos para a quebra de paradigmas e a mudança de hábitos, orientando e mobilizando estas localidades para a construção de alternativas que visem o desenvolvimento sustentável da região.

Figura 19 - Córrego da Ribeira nas proximidades do Bairro Bom Pastor



Fonte: Plano Diretor de Águas Pluviais e Fluviais do Município de Viana



OBJETIVOS

Geral

Promover a sustentabilidade socioambiental do empreendimento a partir da realização de um conjunto de ações educativas e de mobilização social, qualificando e aperfeiçoando os investimentos em infraestrutura.

Específicos

- ❖ Realizar a complementação do Diagnóstico Socioterritorial projetando identificar as características da área de abrangência do projeto, a fim de levantar demandas e potencialidades locais e estabelecer parcerias;
- ❖ Articular uma rede de colaboradores através de reuniões com potenciais parceiros públicos e/ou privados para potencializar e otimizar os esforços e recursos do PTS;
- ❖ Estimular a participação comunitária por meio do desenvolvimento de reuniões, palestras, assembleias, que estimulem e sensibilizem as lideranças comunitárias e comunidade em geral, para participar da implantação do empreendimento e exercer o controle social;
- ❖ Incentivar a população a constituir um grupo permanente de acompanhamento das ações do projeto, bem como das obras com representação das lideranças comunitárias e representantes das comunidades beneficiárias e equipe executora;
- ❖ Capacitar lideranças comunitárias e professores das escolas locais na temática Educação Sanitária e Ambiental, constituindo uma rede de reeditores capazes de multiplicar as informações obtidas;
- ❖ Difundir a temática educação ambiental no contexto da comunidade escolar por meio da realização de atividades socioambientais;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

- ❖ Estabelecer mecanismos de comunicação e participação, que possibilitem a inserção da população beneficiária em todas as ações do Projeto, informando-a sobre as atividades do Trabalho Social e o andamento das obras durante a sua execução;
- ❖ Realizar Conferências sobre o Projeto de Macrodrenagem do Córrego da Ribeira – BR 262, Bairro Universal e Bom Pastor, buscando envolver possíveis parceiros, representantes das comunidades e membros de órgãos que trabalham com a questão da sustentabilidade ambiental na região objetivando contribuir para a melhoria do Projeto como um todo;
- ❖ Realizar o plantão social para atendimento às famílias beneficiadas pelo Projeto;
- ❖ Articular com instâncias de geração de trabalho e renda existentes no município de Viana, bem como as existentes no Estado, para fomentar a qualificação profissional e a inserção da população diretamente envolvida no Projeto de intervenção em atividades produtivas e/ou no mercado de trabalho;
- ❖ Acompanhar e avaliar todo o processo de execução do Projeto de Trabalho Social.



METODOLOGIA

O Projeto de Trabalho Social será desenvolvido por meio de uma metodologia que tem como pressuposto a busca da participação de todos os moradores da região, beneficiados direta ou indiretamente pela intervenção e cujos princípios orientadores são os da transparência nas informações, da democracia e o da autonomia. A ação participativa permite à população estar envolvida em todo o processo, do início ao término do empreendimento, podendo verbalizar seus anseios e desejos, sendo ouvida e respeitada.

Para haver participação é preciso que gestores e técnicos a valorizem, assegurem espaços e voz à população beneficiária, ofertem toda a informação necessária, e garantam o exercício do controle social.

Neste sentido, busca-se com os beneficiários uma reflexão crítica da realidade vivida, através do envolvimento de todos para as transformações necessárias e o entendimento da importância da organização comunitária para o alcance dos objetivos. Outro aspecto a ser considerado consiste em que a comunicação também é a base da mobilização da comunidade e de seu engajamento na melhoria da qualidade de vida de suas famílias.

As atividades desenvolvidas serão pautadas no processo de aprendizagem gradual, através da troca de conhecimento, tendo como eixos: Mobilização, Organização e Fortalecimento Social; Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção; Educação Ambiental e Patrimonial e Desenvolvimento Socioeconômico.

O PTS foi planejado para iniciar-se com antecedência ao empreendimento, focalizando nas ações informativas, permitindo que as obras de Macrodrenagem do Córrego da Ribeira – BR 262, Bairro Universal e Bom Pastor sejam iniciadas após o início das ações de Mobilização, Organização e Fortalecimento Social, informando à população local sobre as características essenciais do projeto, estimulando sua participação e consolidação enquanto grupos organizados.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Para tanto, é imprescindível a implantação do escritório de campo na área de abrangência da intervenção, que consistirá em um ponto de referência e orientação do Trabalho Social devendo permanecer acessível durante todo o período de execução do projeto, e terá por finalidade garantir um canal de comunicação direta com a população, por meio da realização do plantão social. Será implantado no canteiro de obras e o valor integrará a planilha de custos da obra.

O Plantão Social será realizado pela Equipe Técnica Contratada, a qual será constituída por 02 (dois) Assistentes Sociais, 01(um) Educador Ambiental graduado em Engenharia Ambiental, um estagiário de Serviço Social e 01 (um) estagiário de Engenharia Ambiental.

O escritório de campo, por decisão do Interveniente Executor, será implantado no canteiro de obras e as despesas relativas ao aluguel do container para implantação do plantão social constarão da planilha de obras.

No escritório de campo deverão, permanentemente, estar à disposição cópias de todas as informações oficiais disponíveis do projeto, tais como plantas, mapas, cronograma mensal do Trabalho Social e de obras, ou seja, todo o acervo pertinente ao empreendimento em questão.

Conforme a Portaria 21, Item VI da Composição do Investimento, é vedada a compra e locação de materiais permanentes a serem utilizados no desenvolvimento do Trabalho Social quando as ações forem executadas por empresas terceirizadas, uma vez que estas já deverão possuir as condições necessárias para o seu desenvolvimento.

Portanto, a CONTRATADA será responsável pela aquisição dos materiais permanentes necessários a perfeita execução dos serviços concernentes ao Plantão Social, como data show, tela de projeção, máquina fotográfica, computadores, impressora, entre outros.



Com recursos do PTS serão adquiridos materiais de consumo para o escritório de campo necessários ao desenvolvimento das ações/atividades pertinentes ao Trabalho Social, estando especificados no detalhamento de custos.

Para que as atividades do PTS sejam amplamente divulgadas e publicizadas para a população da área de intervenção do Projeto, serão utilizados mecanismos de divulgação por meio de cartazes, banners e panfletos.

É fundamental destacar então que a metodologia terá como pressupostos:

1. Fase de Planejamento:

Terá início com a implementação do Trabalho Social por meio das ações de Mobilização, Organização e Fortalecimento Social, pretendendo antecipar-se às obras de engenharia num prazo estimado de 2 (dois) meses. Porém, havendo alguma intercorrência, poderá ser iniciado concomitantemente às referidas obras.

A participação da Equipe Técnica Contratada terá início nessa fase, quando será realizado o Diagnóstico Socioterritorial para complementar as informações já contidas neste PTS.

Conforme determina a Portaria 21, deve ser realizada uma pesquisa sociofamiliar censitária amostral nas intervenções de saneamento, contendo:

- ✓ Comprometimento médio mensal da renda das famílias com o pagamento de encargos, impostos, taxas, moradia e transporte, motivando, quando for o caso, a necessidade de tarifa social para os serviços de saneamento e energia elétrica, subsídio para as ligações intradomiciliares, oferta de kits sanitários e inserção em outras políticas públicas;
- ✓ Número de habitantes por faixa etária, número de pessoas com deficiência, composição familiar e coabitação involuntária e o adensamento excessivo, quando houver;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

- ✓ A escolaridade dos membros da família, a profissão e situação de emprego dos que percebem renda, justificando a necessidade de articulação com a assistência social e educação;
- ✓ Infraestrutura para mobilidade (vias, vielas e escadarias) e disponibilidade de meios de transporte; padrão de moradia;
- ✓ Mapeamento das doenças e agravos relacionados à falta de saneamento e de condições de habitabilidade, por meio de dados secundários. (complementar os dados que se encontram neste PTS).
- ✓ Na macroárea (que inclui a poligonal de intervenção), por meio de metodologias rápidas e participativas ou dados secundários:
 - ❖ as necessidades apontadas pela comunidade como prioritárias, em termos de equipamentos sociais públicos;
 - ❖ pesquisa de entidades sociais e comunitárias atuantes e que deverá cobrir no mínimo os seguintes itens: formalização, áreas temáticas de atuação, número e tipo de membros ou beneficiários, principais sucessos e problemas;
 - ❖ incidência de criminalidade, formação de grupos ilícitos, tráfico de entorpecentes, violência doméstica, exploração à prostituição, entre outros;
 - ❖ levantamento das instituições que atuam com educação ambiental e mobilização social na região, incluindo as experiências e programas de educação ambiental em desenvolvimento;
 - ❖ mapeamento de demandas do mercado de trabalho e setores mais dinâmicos da região: oferta de comércios, potencialidades econômicas e culturais da região beneficiada;
 - ❖ mapeamento de equipamentos, projetos, programas e políticas públicas – já em andamento ou previstos – potencialmente relevantes para a inclusão social, produtiva, preservação ambiental e desenvolvimento local, inclusive através de articulações intersetoriais;



- ❖ identificação de áreas de vulnerabilidade e risco social a serem priorizadas pela ação pública, principalmente através de articulações intersetoriais;
- ❖ levantamento das informações relacionadas às condições de vida dos catadores, **quando houver**, e de seus familiares, no lixão e nas ruas, assim como dados e informações sobre a quantidade de famílias que sobrevivem da atividade da coleta, o número de associações ou cooperativas existentes, a existência do trabalho infantil, entre outras informações consideradas pertinentes ao planejamento das ações do Trabalho Social.

O Diagnóstico Socioterritorial objetiva conhecer os habitantes, as entidades sociais e comunitárias e as principais características da área de abrangência do projeto a fim de identificar as ações e organizações/entidades sociais existentes e atuantes, lideranças comunitárias, escolas, instituições religiosas, levantar demandas e potencialidades locais para estabelecer parcerias e articulações intersetoriais.

Será efetuado um levantamento das instituições que atuam com Educação Ambiental e Mobilização Social na região, incluindo as experiências em desenvolvimento; diagnóstico situacional da estrutura da promoção da saúde existente, e das doenças e agravos relacionados à falta de saneamento; diagnóstico situacional da área da educação; características e impactos ambientais identificados, dentre outros.

O Diagnóstico Socioterritorial será complementado por meio da observação participante (visual), entrevistas com moradores, instituições públicas, ONG'S, OSCIPS, poder público atuante nas comunidades, entre outros na região. Serão entrevistas realizadas por meio de questionários semiabertos, com índices quantitativos (referentes a perguntas sim/não) e qualitativos (referentes a perguntas sobre o conhecimento do assunto) e metodologia participativa.

As observações visuais constarão de visitas in loco em diferentes locais da área de intervenção, cujo registro será efetuado por meio de anotações e fotografias.



As entrevistas e a aplicação dos questionários serão efetuadas com o intuito de obter informações a respeito do nível de conscientização e sensibilização da população perante os problemas ambientais, bem como obter informações sobre o nível de conhecimento da comunidade sobre os problemas locais e quais as sugestões para solucioná-los. Por meio dos questionários, os moradores podem argumentar sobre o tempo de residência no local, sua concepção de meio ambiente, as condições ambientais atuais da localidade e suas preocupações a respeito, bem como sobre as necessidades em termos de equipamentos públicos.

Para promover a continuidade das ações implementadas pelo Trabalho Social é necessário que haja o estabelecimento e a formalização de parcerias envolvendo o poder público, quer seja municipal e/ou estadual e sociedade civil fazendo com que as ações sejam integradas, visando fortalecer as potencialidades locais.

Após a complementação do Diagnóstico Socioterritorial, a Equipe Técnica Contratada deverá fornecer um relatório completo com todas as informações desta atividade, o qual deverá ser entregue à SEDURB e enviado à CAIXA.

Nesta fase de planejamento serão realizadas reuniões públicas para apresentação do empreendimento como um todo, detalhando o projeto de engenharia e o Trabalho Social, bem como reuniões com as lideranças comunitárias, líderes religiosos, educadores, profissionais de saúde e demais atores sociais que possam colaborar para informar a população sobre o Projeto.

2. Fase de Execução:

Consiste no desenvolvimento das ações/atividades propostas no PTS. Durante a fase de execução buscar-se-á fomentar a participação comunitária durante todo o processo do empreendimento, estimulando sempre o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida de todos os moradores das comunidades do entorno e principalmente estabelecendo um mecanismo de



interlocução com os moradores das regiões afetadas, em sincronia com as obras físicas.

Nesta fase, será dada continuidade e efetividade ao Plantão Social, no Escritório de Campo. Este permanecerá acessível durante todo o período de execução do Projeto e será o elo de comunicação da equipe técnica contratada com a comunidade, com horário de atendimento aos moradores, 8 h/dia, de segunda à sexta-feira, à Comissão de Acompanhamento de Obras e a todos os interessados.

O Trabalho Social deverá também realizar parcerias para o atendimento das necessidades das famílias e para implantação das políticas públicas de desenvolvimento social na área de intervenção, visando o acesso das famílias a outras políticas públicas tais como educação, saúde, geração de trabalho e renda, lazer, esporte, cultura, assistência social e segurança pública e alimentar.

Desse modo, a proposta de intervenção social baseia-se na realização de ações adequadas à realidade local e que possibilitem o envolvimento das comunidades beneficiárias, tendo como diretriz os seguintes eixos:

1) Mobilização, Organização e Fortalecimento Social:

As ações de mobilização, organização e fortalecimento social visam estabelecer um processo organizativo na comunidade a partir da realização de atividades socioeducativas e ambientais, a multiplicação de informações e orientação a todos os moradores sobre o desenvolvimento das obras em todas as suas etapas.

Parte do princípio que serão realizadas ações que envolvam o planejamento, início das atividades, identificação dos recursos presentes no projeto, instalação do escritório de campo, implantação do plantão social e contato direto com a população contemplada.

O processo de mobilização, organização, fortalecimento social e participação da população local se dará por meio do desenvolvimento de ações como reuniões



comunitárias, assembleias, formação de multiplicadores em educação ambiental, palestras, campanhas informativo-educativas, atividades socioambientais e demais ações que possibilitem elevar o nível de conhecimento da população sobre a intervenção a ser implantada.

2) Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção:

Conforme a Portaria 21, este eixo visa “promover a gestão das ações necessárias para a consecução da intervenção, incluindo o acompanhamento, a negociação e interferências ocorridas ao longo da sua execução, bem como, preparar e acompanhar a comunidade para compreensão desta, de modo a minimizar os aspectos negativos vivenciados pelos beneficiários e evidenciar os ganhos ocasionados ao longo do processo, contribuindo para sua implantação.”

Neste eixo será constituído o Grupo de Acompanhamento das Obras - GAO, que deverá ser composto por lideranças comunitárias e representantes das comunidades beneficiárias, e tem como objetivo fomentar a participação das referidas lideranças visando seu controle social. O GAO tem a finalidade de representar os interesses da comunidade, ser responsável pela interlocução da comunidade com os diversos atores envolvidos, entre outros.

O GAO, no entanto, não substitui os momentos de diálogo direto com a comunidade beneficiária do empreendimento, seja por meio de reuniões ou assembleias. Nesses momentos, a equipe técnica deverá consolidar as informações trazidas e definir mecanismos de discussão para ampliar a participação.

3) Educação Ambiental e Patrimonial.

As ações de Educação Ambiental, Patrimonial e Sanitária foram planejadas visando à capacitação do olhar dos atores locais para o planejamento e avaliação de ações e propostas baseadas no paradigma do desenvolvimento sustentável.



Através da Educação Ambiental e Patrimonial a população será sensibilizada e preparada para uma correta apropriação e uso adequado dos componentes de infraestrutura social, sanitária e ambiental existentes no local.

Educação Ambiental é "um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente – e resolver problemas ambientais" (Conferência de Tbilisi, 1977, Geórgia).

Serão incentivados neste eixo, valores e práticas que estabeleçam a inter-relação entre o novo ambiente construído, o ambiente natural e as condições de vida e saúde da população.

4) Desenvolvimento Socioeconômico:

Refere-se às ações destinadas à capacitação/qualificação profissional. "Objetiva a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população."

A Equipe técnica deverá articular com instâncias de geração de trabalho e renda existentes no município de Viana, bem como as existentes no Estado, para fomentar a qualificação profissional e a inserção da população envolvida no Projeto de intervenção em atividades produtivas e/ou no mercado de trabalho. Serão fomentados encaminhamentos ao Sistema Nacional de Emprego - SINE/Viana, bem como o aproveitamento da mão de obra local na implantação das obras de Macrodrenagem do Córrego da Ribeira – BR 262, Bairro Universal e Bom Pastor.

Também serão efetuados encaminhamentos às Instituições Públicas, a exemplo o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social da região de abrangência da intervenção para inclusão das famílias nos cursos existentes, além de



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO**

parcerias com Instituições Públicas e/ou Privadas, Instituições de Ensino e Pesquisa, entre outros.

As ações dos eixos supracitados serão descritas a seguir por meio de quadros operativos, contendo a descrição detalhada de cada atividade:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

ATIVIDADE 01

Eixo	MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FORTALECIMENTO SOCIAL
Nome da Atividade	DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL
Objetivo	Identificar as características da área de abrangência do Projeto.
Conteúdo	Identificar as características da área de abrangência do projeto, a fim de levantar demandas e potencialidades locais e estabelecer parcerias de acordo com as Diretrizes da Portaria 21.
Meta	Ampliação da caracterização das áreas de intervenção do PTS por meio da complementação do diagnóstico socioterritorial atendendo as Diretrizes contidas na Portaria 21.
Metodologia	<p>O diagnóstico socioterritorial será complementado por meio da observação participante (visual), entrevistas com moradores, instituições públicas, ONG'S, OSCIPS, poder público atuante nas comunidades, entre outros na região. Serão entrevistas realizadas por meio de questionários semiabertos, com índices quantitativos (referentes a perguntas sim/não) e qualitativos (referentes a perguntas sobre o conhecimento do assunto) e metodologia participativa.</p> <p>A Equipe Técnica Social contratada deverá fornecer um relatório completo contendo todas as informações desta atividade, a ser entregue à SEDURB.</p>
Duração	Um mês, aproximadamente.
Público Alvo	Escolas, Unidades de Saúde, Igrejas, ONG's do entorno da obra, OSCIPS, Equipamentos Públicos e Famílias dos Bairros da Área de Intervenção, entre outros.
Material a ser utilizado	Pranchetas, canetas, crachás, cordão para crachá, máquina fotográfica.
Profissional responsável pela ação	Equipe Técnica Contratada.



ATIVIDADE 02

Eixo	MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FORTALECIMENTO SOCIAL
Nome da Atividade	ARTICULAÇÃO DA REDE DE COLABORADORES
Objetivo	Articular uma rede de colaboradores através de reuniões com potenciais parceiros públicos e/ou privados para potencializar e otimizar os esforços e recursos do PTS.
Conteúdo	Apresentação do PTS e Projeto de Intervenção Física às instituições; mapeamento das ações desenvolvidas por essas junto ao público beneficiado; organização de mobilizações que visem divulgar o empreendimento e seus benefícios; avaliação participativa das ações desenvolvidas.
Meta	Potencializar as ações do PTS.
Metodologia	Reuniões antes e durante a obra.
Duração	Três meses para constituir a rede de colaboradores.
Público Alvo	Possíveis parceiros: Conselho Municipal de Meio Ambiente, Secretarias Municipais, INCAPER, IEMA, Associações de Moradores, entre outros.
Material a ser utilizado	Tela de projeção, data show, máquina fotográfica.
Profissional responsável pela ação	Equipe Técnica Contratada.



ATIVIDADE 03

Eixo	MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FORTALECIMENTO SOCIAL
Nome da Atividade	REUNIÕES COMUNITÁRIAS
Objetivos	Constituir espaços qualificados de discussão, participação e controle social. Apresentar à população o PTS e o projeto de intervenção física, elucidando todos os possíveis questionamentos. Promover a participação comunitária nas discussões acerca das possíveis soluções para os problemas ambientais que atingem as comunidades, estimulando o exercício da cidadania e a promoção da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável dessas comunidades.
Conteúdo	Apresentação do Projeto de Intervenção Física, das ações a serem desenvolvidas pelo PTS, esclarecimento de dúvidas, utilizando recurso audiovisual e distribuição de material gráfico.
Meta	Realização de reuniões comunitárias convidando 100% da população moradora da área de intervenção e obter a maior participação das pessoas convidadas nas reuniões.
Metodologia	Realização de reuniões públicas e assembleias nas comunidades envolvidas, buscando a participação da comunidade em geral, lideranças formais e informais e demais representantes públicos. O convite será realizado por meio de sonorização volante nos dias antecedentes a reunião, fixação de cartazes em locais estratégicos, bem com a distribuição de flyers informativos. As reuniões deverão ser realizadas em locais de fácil acesso na comunidade como: escolas, igrejas, centros comunitários e outros, conforme sugestão das comunidades beneficiárias, nos dias de semana e preferencialmente a noite para proporcionar um maior número de participantes. As reuniões serão organizadas e conduzidas pela Equipe Técnica Contratada. Quando necessário contará com o apoio dos técnicos da SEDURB.
Duração	Antes, durante e após a intervenção física, sendo no mínimo 08 reuniões.
Público Alvo	Moradores das comunidades beneficiárias e lideranças formais e informais.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Material a ser Utilizado	Impressão de convites, carro de som, data show, tela de projeção, máquina fotográfica.
Profissional responsável pela ação	Equipe Técnica Contratada e Equipe Técnica SEDURB.



ATIVIDADE 04

Eixo	ACOMPANHAMENTO E GESTÃO SOCIAL DA INTERVENÇÃO
Nome da Atividade	CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES/OBRAS - GAO
Objetivo	Incentivar a população a constituir um grupo permanente de acompanhamento das ações do projeto, bem como das obras com representação das lideranças comunitárias e representantes das comunidades beneficiárias e equipe executora, com a finalidade de representar os interesses da comunidade e garantir o repasse de informações aos demais beneficiários e a avaliação dos mesmos durante todo o processo. O GAO não substitui os momentos de diálogo direto com a comunidade beneficiária do empreendimento, seja por meio de reuniões ou assembleias. Nesses momentos, a Equipe Técnica Social Contratada deverá consolidar as informações trazidas e definir mecanismos de discussão para ampliar a participação.
Conteúdo	Planejamento participativo das ações a serem desenvolvidas e avaliação qualitativa das mesmas.
Meta	Constituição do Grupo de Acompanhamento das Ações/Obra – GAO com moradores das comunidades beneficiadas com no máximo 30 pessoas com o objetivo de representar os interesses da comunidade e garantir o repasse para os moradores de todas as informações necessárias sobre o empreendimento como um todo (Obras e Social).
Metodologia	Reuniões bimestrais de planejamento e avaliação colaborativa das ações do projeto, com registro em ata, embasando assim os relatórios parciais. Serão utilizadas listas de presença, questionários qualitativos de avaliação das ações desenvolvidas bimestralmente e registro fotográfico. A Equipe Técnica Contratada deverá participar de todas as reuniões. Poderão ser realizadas visitas técnicas monitoradas às intervenções físicas do



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

	Projeto. Todas as visitas às áreas de intervenção física deverão ser previamente comunicadas a equipe responsável pela obra, bem como deverão ser solicitadas autorizações à SEDURB. Ao final da realização da primeira reunião será fornecido um Coffee Break, com a estimativa de 40 participantes.
Duração	Reuniões bimestrais, com duração de aproximadamente uma hora cada, durante a execução do projeto. Distribuição de materiais construídos durante o projeto (cartaz, panfleto, cartilha, etc.).
Público Alvo	Lideranças comunitárias, lideranças religiosas, monitores de programas sociais, educadores, profissionais da saúde da região, representantes das comunidades beneficiárias e instituições parceiras.
Material a ser utilizado	Impressão de convites, data show, tela de projeção, máquina fotográfica, papel A4, canetas.
Profissional responsável pela ação	Equipe Técnica Contratada e Equipe Técnica SEDURB.



ATIVIDADE 05

Eixo	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL
Nome da Atividade	CURSO DE FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS E EDUCADORES
Objetivo	Capacitar lideranças comunitárias e professores das escolas da área de abrangência do empreendimento para a compreensão da realidade ambiental local. Estimular a população para a adoção de novos hábitos e costumes visando à melhoria das condições sanitárias e ambientais e a apropriação dos bens e serviços gerados pela obra, visando sua sustentabilidade. Fomentar a transmissão do conteúdo apreendido.
Conteúdo	Educação Ambiental: O que é e como se faz (Noções da Lei Federal nº 9.795/99 que norteia a Educação Ambiental, metodologias, concepções de homem e de mundo); Preservação dos Recursos Naturais (O que são resíduos sólidos: tratamento e destinação final adequado, O que são efluentes líquidos: tratamento e destinação final adequado); Recursos Hídricos (ciclo da água, usos da água, captação da água, seres vivos e a água, tipo de recursos hídricos, reúso da água e tratamento da água); Desmatamento (consequências); Conhecendo o Meio Local (Bacia Hidrográfica do Córrego da Ribeira, Mata Atlântica, fauna e flora); O que é desenvolvimento sustentável; O papel do Agente Multiplicador.
Meta	Qualificar multiplicadores em educação ambiental na região.
Metodologia	O curso de formação terá 32 horas, organizado em 08 encontros de 4 horas cada, durante o decorrer da intervenção física. Os encontros poderão ser realizados quinzenalmente. A equipe de capacitação deverá fornecer ao final do curso um questionário para avaliação e certificado. A cada encontro será feito um registro fotográfico, além de lista de presença em cada aula. Serão formadas ao todo oito turmas para realização do curso de formação com as comunidades



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

	beneficiárias do Projeto, totalizando 256 horas (08 turmas) com no máximo 40 alunos. A cada encontro será fornecido Coffee Break para os participantes, totalizando 320 lanches.
Duração	256 horas.
Público Alvo	Lideranças Comunitárias e Educadores.
Nº de Pessoas Atendidas	Aproximadamente 320 educadores e lideranças comunitárias das comunidades beneficiadas pelo Projeto.
Material a ser utilizado	Data show, tela de projeção, máquina fotográfica, papel A4, caneta, confecção de certificado.
Profissional responsável pela ação	Equipe Técnica Contratada.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

ATIVIDADE 06

Eixo	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL
Nome da Atividade	PALESTRAS SOBRE EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL PARA ALUNOS DA REDE DE ENSINO
Objetivo	Promover por meio de palestras acesso aos conceitos básicos sobre o meio ambiente.
Conteúdo	Recursos Hídricos (ciclo da água, usos da água, captação da água, seres vivos e a água, tipo de recursos hídricos, reuso da água e tratamento da água); Preservação dos Recursos Naturais (O que são resíduos sólidos: tratamento e destinação final adequados, O que são efluentes líquidos: tratamento e destinação final adequados; Como não poluir/contaminar os rios); Conhecendo o Meio Local (O que é Bacia Hidrográfica, Conhecendo o Córrego da Ribeira e a Mata Atlântica, fauna e flora); Desmatamento (consequências).
Meta	Proporcionar aos alunos da rede de ensino da área de abrangência do empreendimento acesso às informações sobre educação ambiental.
Metodologia	As palestras serão realizadas nas escolas das comunidades beneficiadas pelo Projeto nos turnos das aulas com turma de no máximo 50 (cinquenta) alunos. Didáticas e interativas, as palestras deverão fomentar a consciência ambiental, dando ênfase a correta utilização, manutenção e conservação dos recursos naturais, possibilitando que o público trabalhado perceba a realidade ambiental vivenciada na comunidade onde reside, identificando-se como elementos corresponsáveis para melhoria das condições locais. As palestras terão duração de aproximadamente 1 hora e serão realizadas num total de 30 horas, distribuídas no tempo e espaço conforme localização das escolas e duração da obra. A cada palestra será feito um registro fotográfico, além de lista de presença.
Duração	30 horas – 30 horas – 150 alunos
Público Alvo	Alunos das redes de ensino das comunidades.
Material a ser utilizado	Data show, tela de projeção, distribuição de cartilhas de educação ambiental.
Profissional Responsável pela ação	Equipe Técnica Contratada.



ATIVIDADE 07

Eixo	MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FORTALECIMENTO SOCIAL
Nome da Atividade	AÇÕES INFORMATIVAS
Objetivo	Assegurar o conhecimento das ações/atividades que serão realizadas no decorrer do Trabalho Social. Promover ações informativas que construam canais de comunicação junto à população sobre o projeto em implantação.
Conteúdo	<p>Elaboração de panfletos, cartazes e banners explicativos e didáticos com fotos e textos sobre o andamento das obras e ações sociais e seus benefícios para as comunidades beneficiárias.</p> <p>Cartilhas de Educação Ambiental – Sugestão de Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none">○ Caminho do lixo, compreendendo os cuidados com o lixo para melhorar a qualidade de vida. Informar sobre a coleta seletiva e práticas de Educação Ambiental;○ Vamos proteger os nossos Rios. Com informações a respeito da importância dos rios e córregos e principalmente com informações sobre a questão da água, com dicas para melhor utilização dos recursos hídricos;○ Para pensar em soluções para os problemas do lixo, os 5 Rs (“cinco erres”): reduzir, reutilizar, reciclar, repensar e recusar, traz um bom resultado na melhoria do meio ambiente quando trabalhados igualmente.○ Fauna e Flora da região; <p>Acima, temos alguns exemplos de informações que poderão ser trabalhados nas cartilhas de Educação Ambiental.</p> <p>A Cartilha deverá ser feita em formato de quadrinhos, para as crianças e adolescentes e deverá conter mínimo de 4 a 8 páginas – frente e verso - 20x40(aberta), 15x21 cm(fechada).</p>



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Meta	Informar e divulgar a população sobre as obras, ações do Projeto Social e criar um canal de comunicação junto à população.
Metodologia	Planejamento de mídia, criação e desenvolvimento de peças publicitárias, mídia gráfica.
Duração	Durante o decorrer das obras e Projeto Social.
Público Alvo	População da área de abrangência do empreendimento.
Material a ser utilizado	Panfletos, Banners, Cartazes, Cartilha Educativa.
Profissional responsável pela ação	Equipe Técnica Contratada.



ATIVIDADE 08

Eixo	MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FORTALECIMENTO SOCIAL
Nome da Atividade	CONFERÊNCIAS SOBRE O PROJETO DE MACRODRENAGEM DO CÔRREGO DA RIBEIRA, BOM PASTOR E UNIVERSAL E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
Objetivo	Reunir a equipe técnica do Projeto Social, equipe técnica da Obra de Macrodrenagem a ser realizada na Bacia Hidrográfica do Córrego da Ribeira, possíveis parceiros, representantes das comunidades e membros de órgãos e projetos sociais que trabalham com a questão da sustentabilidade.
Conteúdo	Apresentação do Projeto de Engenharia e do Projeto Social para todos os participantes das Conferências. Após a apresentação, será aberto um diálogo entre todos os presentes, para que cada um possa contribuir para melhoria do projeto como um todo, bem como para compreender o que estará sendo realizado na região e discutir sobre a sustentabilidade socioambiental.
Meta	Reunir o maior número de pessoas envolvidas com o Projeto, entidades parceiras e membros de ONGs, OSCIPS, projetos sociais e órgãos que trabalham com a questão da sustentabilidade na região.
Metodologia	As Conferências deverão ser realizadas no decorrer do Projeto e primeiramente a equipe técnica deverá fazer um levantamento das organizações que trabalham com sustentabilidade na região. Após esse levantamento, os convites deverão ser realizados por e-mail e contato telefônico. Duração do evento aproximadamente 3 horas e a equipe técnica contratada pelo PTS será responsável para realizar os contatos, e definir o local. Será efetuado também um relatório para cada Conferência, bem como um relatório fotográfico. Ao final de cada Conferência será oferecido um Coffee Break para os participantes. (Estimativa de 60 pessoas ao todo – 30 para cada evento).



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Duração	02 (dois) encontros de aproximadamente 03 horas.
Público Alvo	Possíveis parceiros, ONG's, OSCIPS, projetos sociais, entidades comunitárias e todos os órgãos que estão ligados à questão da sustentabilidade na região da Bacia Hidrográfica do Córrego da Ribeira (os quais serão identificados no mapeamento socioambiental).
Material a ser utilizado	Data show, tela de projeção, lanche, papel A4 e canetas.
Profissional responsável pela ação	Equipe Técnica Contratada.



ATIVIDADE 09

Eixo	MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FORTALECIMENTO SOCIAL
Nome da Atividade	PLANTÃO SOCIAL
Objetivo	Garantir um canal de comunicação direta com a população durante o período de execução do Projeto.
Conteúdo	Atendimento às famílias beneficiárias. Manutenção do escritório de campo com a presença da equipe técnica contratada para realizar o plantão social.
Meta	Atender as famílias da área de abrangência do empreendimento.
Metodologia	<p>A implantação do escritório de campo na área de abrangência da intervenção consistirá em um ponto de referência e orientação do Trabalho Social devendo permanecer acessível durante todo o período de execução do PTS, e terá por finalidade garantir um canal de comunicação direta e diálogo com a população por meio da realização do Plantão Social.</p> <p>O escritório de campo, por decisão do Interveniente Executor, será implantado no canteiro de obras e as despesas relativas ao aluguel do container para implantação do plantão social constarão da planilha de obras.</p> <p>Conforme a Portaria 21 “é vedada a compra e locação de materiais permanentes a serem utilizados no desenvolvimento do Trabalho Social quando as ações forem executadas por empresas terceirizadas, uma vez que estas já deverão possuir as condições necessárias para o seu desenvolvimento.”</p> <p>Portanto, a CONTRATADA será responsável pela aquisição dos materiais permanentes necessários a perfeita execução dos serviços concernentes ao Plantão Social, como data show, tela de projeção, máquina fotográfica, entre outros.</p> <p>A CONTRATADA será responsável também pela segurança dos equipamentos e dados existentes. As despesas com manutenção, limpeza de escritório e demais taxas não previstas ou descritas neste item serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA,</p>
Duração	18 meses.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Público Alvo	Moradores das comunidades beneficiadas pelo empreendimento.
Material a ser utilizado	Computador, Impressora Multifuncional, Mouse, Tinta para Impressora, Pacote Office, Quadro Branco, Marcador para Quadro Branco, Apagador para Quadro Branco, Cadeiras de Escritório, Mesas de Escritório, Armário de Escritório, Bebedouro/Purificador de Água, Cafeteira, Caneta, lápis, borracha, marca texto, mídias de CD e DVD, pen drive 16 GB , clips nº 06, clips nº 02, grampeador, grampos, cola, tesoura, papel sulfite A4, apontador de lápis, pincel atômico, elástico látex nº 18, envelope papel tamanho ofício, marcador permanente para CD/DVD, régua, fita adesiva, perfurador de papel, extrator de grampo, lixeira, pastas (L, AZ, Suspensa), caixa arquivo, apontador, produto descartável, material de limpeza, locação de veículo, combustível, consertos em geral.
Profissional responsável	Equipe Técnica Contratada.



ATIVIDADE 10

Eixo	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
Nome da Atividade	ARTICULAÇÃO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
Objetivo	Articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população da área de abrangência do projeto.
Conteúdo	Serão fomentados encaminhamentos ao Sistema Nacional de Emprego - SINE/Viana, bem como o aproveitamento da mão de obra local na implantação das obras de Macrodrenagem do Córregos da Ribeira – BR 262, Bairro Universal e Bom Pastor.
Meta	Inserir a população da área de abrangência do Projeto em atividades produtivas e/ou no mercado de trabalho.
Metodologia	A Equipe técnica deverá articular com instâncias de geração de trabalho e renda existentes no município de Viana, bem como as existentes no Estado, para fomentar a qualificação profissional e a inserção da população envolvida no Projeto de intervenção em atividades produtivas e/ou no mercado de trabalho.
Duração	Durante o decorrer das atividades do Trabalho Social.
Público Alvo	Moradores das comunidades beneficiadas.
Profissional responsável pela ação	Equipe Técnica Contratada.



ATIVIDADE 11

Eixo	MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FORTALECIMENTO SOCIAL
Nome da Atividade	REUNIÃO FINAL DE AVALIAÇÃO
Objetivo	Apresentar as ações desenvolvidas durante a execução do PTS e os resultados alcançados, realizando a avaliação das mesmas de forma participativa.
Conteúdo	Apresentação e avaliação das ações realizadas.
Meta	Avaliar as ações/atividades realizadas por meio do Trabalho Social.
Metodologia	Reunião pública com atores participantes das ações/atividades do PTS, comunidades envolvidas, lideranças formais e informais, rede de parceiros, grupo de acompanhamento das obras, multiplicadores formados nos cursos, entre outros.
Duração	Aproximadamente 2 horas
Público Alvo	Moradores das comunidades beneficiadas.
Material a ser utilizado	Data show, tela de projeção.
Profissional responsável pela ação	Equipe Técnica Contratada.



COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

A execução do PTS será realizada por meio de contratação de empresa especializada para esse fim, através de processo licitatório, consistindo então em regime de administração indireta. A execução dos serviços terá como elemento imprescindível a reconhecida experiência na temática e na área de atuação afim. A contratada terá o papel de planejar as ações em consonância com o projeto social e em conjunto com o responsável técnico social da contratante.

Serão consideradas áreas de atuação em: Serviço Social e Engenharia Ambiental (Educador Ambiental).

Nome	Formação Acadêmica	Atribuição na Equipe	Número de horas disponibilizadas ao projeto
Profissional a ser contratado	Serviço Social	Responsável Técnico Social	40h/semanais – Durante 18 meses
Profissional a ser contratado	Serviço Social	Técnico Social	40h/semanais – Durante 9 meses
Profissional a ser contratado	Engenharia Ambiental	Educador Ambiental	40h/semanais – Durante 18 meses
Profissional a ser contratado	Serviço Social (Estudante)	Apoio Técnico (Estagiário)	20h/semanais – Durante 18 meses
Profissional a ser contratado	Engenharia Ambiental (Estudante)	Apoio Técnico (Estagiário)	20h/semanais – Durante 18 meses

Assistente Social:

- Responsável Técnico Social – Comprovar experiência em Responsabilidade Técnica por execução de ações de desenvolvimento comunitário ou



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO**

desenvolvimento de Trabalho Social junto a comunidades de baixa renda. Possuir inscrição no órgão de classe regulador do exercício de atividade profissional.

- Técnico Social – Comprovar experiência em execução de ações de desenvolvimento comunitário. Possuir inscrição no órgão de classe regulador do exercício de atividade profissional.

Engenheiro Ambiental:

- Educador Ambiental – Engenheiro Ambiental com experiência comprovada em execução de projetos de educação ambiental com comunidades de baixa renda. Possuir inscrição no órgão de classe regulador do exercício de atividade profissional.

Estagiários:

- Apoio Técnico Social/Campo – Estagiário de Serviço Social.
- Apoio Técnico Social/Campo – Estagiário de Engenharia Ambiental.



POSSÍVEIS PARCEIROS

A partir da “Atividade 02 – Articulação da Rede de Colaboradores” inicia-se um processo de articulação de redes sociais para o desenvolvimento do Projeto, buscando articular a ação desenvolvida por cada ator na construção de objetivos e metas coletivos, sendo estes:

- ✓ Secretarias Municipais – Prefeitura de Viana;
- ✓ Conselhos de Meio Ambiente – Prefeitura de Viana;
- ✓ Conselhos Municipais;
- ✓ SINE;
- ✓ Associações de Moradores, Igrejas e outras instituições na condição de apoiadores do Projeto;
- ✓ INCAPER;
- ✓ IEMA;
- ✓ ONG'S;
- ✓ OSCIP'S.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

VALORES DO EMPREENDIMENTO

ITENS	OBRA	PTS	TOTAL
Repasse	R\$ 38.090.048,23	R\$ 557.997,81	R\$ 38.648.046,04
Contrapartida (Financeira)	-	-	-
Contrapartida (Bens e serviços)	-	-	-
Outros	-	-	-
TOTAL	R\$ 38.090.048,23	R\$ 557.997,81	R\$ 38.648.046,04



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

PRAZO DE EXECUÇÃO

Prazo de Execução das Obras: 18 meses

Prazo de Execução do Trabalho Técnico Socioambiental: 18 meses



MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento será realizado no decorrer de todas as atividades do projeto, visando seu aperfeiçoamento, a partir da identificação dos riscos e oportunidades e consistirá no ato de acompanhar e avaliar os dados e comportamentos da população. Deverá ser contínuo e sistemático, e estará presente em todas as etapas do projeto.

A avaliação é o exame contínuo ou periódico da forma como se está executando as atividades e constituem desafios em qualquer situação, mas, principalmente ajudam a construir aprendizagens, comunicar resultados, redirecionar ações, mobilizar recursos e planejar o futuro.

Para este projeto a avaliação estará presente em todas as ações previstas na metodologia, podendo ser ela uma avaliação processual ou de resultados. Além de mensurar quantitativamente os efeitos e alcance das ações, dever-se-á acompanhar decisões, procedimentos, participação e a adesão dos beneficiários do projeto social para verificação de que não somente as metas foram alcançadas, mas também as mudanças de comportamento e de atitudes em relação ao meio ambiente e melhoria da qualidade de vida.

Os instrumentos utilizados para monitoramento e avaliação deste projeto serão:

- Lista de presença do público em formulário próprio e padronizado;
- Aplicação de questionários semiestruturados;
- Arquivamento de modelos de material de divulgação e informativo;
- Registros fotográficos e audiovisuais;
- Instrumentos de mobilização/divulgação;
- Elaboração de Relatórios de Atividades Mensais;
- Arquivamento de modelos de material de divulgação e informativo;
- Pesquisa de Satisfação.

A Equipe Técnica Contratada deverá se reunir mensalmente com o Responsável Técnico Social da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Desenvolvimento Urbano (SEDURB), para informar sobre os trabalhos em andamento e aqueles que já foram finalizados, bem como o cumprimento do cronograma e a entrega do relatório de acordo com o modelo que será determinado pela CONTRATANTE, relatando todas as informações e possíveis mudanças que possam ser realizadas no decorrer do projeto.

As ações do Projeto de Trabalho Social serão avaliadas por meio de relatórios e reuniões mensais envolvendo a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

A produção e análise da documentação técnica e o registro das ações por meio de atas, listas de presenças, registros fotográficos, registro de atendimento individualizado, quadro de planejamento mensal das atividades, e relatórios mensais, se constituem no instrumental de registro e monitoramento indispensáveis à execução do Projeto.

A avaliação de resultados será de responsabilidade de todos os profissionais envolvidos no Projeto de Trabalho Social. Todos os dados referentes à avaliação serão mensurados, disponibilizados mensal e semestralmente para conhecimento dos interessados.

A empresa contratada apresentará o Relatório Final de Avaliação que será entregue à SEDURB em quatro cópias, sendo duas impressas e duas em meio magnético, com o seguinte conteúdo:

- Apresentação;
- Introdução;
- Descrição dos meios e métodos utilizados na avaliação;
- Possíveis mudanças que ocorreram durante o Projeto;
- Resultados alcançados;
- Material fotográfico e/ou audiovisual e listas de presença;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

- Conclusão.

O relatório supracitado deverá ser apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela SEDURB para posterior encaminhamento à Caixa Econômica Federal.



PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL

Constará no Cronograma Físico-Financeiro do PTS a previsão de início da elaboração, entrega, implementação e conclusão do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial – PDST, o qual será elaborado pela Equipe Técnica Contratada no décimo mês da implantação do PTS e concluído no décimo oitavo mês, juntamente com o encerramento das atividades do respectivo Projeto de Trabalho Social.

De acordo com as diretrizes da Portaria 21 o PDST inicia-se na Fase de Pós-Obras, imediatamente após a conclusão das obras/serviços, mudança dos beneficiários para a nova unidade habitacional ou a conclusão de melhoria habitacional, quando for o caso, e terá a duração de 6(seis) a 12 (doze) meses.

O proponente entende que a maioria das fases do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial supracitadas não se aplica as obras físicas que serão objeto de intervenção junto as comunidades beneficiárias, visto que serão constituídas de construção de galerias de águas pluviais e execução de obras complementares à macrodrenagem (recomposição de pavimento). Entende também que se tratam de obras consideradas de baixo a médio grau de impacto sobre o cotidiano da população.

Detém-se do conteúdo apresentado na aludida Portaria acerca do PDST que a maioria das fases descritas tem melhor aplicabilidade e são destinadas a intervenções de habitação, como podemos apreender do seu conteúdo:

- a) atividades que estejam **relacionadas ao processo de adaptação dos moradores ao novo habitat;**
- b) manutenção do escritório/plantão social, promovendo a continuidade da assessoria às famílias na busca dos direitos sociais, **prestando esclarecimentos e fazendo os encaminhamentos necessários** conforme as situações diagnosticadas, **inclusive no que tange à intervenção física;**



- c) apoio à difusão e desenvolvimento das ações de **regularização fundiária**;
- d) registro em relatório de acompanhamento dos **casos de ociosidade, não operação pelos órgãos competentes ou desvio de finalidade dos equipamentos públicos produzidos pela intervenção**;
- e) início do **processo de desligamento progressivo da equipe técnica**, quando é reforçada a autonomia dos grupos e organizações representativas;
- f) **processo licitatório da Avaliação Pós-Intervenção**, se for o caso;

Portanto, o PDST será implementado pelo Proponente durante o desenvolvimento do PTS e será concluído juntamente com o encerramento das atividades do mesmo junto às comunidades da área de intervenção.

Cabe ressaltar que para implementação do PDST no período de Pós-Obras seria necessário o aporte de recursos do Tesouro Estadual. Cabe ressaltar ainda que o recurso oriundo do Orçamento Geral da União para a execução da macrodrenagem do Córrego da Ribeira – BR 262, Bairro Universal e Bom Pastor sofreu uma redução de R\$ 10.724.477,15 (dez milhões, setecentos e vinte e quatro reais, quatrocentos e setenta e sete mil e quinze centavos) em relação ao valor inicial do repasse.



COMPOSIÇÃO DO BDI

Cálculo do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas

Descrevemos abaixo as considerações feitas para a composição do BDI:

I – Incidências sobre os custos

Despesas Operacionais e Administrativas	4,35 %
Imprevistos	3,00 %
Despesas Financeiras	1,00 %
Total (A)	8,35 %

II – Incidências sobre o preço de venda

ISS	3,00 %
COFINS	3,00 %
PIS	0,65 %
Lucro	8,00 %
Total (B)	14,65 %

III – Demonstrativo de cálculo do BDI

$$\mathbf{BDI = TOTAL A + TOTAL B \quad 23,00 \%}$$

Para os materiais de consumo incidirá o BDI de 12% para atendimento ao parecer PGE pelo qual não deve haver incidência de lucro sobre a compra de materiais e que estes não estão sujeitos ao Imposto sobre Serviços – ISS. Portanto será excluído do cálculo para materiais o percentual do lucro de 8%, bem como o ISS com o percentual de 3%.



COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

1. Custos com Recursos Materiais e Serviços			Valor Repasse	Valor Contrapartida
Recursos Materiais			R\$ 3.372,89	-
Serviços de Terceiros			R\$ 84.340,20	-
Material de Consumo			R\$ 2.128,81	-
Apoio Logístico			R\$ 5.388,60	-
SUBTOTAL (1)			R\$ 95.230,50	-
2. Custos com Recursos Humanos			Valor Repasse	Valor Contrapartida
Profissional	Unidade	Valor	Total	
Responsável Técnico Social – 18 meses	Mês	R\$ 9.002,31	R\$ 162.041,58	-
Técnico Social – 09 meses	Mês	R\$ 9.002,31	R\$ 81.020,79	-
Educador Ambiental – 18 meses	Mês	R\$ 10.326,75	R\$ 185.881,50	-
Apoio Técnico – Estagiário – Serviço Social - 18 meses	Mês	R\$ 939,54	R\$ 16.911,72	-
Apoio Técnico – Estagiário – Serviço Social - 18 meses	Mês	R\$ 939,54	R\$ 16.911,72	-
SUBTOTAL (2)			R\$ 462.767,31	-
TOTAL GERAL (Subtotal 1+2)			R\$ 557.997,81	-



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO**

ORÇAMENTO DAS ATIVIDADES/EIXOS

Atividade 01 – Diagnóstico Socioterritorial

Projeto de Trabalho Social - PTS

PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO

Eixo	Item	Descrição	Especificação						Fonte	
			Unid 1	Quant. Unid 1	Unid 2	Quant. Unid 2	Valor Unitário S/BDI	Valor Unitário C/BDI		Valor Total C/BDI 12%
Atividade 1. Diagnóstico Socioterritorial										
Mobilização, Organização e Fortalecimento Social	1.1.	Recursos Materiais	-	-	-	-	-	-	-	
	1.1.1	Prancheta Madeira prendedor metálico de pressão 220x350 mm	unid	4	unid	4	R\$ 4,83	R\$ 5,41	R\$ 21,64	P. Mercado
	1.1.2	Crachás transparente de plástico 7x10 cm	pct	1	unid	50	R\$ 21,51	R\$ 24,09	R\$ 24,09	P. Mercado
	1.1.3	Cordão para crachá com presilha	pct	1	unid	10	R\$ 12,46	R\$ 13,96	R\$ 13,96	P. Mercado
	1.1.4	Caneta Esferográfica - material plástico - cor azul	cx	1	unid	50	R\$ 32,59	R\$ 36,50	R\$ 36,50	P. Mercado
	1.1.5	Máquina Fotográfica com 20.1 MP, 5x zoom óptico*	unid	1	unid	1	-	-	-	-
		Sub Total 1.1 Recursos Materiais	-	-	-	-	-	-	R\$ 96,19	-
	1.2	Recursos Humanos **	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.2.1	Equipe Técnica Contratada	-	-	-	-	-	-	-	-
		Sub Total 1.2 Recursos Humanos	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Orçamento Atividade 1								R\$ 96,19		

* Material Permanente a ser utilizado durante a execução do PTS

** Inclui toda a equipe técnica durante os 18 meses, com valor mensal.

Obs: A cada cx/pct/curso da unidade 1, refere-se ao quantitativo da unidade 2.

Atividade 02 – Articulação da Rede de Colaboradores

Projeto de Trabalho Social - PTS

PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO

Eixo	Item	Descrição	Especificação						Fonte	
			Unid 1	Quant. Unid 1	Unid 2	Quant. Unid 2	Valor Unitário S/BDI	Valor Unitário C/BDI		Valor Total C/BDI 12%
Atividade 2. Articulação da Rede de Colaboradores.										
Mobilização, Organização e Fortalecimento Social	2.1.	Recursos Materiais	-	-	-	-	-	-	-	
	2.1.1	Data show com 3600 ANSI Lumens, HDMI, USB e controle remoto*	unid	1	unid	1	-	-	-	-
	2.1.2	Máquina Fotográfica com 20.1 MP, 5x zoom óptico*	unid	-	-	-	-	-	-	-
	2.1.3	Papel Sulfite/branco - 500 folhas	-	-	-	-	-	-	-	-
	2.1.4	Tela de Projeção com tripé 1,80 x 1,80*	unid	1	unid	1	-	-	-	-
		Sub Total 2.1 Recursos Materiais	-	-	-	-	-	-	R\$ 0,00	-
	2.2	Recursos Humanos **	-	-	-	-	-	-	-	-
	2.2.1	Equipe Técnica Contratada	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub Total 2.2 Recursos Humanos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total Orçamento Atividade 2								R\$ 0,00		

* Material Permanente a ser utilizado durante a execução do PTS.

** Inclui toda a equipe técnica durante os 18 meses, com valor mensal.

Obs: A cada cx/pct/curso da unidade 1, refere-se ao quantitativo da unidade 2.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Atividade 03 – Reuniões Comunitárias

Projeto de Trabalho Social - PTS

PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO

Eixo	Item	Descrição	Especificação							
			Unid 1	Quant. Unid 1	Unid 2	Quant. Unid 2	Valor Unitário S/BDI	Valor Unitário C/BDI	Total C/BDI 23%	Fonte
Atividade 3. Reuniões Comunitárias										
Mobilização, Organização e Fortalecimento Social	3.1. Recursos Materiais		-	-	-	-	-	-	-	-
	3.1.1	Data show com 3600 ANSI Lumens, HDMI, USB e controle remoto*	-	-	-	-	-	-	-	-
	3.1.2	Tela de Projeção com tripé 1,80 x 1,80*	-	-	-	-	-	-	-	-
	3.1.3	Máquina Fotográfica com 20.1 MP, 5x zoom óptico*	-	-	-	-	-	-	-	-
		Sub Total 3.1 Recursos Materiais	-	-	-	-	-	-	-	-
	3.2. Serviços de Terceiros									
	3.2.1	Carro de Som para divulgação com gravação de spot incluso. Obs: A diária é de 6 horas.	diária	4	diária	4	935,00	1.150,05	4.600,20	SINDIPROM-ES
		Sub Total 3.2 Serviços de Terceiros	-	-	-	-	-	-	R\$ 4.600,20	-
	3.3. Recursos Humanos **									
	3.3.1	Equipe Técnica Contratada	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub Total 3.3 Recursos Humanos	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Total Orçamento Atividade 3							R\$ 4.600,20		

* Material Permanente a ser utilizado durante a execução do PTS.

** Inclui toda a equipe técnica durante os 18 meses, com valor mensal.

obs: A cada cx/pct/curso da unidade 1, refere-se ao quantitativo da unidade 2.

Atividade 04 – Constituição do Grupo de Acompanhamento das Ações/Obras - GAO

Projeto de Trabalho Social - PTS

PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO

Eixo	Item	Descrição	Especificação							
			Unid 1	Quant. Unid 1	Unid 2	Quant. Unid 2	Valor Unitário S/BDI	Valor Unitário C/BDI	Valor Total C/BDI 12 %	Fonte
Atividade 4. Constituição do Grupo de Acompanhamento das Ações/Obras - GAO										
Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção	4.1. Recursos Materiais		-	-	-	-	-	-	-	-
	4.1.1	Data show com 3600 ANSI Lumens, HDMI, USB e controle remoto*	-	-	-	-	-	-	-	-
	4.1.2	Máquina Fotográfica com 20.1 MP, 5x zoom óptico*	-	-	-	-	-	-	-	-
	4.1.3	Papel Sulfite/branco - 500 folhas	-	-	-	-	-	-	-	-
	4.1.4	Tela de Projeção com tripé 1,80 x 1,80*	-	-	-	-	-	-	-	-
	4.1.5	Caneta Esferográfica - material plástico - cor azul	cx	1	unid	50	R\$ 32,59	R\$ 36,50	R\$ 36,50	P.Mercado
	4.1.6	Prancheta Madeira prendedor metálico de pressão 220x350 mm	unid	30	unid	30	R\$ 4,83	R\$ 5,41	R\$ 162,30	P.Mercado
		Sub Total 4.1 Recursos Materiais	-	-	-	-	-	-	R\$ 198,80	-
	4.2. Apoio Logístico									VALOR TOTAL BDI 23%
	4.2.1	Fornecimento de lanche (Café, bolo, água, 1 tipo de suco, 1 tipo de biscoito doce, 1 tipo de biscoito salgado, guardanapos, copos descartáveis e toalha). 1 lanche para 40 pessoas.	unid	40	unid	40	R\$ 10,43	R\$ 12,83	R\$ 513,20	P. Mercado
	Sub Total 4.2 Apoio Logístico	-	-	-	-	-	-	R\$ 513,20	-	
4.3. Recursos Humanos **										
4.3.1	Equipe Técnica Contratada	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Sub Total 4.3 Recursos Humanos	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Total Orçamento Atividade 4							R\$ 712,00		

*Material Permanente a ser utilizado durante a execução do PTS.

** Inclui toda a equipe técnica durante os 18 meses, com valor mensal.

Obs: A cada cx/pct/curso da unidade 1, refere-se ao quantitativo da unidade 2.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Atividade 05 – Curso de Formação de Multiplicadores em Educação Ambiental para Lideranças Comunitárias e Educadores

Projeto de Trabalho Social - PTS

PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO

Eixo	Item	Descrição	Especificação						Valor Total C/BDI 12%	Fonte
			Unid 1	Quant. Unid 1	Unid 2	Quant. Unid 2	Valor Unitário S/BDI	Valor Unitário C/BDI		
Atividade 5. Curso de Formação de Multiplicadores em Educação Ambiental para Lideranças Comunitárias e Educadores										
Educação Ambiental e Patrimonial	5.1.	Recursos Materiais	-	-	-	-	-	-	-	-
	5.1.1	Confeção de Certificados, impressão colorida papel A4, frente e verso***	-	-	-	-	-	-	-	-
	5.1.2	Data show com 3600 ANSI Lumens, HDMI, USB e controle remoto*	-	-	-	-	-	-	-	-
	5.1.3	Máquina Fotográfica com 20.1 MP, 5x zoom óptico*	-	-	-	-	-	-	-	-
	5.1.4	Tela de Projecção com tripé 1,80x1,80*	-	-	-	-	-	-	-	-
	5.1.5	Papel sulfite/branco (500 fls cada resma)	pct	2	resma	500	-	-	-	-
	5.1.6	Caneta Esferográfica - material plástico - cor azul	cx	7	unid	50	R\$ 32,59	R\$ 36,50	R\$ 255,50	P. Mercado
		Sub Total 5.1 Recursos Materiais	-	-	-	-	-	-	R\$ 255,50	-
									VALOR TOTAL BDI 23%	
		5.2 Apoio Logístico	-	-	-	-	-	-	-	-
	5.2.1	Fornecimento de lanche (Café, bolo, água, 1 tipo de suco, 1 tipo de biscoito doce, 1 tipo de biscoito salgado, guardanapos, copos descartáveis e toalha). 1 lanche para 320 pessoas.	unid	320	unid	320	R\$ 10,43	R\$ 12,83	R\$ 4.105,60	P. Mercado
		Sub Total 5.2 Apoio Logístico	-	-	-	-	-	-	R\$ 4.105,60	-
	5.3 Recursos Humanos**	-	-	-	-	-	-	-	-	
5.3.1	Equipe Técnica Contratada	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Sub Total 5.3 Recursos Humanos	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Total Orçamento Atividade 5							R\$ 4.361,10	-	

* Material Permanente a ser utilizado durante a execução do PTS.

** Inclui toda a equipe técnica durante os 18 meses, com valor mensal.

*** Os certificados serão confeccionados pela Equipe Técnica Contratada no Escritório Local
obs : A cada cx/pct/curso da unidade 1, refere-se ao quantitativo da unidade 2.

Atividade 06 – Palestras sobre Educação Sanitária e Ambiental para Alunos da Rede de Ensino

Projeto de Trabalho Social - PTS

PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO

Eixo	Item	Descrição	Especificação						Valor Total C/BDI	Fonte
			Unid 1	Quant. Unid 1	Unid 2	Quant. Unid 2	Valor Unitário S/BDI	Valor Unitário C/BDI		
Atividade 6. Palestras sobre Educação Sanitária e Ambiental para Alunos da Rede de Ensino										
Educação Ambiental e Patrimonial	6.1.	Recursos Materiais	-	-	-	-	-	-	-	-
	6.1.1	Data show com 3600 ANSI Lumens, HDMI, USB e controle remoto*	-	-	-	-	-	-	-	-
	6.1.2	Máquina Fotográfica com 20.1 MP, 5x zoom óptico*	-	-	-	-	-	-	-	-
	6.1.3	Tela de Projecção com tripé 1,80x1,80*	-	-	-	-	-	-	-	-
	6.1.4	Distribuição de Cartilhas de Educação Ambiental	-	-	-	-	-	-	-	-
		Sub Total 6.1 Recursos Materiais	-	-	-	-	-	-	R\$ 0,00	-
		6.2. Recursos Humanos**	-	-	-	-	-	-	-	-
6.2.1	Equipe Técnica Contratada	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Sub Total 6.2 Recursos Humanos	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Total Orçamento Atividade 6							R\$ 0,00	-	

*Material Permanente a ser utilizado durante a execução do PTS.

** Inclui toda a equipe técnica durante os 18 meses, com valor mensal.

Obs: A cada cx/pct/curso da unidade 1, refere-se ao quantitativo da unidade 2.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Atividade 07 – Ações Informativas

Projeto de Trabalho Social - PTS

PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO

Eixo	Item	Descrição	Especificação						Valor Total C/BDI 23%	Fonte
			Unid 1	Quant. Unid 1	Unid 2	Quant. Unid 2	Valor Unitário S/BDI	Valor Unitário C/BDI		
Atividade 7. Ações Informativas										
Mobilização, Organização e Fortalecimento Social	7.1. Serviços de Terceiros		-	-	-	-	-	-	-	
	7.1.1	Criação e Produção de Cartilha de Educação Ambiental	unid	1	unid	1	R\$ 1.532,98	R\$ 1.885,57	R\$ 1.885,57	SINAPRO/IES
	7.1.2	Impressão de Cartilha de Educação Ambiental, colorida, frente e verso, papel reciclado, 20x40(aberta), 15x21cm(fechada). Feita através de história em quadrinhos (de 4 a 8 páginas)	unid	3000	unid	3000	R\$ 0,84	R\$ 1,03	R\$ 3.090,00	P. Mercado
	7.1.3	Criação e produção de panfleto informativo com redação e projeto gráfico	unid	1	unid	1	R\$ 1.646,36	R\$ 2.025,02	R\$ 2.025,02	SINAPRO/IES
	7.1.4	Impressão de panfleto 15x21 cm, colorido, frente e verso, papel couchê, 115 g.	unid	3500	unid	3500	R\$ 0,23	R\$ 0,28	R\$ 980,00	P. Mercado
	7.1.5	Criação e produção de banner – 1,20x0,80 cm	unid	1	unid	1	R\$ 1.887,48	R\$ 2.321,60	R\$ 2.321,60	SINAPRO/IES
	7.1.6	Confeção de banner 1,20x0,80 cm	unid	4	unid	4	R\$ 98,90	R\$ 121,65	R\$ 486,60	P. Mercado
	7.1.7	Criação e Produção de cartazes com redação e projeto gráfico	unid	1	unid	1	R\$ 1.659,50	R\$ 2.041,19	R\$ 2.041,19	SINAPRO/IES
	7.1.8	Impressão Cartazes- tamanho A3 (29x42cm colorido, papel couchê)	unid	500	unid	500	R\$ 1,12	R\$ 1,38	R\$ 690,00	P. Mercado
		Sub Total 7.1 Serviços de Terceiros		-	-	-	-	-	R\$ 13.519,98	-
	7.2. Recursos Humanos**		-	-	-	-	-	-	-	
	7.2.1 Equipe Técnica Contratada		-	-	-	-	-	-	-	
	Sub Total 7.2 Recursos Humanos		-	-	-	-	-	-	-	
	Total Orçamento Atividade 7							R\$ 13.519,98		

** Inclui a equipe técnica durante os 18 meses, com valor mensal.
Obs 1: As cartilhas Ambientais serão distribuídas nas escolas da região.
Obs 2: A cada cv/ptcurso da unidade 1, refere-se ao quantitativo da unidade 2.

Atividade 08 – Conferências sobre o Projeto de Macrodrenagem do Córrego da Ribeira, Bom Pastor e Universal e a Sustentabilidade Ambiental



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Projeto de Trabalho Social - PTS										
PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO										
Eixo	Item	Descrição	Especificação							
			Unid 1	Quant. Unid 1	Unid 2	Quant. Unid 2	Valor Unitário S/BDI	Valor Unitário C/BDI	Valor Total C/BDI 23%	Fonte
Atividade 8. Conferências sobre o Projeto de Macrodrenagem do Córrego da Ribeira, Bom Pastor e Universal e a Sustentabilidade Ambiental										
Mobilização, Organização e Fortalecimento Social	8.1. Recursos Materiais		-	-	-	-	-	-	-	
	8.1.1	Máquina Fotográfica com 20.1 MP, 5x zoom óptico*	-	-	-	-	-	-	-	
	8.1.2	Data show com 3600 ANSI Lumens, HDMI, USB e controle remoto*	-	-	-	-	-	-	-	
	8.1.3	Tela de Projeção com tripé 1,80 x 1,80*	-	-	-	-	-	-	-	
		Sub Total 8.1 Recursos Materiais	-	-	-	-	-	-	-	
	8.2 Apoio Logístico		-	-	-	-	-	-	-	
	8.2.1	Fornecimento de lanche (Café, bolo, água, 1 tipo de suco, 1 tipo de biscoito doce, 1 tipo de biscoito salgado, guardanapos, copos descartáveis e toalha). 1 lanche para 60 pessoas.	unid	60	unid	60	R\$ 10,43	R\$ 12,83	R\$ 769,80	P. Mercado
		Sub Total 8.2 Apoio Logístico	-	-	-	-	-	-	R\$ 769,80	-
	8.3 Recursos Humanos**		-	-	-	-	-	-	-	-
	8.3.1	Equipe Técnica Contratada	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub Total 8.3 Recursos Humanos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total Orçamento Atividade 8								R\$ 769,80		

*Material Permanente a ser utilizado durante a execução do PTS.

** Inclui toda a equipe técnica durante os 18 meses, com valor mensal.

Obs: A cada cx/pct/curso da unidade 1, refere-se ao quantitativo da unidade 2.

Atividade 09 – Plantão Social



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Projeto de Trabalho Social - PTS

PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO

Eixo	Item	Descrição	Especificação						Valor total C/BDI 12%	Fonte
			Unid 1	Quant. Unid 1	Unid 2	Quant. Unid 2	Valor Unitário S/BDI	Valor Unitário C/BDI		
Atividade 9. Plantão Social – Ponto de Referência Socioambiental										
	9.1.	Material Permanente a ser fornecido pela CONTRATADA	-	-	-	-	-	-	-	
	9.1.1	Computador com monitor	unid	3	unid	3	-	-	-	
	9.1.2	Impressora multifuncional tanque de tinta - impressora, copiadora, scanner e wi-fi	unid	1	unid	1	-	-	-	
	9.1.3	Mouse óptico	unid	3	unid	3	-	-	-	
	9.1.4	Kit 4 tintas para impressora multifuncional tanque de tinta	unid	*	unid	*	-	-	-	
	9.1.5	Pacote Office	unid	1	unid	1	-	-	-	
	9.1.6	Mesa de Escritório	unid	3	unid	3	-	-	-	
	9.1.7	Cadeira de Escritório	unid	4	unid	4	-	-	-	
	9.1.8	Armário de Escritório, duas portas	unid	1	unid	1	-	-	-	
	9.1.9	Quadro branco	unid	1	unid	1	-	-	-	
	9.1.10	Apagador para Quadro Branco	unid	1	unid	1	-	-	-	
	9.1.11	Marcador para Quadro Branco	unid	1	unid	1	-	-	-	
	9.1.12	Cestos de lixo	unid	4	unid	4	-	-	-	
	9.1.13	Bebedouro/Purificador de Água	unid	1	unid	1	-	-	-	
	9.1.14	Cafeteira Elétrica	unid	1	unid	1	-	-	-	
	9.2.	Material de Consumo	-	-	-	-	-	-	-	
	9.2.1	Caneta Esterográfica - material plástico - cor azul	cx	2	unid	50	R\$ 32,59	R\$ 36,50	R\$ 73,00	
	9.2.2	Lápis grafite nº02	cx	1	unid	144	R\$ 30,94	R\$ 34,65	R\$ 34,65	
	9.2.3	Borracha branca	cx	1	unid	20	R\$ 13,92	R\$ 15,59	R\$ 15,59	
	9.2.4	Marca Texto cor amarelo fluorescente - Caneta	unid	4	unid	4	R\$ 1,34	R\$ 1,50	R\$ 6,00	
	9.2.5	Mídia de CD Gravável (caixa com 50 unidades)	cx	2	unid	50	R\$ 40,20	R\$ 45,02	R\$ 90,04	
	9.2.6	Mídia de DVD Gravável (caixa com 25 unidades)	cx	2	unid	25	R\$ 94,57	R\$ 105,92	R\$ 211,84	
	9.2.7	Pen Drive 16 GB	unid	2	unid	2	R\$ 22,30	R\$ 24,98	R\$ 49,96	
	9.2.8	Clips de aço nº06 prateado	cx	3	unid	50	R\$ 2,51	R\$ 2,81	R\$ 8,43	
	9.2.9	Clips de aço nº02 prateado	cx	3	unid	100	R\$ 2,07	R\$ 2,32	R\$ 6,96	
	9.2.10	Grampeador modelo mesa, plástico, grampo 24/6 e 26/6 capacidade 20 folhas	unid	3	unid	3	R\$ 9,06	R\$ 10,15	R\$ 30,45	
	9.2.11	Grampo p/grampeador	cx	3	unid	1000	R\$ 1,74	R\$ 1,95	R\$ 5,85	
	9.2.12	Cola Líquida cor branca frasco	unid	2	gr	500	R\$ 7,99	R\$ 8,95	R\$ 17,90	
	9.2.13	Tesoura aço inoxidável - uso geral	unid	1	unid	1	R\$ 10,98	R\$ 12,30	R\$ 12,30	
	9.2.14	Papel sulfite/branco (500 fs cada resma)	cx	6	unid	10	R\$ 182,63	R\$ 204,55	R\$ 1.227,30	
	9.2.15	Apontador de Lápis, Material Plástico	pct	1	unid	12	R\$ 12,37	R\$ 13,85	R\$ 13,85	
	9.2.16	Elastico Latex nº18 25 g	cx	2	g	25	R\$ 1,07	R\$ 1,20	R\$ 2,40	
	9.2.17	Envelope Saco 24X34 KRAFT Natural 80GR com 50	pct	1	unid	50	R\$ 11,46	R\$ 12,84	R\$ 12,84	
	9.2.18	Fila adesiva plástica, face simples, transparente, 12mmx50m	cx	1	unid	6	R\$ 12,79	R\$ 14,32	R\$ 14,32	
	9.2.19	Extrator de Grampo	unid	3	unid	3	R\$ 1,21	R\$ 1,36	R\$ 4,08	
	9.2.20	Perfurador de papel; metal, com 2 furos para 20 folhas	unid	3	unid	3	R\$ 17,27	R\$ 19,34	R\$ 58,02	
	9.2.21	Caneta - Marcador permanente para CD/DVD	unid	2	unid	2	R\$ 4,42	R\$ 4,95	R\$ 9,90	
	9.2.22	Pasta L PVC Transparente, Tamanho: A4	pct	2	unid	10	R\$ 6,66	R\$ 7,46	R\$ 14,92	
	9.2.23	Pasta registradora AZ, lombo largo, material papel cartão	unid	10	unid	10	R\$ 11,42	R\$ 12,79	R\$ 127,90	
	9.2.24	Caixa de arquivo - material polipropileno corrugado	unid	5	unid	5	R\$ 4,37	R\$ 4,89	R\$ 24,45	
	9.2.25	Pasta suspensa (pasta arquivo) lisa	cx	3	unid	10	R\$ 15,73	R\$ 17,62	R\$ 52,86	
	9.2.26	Régua graduada plástico transparente 30 cm	unid	3	unid	3	R\$ 0,89	R\$ 1,00	R\$ 3,00	
		Subtotal 9.2 Material de Consumo	-	-	-	-	-	-	R\$ 2.128,81	
	9.3.	Serviços de Terceiros							VALOR TOTAL BDI 23%	
	9.3.1	Consertos em Geral	mês	18	mês	18	R\$ 40,00	R\$ 49,20	R\$ 885,50	
	9.3.2	Despesas com água	mês	18	mês	18	R\$ 100,00	R\$ 123,00	R\$ 2.214,00	
	9.3.3	Despesas com energia elétrica	mês	18	mês	18	R\$ 200,00	R\$ 246,00	R\$ 4.428,00	
	9.3.4	Despesas com telefonia fixa e internet	mês	18	mês	18	R\$ 180,00	R\$ 221,40	R\$ 3.985,20	
	9.3.5	Aluguel de veículo	mês	18	mês	18	R\$ 2.263,13	R\$ 2.783,65	R\$ 50.105,70	
	9.3.6	Combustível	mês	18	mês	18	R\$ 207,84	R\$ 255,64	R\$ 4.601,52	
		Subtotal 9.3 Serviços de Terceiros	-	-	-	-	-	-	R\$ 66.220,02	
	9.4.	Recursos Materiais							VALOR TOTAL BDI 12%	
	9.4.1	Produto de Limpeza/Higiene	mês	18	mês	18	R\$ 100,00	R\$ 112,00	R\$ 2.016,00	
	9.4.2	Produto descartável	mês	18	mês	18	R\$ 40,00	R\$ 44,80	R\$ 806,40	
		Subtotal 9.4 Recursos Materiais	-	-	-	-	-	-	R\$ 2.822,40	
		Recursos Humanos								
	9.5.	Recursos Humanos 1 **					Salário mês c/ encargos SINAPI (73,13%)*	Salário mês c/ encargos e BDI (23%)	Total (c/ encargos e BDI *meses)	
	9.5.1	Responsável Técnico Social	mês	18	hr/mês	200	R\$ 7.318,95	R\$ 9.002,31	R\$ 162.041,58	
	9.5.2	Técnico Social	mês	9	hr/mês	200	R\$ 7.318,95	R\$ 9.002,31	R\$ 81.020,79	
	9.5.3	Educador Ambiental - Engenheiro Ambiental	mês	18	hr/mês	200	R\$ 8.395,73	R\$ 10.326,75	R\$ 185.881,50	
		Subtotal 9.5 Recursos Humanos 1	-	-	-	-	-	-	R\$ 428.943,87	
	9.6.	Recursos Humanos 2 **					Bolsa de Estágio e Aux. Transp.	Valor Acrescido de BDI 23%	Valor Total (c/ BDI *meses)	
	9.6.1	Apoio Técnico - Estagiário	mês	18	hr/mês	100	R\$ 763,85	R\$ 939,54	R\$ 16.911,72	
	9.6.2	Apoio Técnico - Estagiário	mês	18	hr/mês	100	R\$ 763,85	R\$ 939,54	R\$ 16.911,72	
		Subtotal 9.6 Recursos Humanos 2	-	-	-	-	-	-	R\$ 33.823,44	
		Total Orçamento Atividade 9							R\$ 533.938,54	

* Material deve ser fornecido durante os 18 meses.

** Inclui toda a equipe técnica durante os 18 meses, com valor mensal.

*** SINAPI - Encargos Sociais sobre a Mão de Obra sem Desoneração - Com Vigência a partir de Outubro/2018. Disponível no site da CAIXA - http://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-encargos-sociais-sem-desoneracao/SINAPI_Encargos_Sociais_A_PARTIR_DE_OUTUBRO_2018.pdf

Obs: No cargo de Apoio Técnico Social - Estagiário não incide encargos sociais, somente o BDI de 23%
Obs2: A cada cx/pct/curoso da unidade 1, refere-se ao quantitativo da unidade 2.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO**

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

		CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO																				
EXOS	ITENS/ATIVIDADES	RS	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	MÊS 13	MÊS 14	MÊS 15	MÊS 16	MÊS 17	MÊS 18		
EXO 1 - MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FORTALECIMENTO SOCIAL	Diagnóstico Socioterritorial	RS 96,19	RS 96,19																			
	Articulação de Rede de Colaboradores	RS 0,00		RS 0,00																		
	Reuniões Comunitárias	RS 4.600,20	RS 575,03		RS 575,03				RS 575,03				RS 575,03		RS 575,03			RS 575,03			RS 575,03	
	Ações Informativas	RS 13.519,98		RS 2.253,33	RS 2.253,33	RS 2.253,33	RS 2.253,33	RS 2.253,33	RS 2.253,33													
	Macrodrenagem	RS 789,80						RS 384,90							RS 384,90							
	Plantão Social - Material de Consumo	RS 2.128,81	RS 118,27	RS 118,27	RS 118,27	RS 118,27	RS 118,27	RS 118,27	RS 118,27	RS 118,27	RS 118,27	RS 118,27	RS 118,27	RS 118,27	RS 118,27	RS 118,27	RS 118,27	RS 118,27	RS 118,27	RS 118,27	RS 118,27	
	Plantão Social - Despesas Gerais	RS 69.042,42	RS 3.835,69	RS 3.835,69	RS 3.835,69	RS 3.835,69	RS 3.835,69	RS 3.835,69	RS 3.835,69	RS 3.835,69	RS 3.835,69	RS 3.835,69	RS 3.835,69	RS 3.835,69	RS 3.835,69	RS 3.835,69	RS 3.835,69	RS 3.835,69	RS 3.835,69	RS 3.835,69	RS 3.835,69	
Plantão Social - Recursos Humanos	RS 482.787,31	RS 25.709,30	RS 25.709,30	RS 25.709,30	RS 25.709,30	RS 25.709,30	RS 25.709,30	RS 25.709,30	RS 25.709,30	RS 25.709,30	RS 25.709,30	RS 25.709,30	RS 25.709,30	RS 25.709,30	RS 25.709,30	RS 25.709,30	RS 25.709,30	RS 25.709,30	RS 25.709,30	RS 25.709,30	RS 25.709,30	
Reunião Final de Avaliação	RS 0,00																					
	SUBTOTAL	RS 552.924,71																				
EXO 2 - ACOMPANHAMENTO E GESTÃO SOCIAL DA INTERVENÇÃO	Constituição de um Grupo de Acompanhamento das Ações/Obras	RS 712,00		RS 356,00		RS 356,00																
	SUBTOTAL	RS 712,00																				
EXO 3 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL	Curso de Formação de Multiplicadores	RS 4.361,10	RS 545,14		RS 545,14			RS 545,14		RS 545,14			RS 545,14		RS 545,14		RS 545,14		RS 545,14		RS 545,14	
	Palestras sobre Educação Sanitária e Ambiental	RS 0,00																				
	SUBTOTAL	RS 4.361,10																				
EXO 4 - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	Articulação para Geração de Emprego e Renda	RS 0,00																				
	SUBTOTAL	RS 0,00																				
PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIO TERRITORIAL - PDST		RS 0,00																				
	SUBTOTAL	RS 0,00																				
	TOTAL	RS 557.997,81	RS 30.879,60	RS 32.272,50	RS 33.036,74	RS 32.272,50	RS 31.916,58	RS 33.421,64	RS 31.916,58	RS 30.200,39	RS 30.220,20	RS 29.663,25	RS 30.783,41	RS 30.048,15	RS 30.783,41	RS 29.663,25	RS 30.783,41	RS 29.663,25	RS 30.783,41	RS 29.663,25	RS 30.200,39	RS 30.220,20



FONTES CONSULTADAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de saneamento**. 3. ed. Ver. Brasília: FUNASA, 2004.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política nacional de desenvolvimento urbano**. Cadernos MCidades Desenvolvimento Urbano. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Organização Pan-Americana da Saúde. Avaliação de impacto na saúde das ações de saneamento: marco conceitual e estratégia metodológica**. Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 116 p. 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Hepatites Virais: o Brasil está atento/** Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Gestão de Águas Pluviais Urbanas/Tucci, Carlos** – Brasília: Ministério das Cidades, 2006. 194p. (Saneamento para Todos; 4º volume).

BRASIL. Ministério das Cidades. **Portaria 21** – Manual de Instruções do Trabalho Social. Brasília/DF: Ministério das Cidades, 2014.

BUZATTO, Elizete. **Serviço social e a globalização**. In: DORNELLES, Denise Freitas & CAMARGO, Marisa (org's.). Serviço social e meio ambiente: um diálogo em construção. V. 2. Ed. URI, 2005.

COMDEVIT – **Revista do Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória**. Ano II – Número 02 – outubro/2010 – Vitória - ES



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

COTS - **Caderno de Orientação Técnico Social**, Superintendência Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável – SUDES, Gerência Nacional de Gestão Padronização e Normas Técnicas – GEPAD, 2013.

DORNELLES, Denise Freitas & CAMARGO, Marisa (org's.). **Serviço social e meio ambiente: um diálogo em construção**. V. 2. Ed. URI, 2005.

MARCATTO, Celso. **Educação ambiental: conceitos e princípios**. Belo Horizonte: FEAM, 2002.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Editora Garamond. Ed 3, 2008.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. São Paulo: Cortez, 1987.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

RESPONSÁVEL E CIÊNCIA

Vila Velha/ES, agosto de 2019.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PTS

SHEYANNE SABRINA GOMES DA FONSECA
RESPONSÁVEL TÉCNICO
ASSISTENTE SOCIAL – CRESS 17ª Região/ Nº 1210

CIÊNCIA

ZILMA PETERLI LYRA
SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE SANEAMENTO E PROGRAMAS URBANOS